

▶ Relatório  
e Contas  
**2019**

**MOZA**

# Índice

## Relatório de Gestão

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração .....	5
2. Principais Destaques .....	8
<b>2.1. Principais indicadores</b> .....	<b>8</b>
<b>2.2. Principais destaques</b> .....	<b>9</b>
3. Moza Banco .....	11
<b>Marca Moza</b> .....	<b>12</b>
4. Principais Eventos em 2019 .....	14
<b>4.1 Principais Eventos em 2019</b> .....	<b>14</b>
5. Estrutura Accionista e Órgãos Sociais .....	17
<b>5.1 Estrutura Accionista</b> .....	<b>17</b>
<b>5.2 Órgãos Sociais e Modelo de Governação</b> .....	<b>17</b>
6. Visão, Missão e Estratégia .....	21
7. Responsabilidade Social .....	23
<b>7.1 Responsabilidade Social</b> .....	<b>23</b>
<b>7.2. Patrocínios</b> .....	<b>24</b>
8. Enquadramento Macroeconómico .....	26
<b>8.1 Economia Mundial</b> .....	<b>26</b>
<b>8.2 Economia Regional</b> .....	<b>28</b>
<b>8.3 Economia Nacional</b> .....	<b>29</b>
<b>8.4 Perspectivas Económicas para 2020</b> .....	<b>30</b>
9. Actividades de Suporte ao Negócio .....	34
<b>9.1 Gestão de Recursos Humanos</b> .....	<b>34</b>
<b>9.2 Rede de Distribuição</b> .....	<b>34</b>
<b>9.3 Actividade Comercial</b> .....	<b>35</b>
<b>9.4 Inovação e Transformação</b> .....	<b>37</b>
10. Gestão do Risco .....	39
<b>10.1 Introdução</b> .....	<b>39</b>
<b>10.2 Perfil de Risco do Banco</b> .....	<b>39</b>
<b>10.3 Responsabilidades pela Gestão do Risco</b> .....	<b>39</b>
11. Análise Financeira .....	42
<b>11.1 Nota Introdutória</b> .....	<b>42</b>
<b>11.2 Análise de Rendibilidade</b> .....	<b>42</b>
<b>11.3 Análise do Balanço</b> .....	<b>44</b>
12. Proposta de Aplicação de Resultados .....	48
<b>12.1 Proposta de Aplicação de Resultados</b> .....	<b>48</b>
Declaração de responsabilidade dos Administradores .....	50

## Demonstrações Financeiras

1. Introdução .....	53
<b>1.1. Bases de apresentação</b> .....	<b>53</b>
<b>1.2. Moeda funcional e de apresentação</b> .....	<b>53</b>
<b>1.3. Uso de estimativas e julgamentos</b> .....	<b>53</b>
<b>1.4. Alterações nas políticas contabilísticas</b> .....	<b>53</b>
<b>1.5. Sumário das principais políticas contabilísticas</b> .....	<b>54</b>
2. Normas contabilísticas emitidas, mas não implementadas .....	63

3. Gestão do Risco, objectivos e políticas .....	63
<b>3.1. Risco de crédito</b> .....	<b>63</b>
<b>3.2. Risco de Liquidez</b> .....	<b>72</b>
<b>3.3. Risco de Mercado</b> .....	<b>74</b>
<b>3.3.1 Risco de taxa de juro</b> .....	<b>74</b>
<b>3.3.2 Risco de taxa de câmbio</b> .....	<b>75</b>
<b>3.4. Risco Operacional</b> .....	<b>76</b>
<b>3.5. Gestão de capital e risco de solvência</b> .....	<b>76</b>
4. Margem financeira .....	78
5. Serviços e comissões líquidas .....	78
6. Operações financeiras líquidas .....	79
7. Gastos com pessoal .....	79
8. Outros gastos operacionais .....	79
9. Outros ganhos operacionais .....	80
10. Provisões .....	80
11. Activos e Passivos por Imposto diferidos .....	80
12. Imposto corrente .....	81
13. Resultados por acção .....	81
14. Caixa e disponibilidades no Banco Central .....	82
15. Disponibilidades sobre instituições de crédito .....	82
16. Aplicações em instituições de crédito .....	82
17. Activos financeiros .....	82
<b>17.1 Obrigações de Tesouro</b> .....	<b>83</b>
<b>17.2 Obrigações corporativas</b> .....	<b>84</b>
<b>17.3 Acções e outros títulos de rendimento variável</b> .....	<b>84</b>
18. Investimentos em subsidiária .....	84
19. Empréstimos e adiantamentos a Clientes .....	84
20. Outros activos .....	86
21. Activos não correntes detidos para venda .....	86
22. Propriedades de investimento .....	87
23. Activos tangíveis .....	88
24. Activos intangíveis .....	88
25. Impostos Correntes .....	88
26. Recursos de instituições de crédito .....	89
27. Depósitos e contas correntes .....	89
28. Recursos consignados .....	89
29. Outros passivos .....	90
30. Empréstimos obrigacionistas .....	90
31. Capital social .....	91
32. Reservas .....	91
33. Classificação dos Instrumentos financeiros .....	91
<b>33.1 Justo valor dos instrumentos financeiros</b> .....	<b>92</b>
34. Partes relacionadas .....	94
35. Contingências e compromissos .....	95
36. Transacções de controlo comuns .....	95
37. Pressuposto da continuidade .....	96
38. Acontecimentos após a data do Balanço .....	97



**MOZA**

Mensagem do  
Presidente do  
Conselho de  
Administração

## 1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

### Senhores Accionistas, Clientes, Colaboradores e Stakeholders em geral,

O ano de 2019 foi marcado pela evolução menos favorável do Produto Interno Bruto (PIB), decorrente fundamentalmente dos impactos dos choques climáticos com maior preponderância nas províncias do centro e norte do país. O advento dos ciclones Idai (na província de Sofala) e Kenneth (na província de Cabo Delgado) para além da perda de vidas humanas que se lamenta profundamente, provocaram ainda, a destruição de infra-estruturas públicas e privadas e condicionaram a capacidade produtiva, especialmente na Agricultura, sector com maior peso no PIB, suscitando por esta via novas pressões inflacionistas.

Alicerçado pela estabilidade verificada no nível geral de preços, o Banco de Moçambique (BM) realizou durante o ano de 2019 dois cortes sobre a MIMO (taxa de política monetária), passando de 14,25% para 12,75%. Consequentemente, a PRSF (Prime Rate do Sistema Financeiro) no mesmo período, viria a registar uma evolução no mesmo sentido, passando de 20,20% para 18%. O Requisito de Reservas Obrigatórias em Meticais sofreu igualmente uma redução ao longo do ano, fixando-se em 13%, contra 14% em vigor em Dezembro de 2018. Estes cortes estimularam e impulsionaram o aumento do Crédito à Economia, ainda que de forma tímida (+3% face ao período homólogo de 2018), com particular incidência ao Crédito ao sector privado e ao Crédito concedido em moeda nacional.

Num contexto macroeconómico interno e externo que apresentou dificuldades acrescidas e menos favorável, o Moza Banco continuou a registar em 2019 um aumento considerável do nível de confiança dos Clientes e do Mercado em geral. A nossa carteira de Crédito registou um crescimento neste exercício de MZN 5.9 mil milhões, ou seja, crescemos cerca de 33%, colocando-nos numa quota de mercado de 11,27% (2018: 8.66%). Dar nota que excluindo o efeito de fusão com ex-BTM, operação concluída com sucesso no exercício em apreço, ainda assim, o Moza cresceu 22% face ao período homólogo de 2018.

A nível dos recursos de Clientes, registamos um crescimento de MZN 4,5 mil milhões face ao período homólogo, equivalendo a uma variação anual de 18%, o que nos permitiu alcançar uma quota de mercado de 6.24% comparado com 5.92% registado no final de 2018 (crescimento de 12% excluindo efeito da referida fusão).

Por sua vez, o movimento financeiro do Banco situou-se nos MZN 57.984 Milhões o que representa um crescimento de cerca de 24% face a 2018, acima do crescimento da evolução do negócio do Mercado (8.21%).

Os níveis actuais dos rácios prudenciais apresentados pelo Moza Banco demonstram robustez necessária para prosseguir com a actividade creditícia. A 31 de Dezembro de 2019, o rácio de solvabilidade do Banco atingiu 23,84%, níveis bastante acima dos requisitos impostos pelo Regulador (12,0%), e dos valores médios apresentados pelo mercado.

No que concerne a base de Clientes, o Banco manteve a sua trajectória de crescimento, tendo obtido resultados positivos na vertente captação de novos Clientes e no aumento do número e volume de transacções nos diversos canais de distribuição, evidenciando assim, um claro reforço da confiança, aliás em linha com a tendência que temos vindo a registar nos últimos anos. Em 2019, o número de clientes do Banco evoluiu de 134.987 para 182.878 Clientes, correspondendo a um aumento anual de 35% (Crescimento de 11% excluindo o efeito da fusão).

Apesar dos elevados níveis de provisionamento e de cobertura da carteira de Crédito do Banco registados em finais do exercício anterior, em 2019, foi ainda necessário prosseguir com um esforço adicional de reforço significativo de cobertura do Crédito a clientes, reflectindo os efeitos de desaceleração da actividade económica, estando neste momento o rácio de cobertura do crédito vencido por imparidades em 132% (2018: 174%). Este reforço, demonstra o nosso compromisso em garantir níveis adequados de cobertura daqueles activos, em linha com uma política conservadora, prudente e rigorosa de gestão de risco definida pelo Conselho de Administração do Banco.

Mas o exercício em análise foi também desafiante pela alteração da norma de tratamento contabilístico das locações, sendo neste contexto que o Banco adoptou em 2019 a Norma Internacional de Relato Financeiro 16 (NIRF 16), em linha com as boas práticas de relato financeiro. Dado peso das locações “operacionais” na estrutura do Moza, este procedimento levou a que o Banco reconhecesse no seu Balanço, activos sob direito de uso e passivos correspondentes que ascendem a MZN 2.6 mil milhões. Ao nível da conta de exploração o impacto negativo da implementação desta política ascende a MZN 209 milhões.

Por outro lado, ainda no ano em análise, implementamos algumas medidas conducentes ao maior controlo e racionalização de custos, tendo por objectivo garantir, de forma sustentada, a melhoria da eficiência operacional, em alinhamento com os objectivos plasmados no Plano Estratégico 2019-2023. Como consequência, observou-se um progresso dos índices de rentabilidade e eficiência comparativamente ao período homólogo de 2018. Os resultados operacionais cresceram significativamente, tendo atingido MZN 718 milhões (2018: MZN 89.8 milhões).

O rácio cost-to-income atingiu 84,9%, abaixo dos 111,5% registados em igual período de 2018, reflectindo o efeito positivo das medidas tendentes à redução de custos, incremento do produto bancário e os efeitos de adopção em 2019 da NIRF 16.

Em 2019, conforme referido, concretizamos a fusão com o ex-BTM, cujo capital, como se sabe, tinha sido adquirido na sua quase totalidade pelo Moza Banco no quadro de uma operação mais vasta que incluiu a operação de reestruturação do Capital da Sociedade, Fusão esta que exigiu um empenhado esforço a todos os níveis no sentido de a concretizarmos com extrema eficiência e com o menor impacto possível na vida dos Clientes, Fornecedores, Colaboradores e Stakeholders em geral.

A fusão marcou o início de uma nova era. Uma instituição nova que embora resultante de duas outras, primou pela salvaguarda de uma uniformização dos procedimentos e uma operacionalidade integrada, com observância de princípios claramente assumidos, assegurando, desta forma, uma racionalização de meios e esforços que possibilitam uma gestão sã, eficiente e prudente.

A fusão, por seu turno, veio ampliar a nossa condição estratégica de um Banco verdadeiramente Universal de Retalho em termos de cobertura do espectro do negócio bancário, e com forte implantação nacional. Hoje, com 62 agências bancárias, consolidamos a nossa posição enquanto 3 maior rede de agências do país, estando presentes em todas as províncias deste vasto Moçambique, inclusive em alguns Distritos e Vilas mais distantes dos grandes centros urbanos, demonstrando assim um esforço evidente de estar mais perto das populações.

No âmbito do protocolo com o Governo moçambicano, que visa a bancarização do país, em 2019, inauguramos sete agências em diferentes localidades como Guijá, Chigubo e Mapai (Gaza), Machaze (Manica), Tsangano (Tete), Memba e Nacaroa (Nampula). Em 2020, continuaremos com a abertura de mais agências bancárias, destacando as agências de Chimbonila e Majune (Niassa), Derre e Ille (Zambézia) e Zumbo (Tete). Mas a nossa contribuição para a bancarização nacional não se esgota na ampliação da nossa rede bancária, e neste contexto permitam-me que sublinhe o trabalho que temos vindo a realizar de acompanhamento e apoio em matérias de literacia financeira, promovendo as boas práticas (segurança) e cultura de poupança. Finalmente uma palavra para evidenciar um conjunto de outros eventos que este ano marcaram a vida da nossa instituição, e dos quais destacamos:

A inauguração da nossa Sede, em 13 de Junho, por Sua Excelência, o Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, numa cerimónia presenciada por outras distintas figuras, o que representou um marco inegável para o reforço da imagem institucional do Banco;

A Premiação pela prestigiada revista "The Banker", propriedade do grupo Financial Times- como a Instituição com melhor operação de reestruturação financeira do ano 2019, a nível de África.

Resultante do excelente desempenho referente a utilização dos cartões e da capacidade comprovada do Moza Banco de prover operações seguras e de confiança para os seus clientes na sua panóplia de cartões, a REDE VISA INTERNATIONAL distinguiu o Moza Banco em 2019, com destaque para três importantes categorias, Visa Cross border champion award, E-Com warrior award e o Visa Premium award;

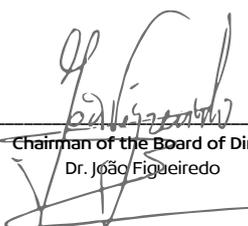
A distinção, pelo segundo ano consecutivo, com o prémio - Best innovation in Retail Banking", atribuído pela publicação International Banker, em reconhecimento da forte capacidade de inovação tecnológica e contributo para a inclusão financeira demonstrado ao longo do ano.

Para o exercício de 2020, reiteramos o firme compromisso de manter e até de reforçar o investimento na edificação de uma infra-estrutura organizacional e tecnológica que nos dê um suporte eficaz ao desenvolvimento do negócio. Apostaremos na inovação, por via de novos desenvolvimentos e plataformas tecnológicas transformadoras e abriremos ainda portas ao mundo digital. Especial atenção será dada aos nossos Colaboradores, investindo na capacitação humana, por via da Formação e de uma Política de retenção e valorização dos nossos Recursos Humanos.

Daremos continuidade ao crescimento da nossa actividade comercial, capitalizando a rede de balcões, fornecendo produtos e serviços de valor acrescentado para o Cliente, através de uma forte aposta no capital humano interno e de uma contínua optimização da estrutura operacional dos processos e sistemas.

No final de 2019 verificamos o nascer de uma situação preocupante a nível mundial e que tem apresentado claros sinais de um impacto a escala global, uma situação de pandemia criada pelo vírus COVID-19, mais conhecido por "Corona Vírus". A sua disseminação exponencial já apresenta sinais de forte impacto negativo em vários sectores da economia mundial, conduzindo algumas Nações a tomarem medidas de emergência. Estas medidas que irão obrigar todas as instituições e agentes económicos a accionar os seus planos de contingência e assegurar um plano de continuidade em função da conjuntura em que insere. A nível nacional é importante que todas as organizações e instituições estejam preparadas para reduzir ao mínimo os impactos desta pandemia colaborando com a sociedade em geral, pois vivemos um grande desafio à escala mundial.

A terminar, gostaria, em nome do Conselho de Administração, de manifestar o nosso reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que têm contribuído para a consolidação e crescimento do Moza Banco, em especial aos Colaboradores, pela forma empenhada e profissional como têm conduzido a sua missão, aos nossos Clientes por manterem a sua confiança nesta Instituição, aos nossos Accionistas por todo o suporte que nos têm concedido e ainda às Autoridades de Supervisão e Governamentais pela disponibilidade e suporte no processo que o Banco tem vindo desenvolver.



---

Chairman of the Board of Directors  
Dr. João Figueiredo



## 2. Principais Destaques

### 2.1. Principais indicadores

em milhares de Metcais	2018	2019	Var. % 2019 - 2018
<b>BALANÇO</b>			
Activos Totais	36,411,293	41,817,315	15%
Crédito a Clientes (Líquido) <sup>1</sup>	17,985,608	23,875,241	33%
Recursos de Clientes	24,893,226	29,346,124	18%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósitos)	88%	98%	9.7 pp
<b>POSICIONAMENTO COMPETITIVO<sup>2</sup></b>			
Quota de mercado no Crédito a Clientes	8.66%	11.27%	2.61 pp
Quota de mercado em Depósitos	5.92%	6.24%	0.31 pp
Quota de mercado em Activos	6.06%	6.30%	0.23 pp
<b>RENDIBILIDADE</b>			
Resultado Antes de Impostos	(545,943)	(570,318)	-4%
Produto Bancário	2,491,183	3,135,253	26%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	-7.79%	-9.07%	-1.2 pp
ROA	-2.11%	-1.85%	0.25 pp
<b>LIMITES PRUDENCIAIS</b>			
Tier I	25.66%	24.54%	-1.1 pp
Rácio de Solvabilidade - Moza Banco	21.70%	23.84%	2.137 pp
Rácio de liquidez	49.92%	34.60%	-15. pp
<b>QUALIDADE DOS ACTIVOS</b>			
Crédito Vencido >90 dias	2,162,766	3,405,832	57.5%
Crédito Vencido Total	2,225,883	3,603,457	61.9%
Imparidade do Crédito	3,872,886	4,763,077	23.0%
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes	10.21%	12.06%	1.84 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	179%	140%	-39. pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	174%	132%	-41. pp
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	18.29%	16.86%	-1.4 pp
<b>EFICIÊNCIA</b>			
Custos Operacionais	2,609,667	2,661,670	2.0%
Outros gastos operacionais	1,471,531	1,365,726	-7.2%
Gastos com Pessoal	1,138,136	1,295,944	13.9%
Custos Operativos/Activos Totais (%)	7.2%	6.4%	-0.8 pp
Cost-to-Income <sup>3</sup>	104.8%	84.9%	-19. pp
FSE/Produto Bancário	59.1%	43.6%	-15 pp
RH/Produto Bancário	45.7%	41.3%	-4. pp
<b>INDICADORES DE NEGÓCIO</b>			
Agências Bancárias	55	62	13%
Nº de ATMs	111	123	11%
Nº de POS	2,747	3,249	18%
Nº de Colaboradores no final do Período	753	919	22%
Nº de Clientes	134,987	182,878	35%
Nº de Cartões na Rede	94,158	116,836	24%

<sup>1</sup> Carteira de crédito deduzido das imparidades

<sup>2</sup> Informação estatística do Banco de Moçambique, Dezembro de 2019

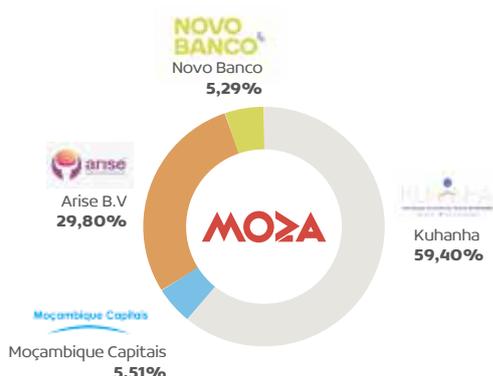
<sup>3</sup> Não inclui amortizações

pp = pontos percentuais

## 2.2. Principais destaques

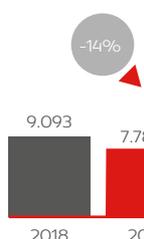
### CAPITAL E SOLIDEZ

#### Estrutura Accionista

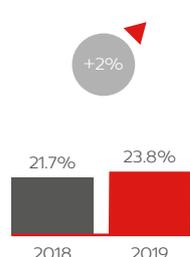


- Os accionistas do Banco, têm mostrado o seu compromisso de tornar o Moza Banco numa instituição de referência em Moçambique, com infra-estrutura moderna, para oferecer uma variada gama de produtos e serviços com vista a materializar a satisfação das necessidades dos seus clientes, com ênfase nos particulares e pequenas e médias empresas.
- Integração plena do ex-BTM. Uma operação realizada de forma exemplar, quer do ponto de vista de integração de pessoas, quer da integração de tecnologias, processos e operações. O Moza Banco passou a dispor de um segmento especializado em Agro-Negócios e Banca Rural, em resultado de experiência consolidada pelo Ex-BTM.

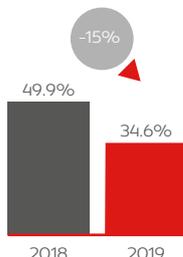
#### Capitais Próprios (Milhões de MZN)



#### Rácio de Solvabilidade



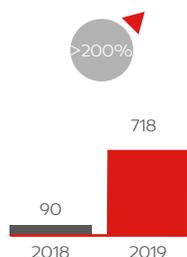
#### Rácio de Liquidez



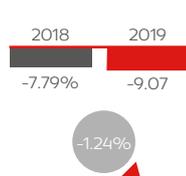
- Os Capitais Próprios do Banco apresentaram uma redução de 14% comparativamente a igual período de 2018,
- O Moza continua a apresentar adequados níveis de solidez, face aos requisitos mínimos do Banco de Moçambique que situam-se em 12% e aos benchmarks do Mercado.
- O rácio de liquidez fixou-se nos 34,6%, acima do mínimo regulamentar (25,0%), evidenciando que o Banco encontra-se em condições de honrar todos os seus compromissos para com os clientes, fornecedores ou qualquer outro stakeholder.

### RENDIBILIDADE

#### Resultado Bruto de Exploração (Milhões de MZN)

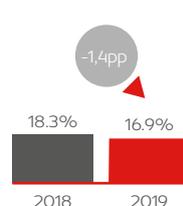


#### Rendibilidade dos Capitais Próprios (em %)

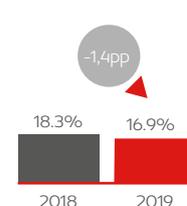


### QUALIDADE DOS ACTIVOS

#### Imparidade de crédito/ Crédito vencido total



#### Imparidade de crédito/ Crédito total



### EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO



#### Captação de Clientes

Captados 48 mil novos Clientes



#### Captação de Depósitos

Incremento de 18% face a igual período de 2018



#### Crédito a Clientes

Incremento de 33% face a igual período de 2018



#### Mobile e Internet Banking

Manutenção de níveis alcançados em 2018, em termos do volume de transacções



#### Agências Bancárias

Integração de mais 7 agências Bancárias do ex-BTM, perfazendo uma rede de 62 Agências Bancárias



#### USSD - Moza já

Crescimento de transacções de 22% comparativamente ao ano de 2018

MOZA

O valor  
é teu.

MOZA



### 3. Moza Banco

#### Breve Descrição

O Moza Banco, S.A. (doravante designado como Moza Banco, Moza ou Banco) é um Banco Comercial Universal de Retalho, que opera no mercado moçambicano desde 16 de Junho de 2008, e presta serviços bancários ao longo de todo o País, com base numa rede de 62 agências bancárias (3º maior rede de agências no sistema bancário moçambicano), oferecendo produtos e serviços para uma ampla gama de Clientes Institucionais, Empresariais, Individuais e de Retalho.

O ano de 2019 foi marcante para o Banco por ter concretizado com sucesso a fusão com o extinto BTM, um Banco com larga experiência no sector de agro-negócios em Moçambique tendo claramente assegurado a sua posição no mercado financeiro como um Banco verdadeiramente moçambicano. Ainda em 2019, por forma a responder aos desafios impostos pelo crescimento, inaugurou a sua nova Sede, um marco inegável e decisivo para o reforço institucional do Banco. Um imponente e moderno Edifício com 15 andares, que alberga todas as 19 unidades orgânicas centrais do Banco, que no total integram mais de 500 colaboradores.

A estrutura do capital do Banco é suportada por cinco accionistas, nomeadamente, a KUHANHA - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, Arise B.V., Moçambique Capitais, S.A., Novo Banco Africa S.G.P.S., S.A. (Banco Português) e Dr. António Almeida Matos.

#### Posicionamento Competitivo

Não obstante 2019 ter sido um ano bastante desafiante tanto ao nível interno, assim como externo, o Banco manteve a trajectória de crescimento do seu balanço comercial, tendo a carteira de crédito registado um crescimento em cerca de 33% (22% excluindo a carteira migrada do extinto BTM), o que permitiu ao Banco superar os objectivos definidos internamente. Como resultado do incremento da carteira de Crédito, o Moza registou o maior crescimento ao nível do sector, reflectindo-se num aumento da sua quota de mercado para 11.27% (2018: 8.66%).

Este marco, evidencia o compromisso do Banco em manter um contínuo apoio às famílias e às empresas moçambicanas, tanto ao nível de uma concessão criteriosa de crédito, como também através da prestação de um serviço de assessoria financeira cujo objectivo é de ajustar a oferta às necessidades de cada Cliente.

Ao nível dos Recursos de Clientes, o Banco registou um crescimento de 18% (12% excluindo a carteira migrada do BTM). Em termos anuais, verifica-se que a carteira de recursos de Clientes do Moza Banco apresentou um crescimento superior comparativamente ao do sector, traduzindo inequivocamente o reforço da lealdade e confiança do mercado no Moza.

#### Principais Marcos Históricos

- Em 2010, a KPMG considerou o Moza Banco como a Instituição Financeira com o crescimento mais rápido em Moçambique em termos de volume de negócios;
- Em 2011, o Banco Espírito Santo África (BES África), actual Novo Banco África, integrou a estrutura accionista do Moza com 25,1% do capital social, tendo a Moçambique Capitais (accionista fundador) mantido a sua posição de principal accionista, com 51%. Ainda em 2011, a prestigiada revista e de renome, "The Banker", classificou o Moza Banco como o quinto Banco em África com o mais rápido crescimento em relação aos activos;
- Em 2013, o accionista BES África (actual Novo Banco África) procedeu à aquisição de mais 23,9% do capital social do Moza, passando a deter 49% e foi aprovado um Plano Estratégico de 5 anos com objectivo de expansão do Moza Banco para um lugar cimeiro no sistema financeiro moçambicano. O Plano aprovado assentava em 4 blocos principais, nomeadamente, assegurar a excelência no serviço, posicionamento gradualmente universal, posição cimeira e rentabilidade alinhada ao mercado;
- Em 2014, a prestigiada publicação "Global Banking and Finance Review" premiou o Moza como o Banco comercial a operar em Moçambique com o mais rápido crescimento no ano de 2014;
- No início de 2015, a prestigiada revista, Banker Africa, considerou o Moza como "O Banco mais inovador da África Austral". O Banco assegurou a total cobertura nacional, efectivando a presença em todas as províncias de Moçambique com um total de 45 Agências Bancárias, uma rede de 83 ATM's e 1.587 POS's, com 56.692 cartões (débito e crédito) e um total de 74.567 Clientes. Em finais de 2015 o Banco, fruto da conjuntura e de um desempenho económico adverso, apresenta os primeiros sinais de menor estabilidade da sua performance económica e financeira;
- Em Setembro de 2016, em resultado da contínua degradação dos indicadores económicos, financeiros e da situação prudencial do Banco, o Banco de Moçambique procedeu à intervenção no Moza Banco, com o objectivo de proteger os interesses dos depositantes e stakeholders, tendo designado um Conselho de Administração Provisório que empreendeu acções necessárias tendentes à recuperação da actividade e resgate da confiança do Banco no sector e mercado;
- Em Junho de 2017, no âmbito do processo de recapitalização do Banco, a Kuhanha (Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique) passou a integrar a estrutura accionista do Banco, tendo injectado o capital de MZN 8.170 Milhões. De referir que após o aumento do capital, o Moza Banco restabeleceu os níveis de rácios prudenciais, tendo o regulador no dia 28 de Julho de 2017 determinado o fim das providências extraordinárias de saneamento impostas ao Moza Banco.
- Em Dezembro de 2017, os Accionistas do Moza Banco realizaram mais uma operação de reforço do Capital Social no montante de MZN 3.542 Milhões, proporcionando assim uma maior resiliência e sustentabilidade ao modelo de negócio do Moza, em linha com o plasmado no Plano Estratégico 2017-2021;
- Em Dezembro de 2018, a Arise B.V. passou a integrar a estrutura accionista do Moza, com uma participação de 29,80%. Ainda em Dezembro de 2018, o Moza Banco materializou o objectivo de aquisição de 100% das acções do Banco Terra, S.A. (BTM), perspectivando-se desta forma a fusão entre as 2 instituições;
- Em Junho de 2019, é inaugurado por sua Excia o Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, a nova SEDE do Moza Banco, representando um marco inegável e decisivo para o reforço institucional do Banco;
- Em 23 de Agosto de 2019, após aprovação por parte das entidades Legais e Autoridade reguladora, foi concretizada a Fusão entre o Moza Banco e o Banco Terra, um passo importante na consolidação da instituição e do Sistema Financeiro moçambicano;

## Marca Moza

Em 2019, a Economia moçambicana foi assolada pelos fenómenos climáticos desfavoráveis que fugistaram as regiões Centro e Norte do País nos meses de Março e Abril, respectivamente, o que se traduziu na limitação da capacidade financeira das empresas e das famílias. Não obstante os desafios e obstáculos impostos pela conjuntura nacional, o ano de 2019, foi para o Moza Banco um ano de consolidação e de reforço do seu posicionamento no mercado, por via da retoma da confiança do mercado em geral, e dos seus Clientes em particular. De salientar que o reforço da confiança dos Clientes espelha o resultado da nova abordagem comercial do Banco, a de um Banco Relacional, que tem Cliente como o centro do seu posicionamento estratégico, e que aposta na concepção de uma oferta focada e especializada e que se distingue pela qualidade.

Foi esta confiança que permitiu a evolução das quotas de mercado do Moza Banco, e do crescimento sustentável da instituição, com a manutenção e incremento de adequados índices de solidez e liquidez, e melhoria considerável da sua rentabilidade operacional.

Em 2019, mais uma vez, o valor do Moza Banco foi reconhecido por diversas entidades, evidenciando o efeito positivo da consolidação da confiança na marca MOZA BANCO por parte dos Clientes e do mercado:

- O Moza Banco foi reconhecido pela revista “The Banker”, propriedade do grupo Financial Times, com o prémio “Deal of the Year for Restructuring in Africa”. Este prémio é o reconhecimento do sucesso da operação estruturada de aumento de capital que culminou com a entrada da ARISE, e a aquisição da totalidade das acções do Banco Terra, S.A. (BTM) pelo Moza Banco para posterior fusão;
- Pelo Segundo ano consecutivo, o Moza Banco foi distinguido pela “International Banker”, com o prémio “The Best Innovation in Retail Banking Mozambique 2018” pela sua forte capacidade na inovação tecnológica e contributo para a inclusão financeira. A distinção teve como critério a forte capacidade de inovação como um traço distintivo do Moza, e a qualidade de serviço como um compromisso do posicionamento no mercado.
- Em Outubro, devido ao crescimento das transações de cartões de Débito e Crédito, a VISA International prestigiou o Moza Banco nas categorias “Visa Cross Border Champion Award, E-com Warrior Award, Visa Premium Award 2019”.

## Reconhecimento do Valor

# 2015



O Moza foi galardoado pela VISA com o prémio “VISA Product & Marketing Card Warrior Award” pelo seu enorme contributo na promoção de meios de pagamento electrónico durante o ano de 2015.



O Moza figura económica de 2015 O Jornal “Notícias” elegeu este ano o Moza como entidade de destaque no plano económico nacional.



O Moza foi distinguido pela Visa com o prémio “Visa Agile – Acquiring award 2016”, em reconhecimento do posicionamento diferenciado da instituição no contexto regional

# 2019



O Moza Banco foi distinguido pela revista Banker, com o prémio “Deal of the Year 2019 for Restructuring in Africa” ou seja, “Melhor Operação de Reestruturação Financeira do Ano 2019, a nível de África”.

# 2016



O Moza foi reconhecido como o Banco Mais Inovador da África Austral pela revista Banker Africa



O Moza foi distinguido como o Banco com a melhor plataforma online em Moçambique, pelo seu inovador website corporativo e serviço de internet banking

# 2018



O Moza foi distinguido pela revista Banker Africa com o prémio “Most Improved Bank”, no âmbito dos Southern Africa banking Awards 2018. O Prémio é em reconhecimento da acentuada recuperação dos indicadores financeiros e prudenciais do Banco, sustentado por uma estratégia eficaz de recapitalização.



O Moza Banco foi distinguido pela “International Banker”, com o prémio “The Best Innovation in Retail Banking Mozambique 2018” pela sua forte capacidade na inovação tecnológica e contributo para a inclusão financeira.



O Moza conquistou o troféu Estrela Mercator, atribuído pelo livro Mercator em reconhecimento ao projecto inovador Balcão Escola, onde o Moza aposta na formação e desenvolvimento de competências de todos os seus Colaboradores.



O Moza foi distinguido pelo segundo ano consecutivo, como o Banco mais inovador na África Austral, com uma consistente inovação nos serviços e soluções financeiras que disponibiliza aos Clientes e ao mercado em geral



Moza Banco distinguido como o mais inovador pela “International Banker”, em reconhecimento da forte capacidade de inovação e qualidade de serviço como um traço distintivo do Banco ao nível do Sector Financeiro nacional



## 4. Principais Eventos em 2019

### 4.1 Principais Eventos em 2019

As actividades desenvolvidas em 2019 e que de forma permanente ficarão marcadas na história do Banco, dentre outras, destacam-se as seguintes:

#### MARÇO

##### Prémio “Best Innovation in Retail Banking” – International Banker

Pelo segundo ano consecutivo, o Moza Banco foi distinguido pela “International Banker”, com o prémio “The Best Innovation in Retail Banking Mozambique 2018” pela sua forte capacidade na inovação tecnológica e contributo para a inclusão financeira.

A distinção teve como critério a forte capacidade de inovação como um traço distintivo do Moza, e a qualidade de serviço como um compromisso do posicionamento no mercado.

##### Parceria com a Autoridade Tributária

O Moza Banco e a Autoridade Tributária de Moçambique, AT, rubricaram dois Memorandos de Entendimento à luz dos quais por um lado, o Moza Banco passará a emitir NUIT´s em todas as suas Agências e, por outro, o Banco compromete-se a promover acções de cidadania fiscal por meio da educação fiscal, aduaneira e popularização do imposto.

##### Assinatura do MoU com o MJACR

O Banco rubricou com o Ministério da Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos um Memorando de Entendimento que renova a parceria entre as duas instituições, para uma gestão mais eficiente das cobranças.

Preende-se com esta parceria, e com base na experiência e a capacidade de Inovação comprovada do Moza Banco, providenciar soluções inteligentes e automatizadas para o pagamento de actos de registo e notariado pelos utentes, contribuindo assim para a melhoria do serviço prestado ao cidadão e para uma gestão mais eficiente das cobranças por parte das entidades tuteladas pelo MJACR.

#### JUNHO

##### Inauguração do Novo Edifício Sede

O dia 13 de Junho de 2019 ficará indelevelmente marcado na história do Moza Banco como a data da inauguração da Nova Sede, o que representa um marco inegável e decisivo para o reforço institucional do Banco. A cerimónia de inauguração foi dirigida por S. Excia, o Presidente da República na presença de membros do Governo, representantes de missões diplomáticas, Membros do Conselho de Administração e corpo directivo do Moza, Clientes e outros parceiros. O imponente e moderno Edifício com cerca de 15 andares alberga todas as 19 unidades orgânicas centrais do Banco.

##### Prémio “Deal of the Year for Restructuring in Africa” – The Banker

A bem-sucedida operação de reestruturação financeira do Moza Banco, mereceu reconhecimento por uma das mais prestigiadas publicações internacionais no sector de Banca e Finanças, a revista “The Banker”, propriedade do grupo Financial Times. A publicação atribuiu o prémio “Deal of the Year for Restructuring in Africa”, ou seja, “Melhor Operação de Reestruturação Financeira do Ano 2019, a nível de África”. Este prémio é o reconhecimento do sucesso da operação estruturada de aumento de capital que culminou com a entrada de um novo investidor na estrutura accionista, a ARISE, e a aquisição da totalidade das acções do Banco Terra, S.A. (BTM) pelo Moza Banco para posterior fusão.

#### AGOSTO

##### Concretização da fusão entre Moza Banco e BTM

A 23 de Agosto de 2019, e após a necessária aprovação do Banco de Moçambique e demais Entidades Legais, concretizou-se formalmente a fusão entre o Moza Banco e o Banco Terra S.A., abrindo-se uma nova página na história do Moza Banco e assinalando um passo determinante no sentido da construção e consolidação não só da nossa Instituição como do próprio Sistema Financeiro, que se pretende mais robusto e verdadeiramente ao serviço da economia nacional.

##### Estabelecimento de Parceria com a Faculdade de Direito da UEM

O Moza Banco, no âmbito da sua acção de Responsabilidade Corporativa, tem apostado no desenvolvimento da qualidade de ensino em Moçambique, estabelecendo parcerias com instituições de ensino.

Neste contexto, foi rubricado um Memorando de Entendimento com a FDUEM – Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, visando contribuir para a criação de valor para os estudantes e docentes e na melhoria da qualidade do ensino desta Faculdade que faz parte da mais antiga instituição de ensino superior em Moçambique.

Uma das mais-valias desta parceria é a atribuição de bolsas de estudos aos estudantes, com base no mérito académico, reduzindo os seus encargos inerentes ao processo de formação e estimulando-os a explorar o máximo o seu potencial, e ainda, a disponibilização de uma bolsa para a aquisição de referências bibliográficas para o apetrechamento da biblioteca desta instituição. Esta iniciativa será também uma plataforma para incentivar a publicação de obras, a produção de pareceres jurídicos e, também, para ministrar cursos de formação conjunta.

##### Prémios VISA

Os cartões de Débito e Crédito do Moza foram, em 2018, os que registaram maior crescimento em transacções no estrangeiro, assim como nas compras online, valendo ao Banco os prestigiados prémios Visa International, nas categorias “Visa Cross Border Champion Award, E-com Warrior Award, Visa Premium Award 2019”.

Os prémios foram anunciados em Maputo, durante o Workshop anual da rede Visa International e os Bancos comerciais nacionais, parceiros da VISA. O Visa Cross border champion award - distingue o Moza como o banco que mais cresceu em transacções por cartão no estrangeiro; o E-Com warrior award - destaca o Banco como o que apresentou o maior crescimento no volume de transacções online, e o Visa Premium Award 2019 - distingue-o, como o Banco que registou o maior crescimento na emissão e nas transacções nos cartões Platinum.

#### OUTUBRO

##### Abertura de 3 novas Agências em igual número de Distritos

O Banco inaugurou no dia 07 de Outubro, (3) novas Agências bancárias, sendo uma na província de Gaza (Distrito de Mapai), uma na província de Manica (Distrito de Machaze) e a terceira na província de Nampula (Distrito de Nacaroa).

Estas inaugurações enquadram-se na iniciativa presidencial “Um Distrito Um Banco”, que visa impulsionar a expansão da rede bancária no País, dotando todos os distritos com uma instituição financeira.

#### **Realização do Concurso “Poupa o Teu Valor”**

No âmbito do Dia Mundial da Poupança, que se assinala no mês de Outubro, o Banco levou a cabo um conjunto de actividades abrangentes e inclusivas a nível nacional, com particular destaque para o Concurso “POUPA O TEU VALOR”, que se realizou na Escola Primária Amílcar Cabral, na cidade de Lichinga, e que tinha como objectivo estimular a reflexão, o debate, a partilha de experiências e de conteúdos que estimulem a formação de poupança e transmissão do conhecimento básico sobre o uso do dinheiro.

Paralelamente, decorreu um concurso nas redes sociais que priorizava o uso das ferramentas digitais, com a utilização dos recursos multimédia, através dos quais os utilizadores das redes sociais participavam, enviando um filme curto, com dicas de como poupar.

#### **Parceria com a Associação Moçambicana dos Magistrados do Ministério Público (AMMMP)**

O Moza Banco rubricou um memorando de entendimento com a AMMMP que tem por objecto estabelecer os termos e condições que irão permitir o desenvolvimento de um relacionamento e compromisso de cooperação entre o MOZA BANCO e a AMMMP, através do estabelecimento de relações mutuamente vantajosas entre as Partes, que permitam proporcionar aos membros da AMMMP, acesso a uma vasta gama de serviços e produtos financeiros em condições competitivas.

#### **Apoio a Selecção sénior feminina de basquetebol para participação no torneio pré-olímpico de qualificação para os Jogos Olímpicos Tóquio 2020**

No âmbito da contribuição para a massificação do Desporto, enquadrado na Política de Responsabilidade Social, o Moza Banco assinou, em Novembro, um acordo de parceria com a Federação Moçambicana de Basquetebol, para apoiar a participação da selecção nacional sénior feminina de basquetebol no torneio pré-olímpico de qualificação para o Jogos olímpicos Tóquio 2020 tendo a selecção nacional conseguido apurar-se para a fase de qualificação na Sérvia.

### **DEZEMBRO**

#### **Cerimónia de lançamento da obra “O Terrorista Elegante e Outras Histórias” da autoria de Mia Couto e do angolano José Eduardo Agualusa.**

No âmbito da aposta na promoção das artes e cultura, o Banco, juntou-se à Fundação Fernando Leite Couto para o lançamento da Obra “O terrorista elegante e outras histórias”, do renomado escritor moçambicano Mia Couto e do angolano José Eduardo Agualusa. Com este apoio, reforçamos o nosso compromisso de promover as artes e letras no país”.



## 5. Estrutura Accionista e Órgãos Sociais

### 5.1 Estrutura Accionista

#### Estrutura accionista

Durante o ano de 2019, a estrutura accionista do Moza Banco manteve-se inalterada, tendo o capital social fixado em MZN 3.943.250.000. No entanto, após a aquisição do ex-BTM em finais de 2018, no dia 23 de Agosto de 2019 materializou-se a fusão entre as duas instituições por via de incorporação do ex-BTM na estrutura accionista do Moza Banco. Com a fusão, o Moza tornou-se mais forte e num banco com uma dimensão abrangente que pretende disputar um lugar de relevo no panorama do sistema financeiro nacional.

Accionistas	Número de Acções	Valor Nominal (Em Meticais)	Percentagem do Capital
Kuhanha, S.A	468,482	2,342,410,000	59.40%
Arise B.V.	235,000	1,175,000,000	29.80%
Moçambique Capitais, S.A	43,435	217,175,000	5.51%
NB ÁFRICA, SGPS, S.A	41,732	208,660,000	5.29%
António Matos	1	5,000	0.00%
<b>Moza Banco</b>	<b>788,650</b>	<b>3,943,250,000</b>	<b>100.00%</b>

A distribuição geográfica de acções manteve-se inalterada em 2019, sendo que o destaque continua a ser o peso dos Accionistas moçambicanos, que representam 64,91% do número total de acções, demonstrando que o Moza continua a ser a única instituição financeira moçambicana cujo capital social é detido na sua maioria por entidades nacionais.

Origem	Percentagem do Capital
Moçambique	64.9106%
Holanda	29.7978%
Portugal	5.2916%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

### 5.2 Órgãos Sociais e Modelo de Governação

Os Órgãos Sociais do Moza Banco são: Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Comissão Executiva. Os Órgãos Sociais do Moza são eleitos em Assembleia Geral de Accionistas, e os respectivos mandatos têm a duração de três anos.

Em 9 de Outubro de 2019, a Sr<sup>a</sup> Sariel Amosse Nhabinde renunciou o cargo de Vogal do Conselho Fiscal.

A 31 de Dezembro de 2019, a composição dos Órgãos Sociais do Moza Banco era a seguinte:

Assembleia Geral		Conselho Fiscal	
Cargo	Nome	Cargo	Nome
Presidente	Lourenço Joaquim da Costa Rosário	Presidente	Venâncio Matsotsombane Chirime
Vice-Presidente	Maria Violante Jeremias Manuel	Vogal	Maria de Jesus Matola Langa
Secretária da Mesa	Sara Mondego Marques	Suplente	Maria Lúcia Zacarias
Conselho de Administração		Comissão Executiva	
Cargo	Nome	Cargo	Nome
Presidente	João Filipe de Figueiredo Júnior	Presidente	João Filipe de Figueiredo Júnior
Administrador Executivo	Manuel Duarte Emauz de Vasconcelos Guimarães	Administrador Executivo	Manuel Duarte Emauz de Vasconcelos Guimarães
Administrador Executivo	Vítor Manuel Latas Brazão	Administrador Executivo	Vítor Manuel Latas Brazão
Administrador não Executivo	Deepak Malik		

#### Modelo de Governação

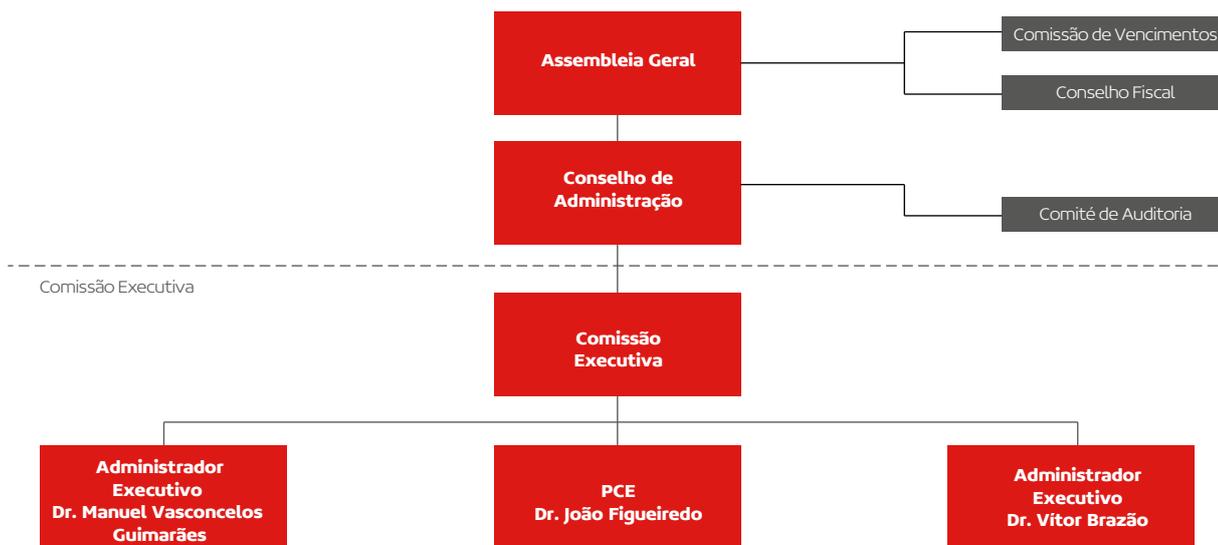
A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos Accionistas, sendo que as suas deliberações são vinculativas para todos eles quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos.

O Moza Banco adopta um modelo de governação em que a responsabilidade pela condução da sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, o qual delega a gestão corrente da actividade à Comissão Executiva, cabendo a função de fiscalização ao Conselho Fiscal. Actualmente, o Presidente do Conselho de Administração (Chairman) mantém as funções de um Executivo, presidindo igualmente à Comissão Executiva. De acordo com os estatutos, o Conselho de Administração reúne uma vez em cada trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente.

Adicionalmente, compete ao Conselho de Administração designar o Secretário da Sociedade e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar, e incumbe, entre outras actividades que lhe são atribuídas, orientar e apoiar os Órgãos Sociais do Banco em matérias de governação corporativa, legalidade e administrativa, para além do apoio às reuniões do Conselho de Administração e restantes Órgãos Sociais.

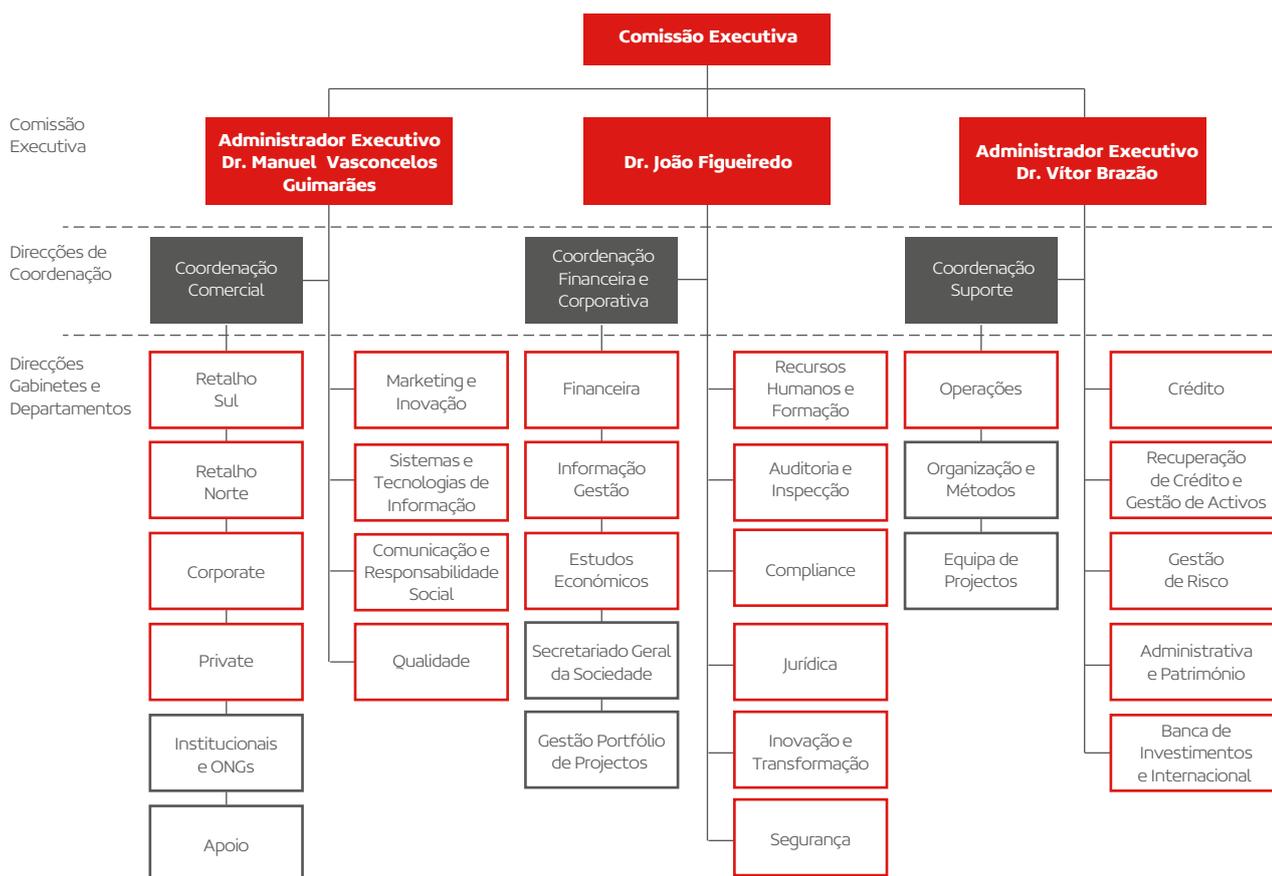
A Comissão de Vencimento tem funções consultivas em matéria de política de remuneração a aplicar aos Órgãos Sociais do Moza. De salientar que a política remuneratória dos membros dos Órgãos da sociedade é revista anualmente.

A estrutura organizativa do Moza Banco, no final do exercício de 2019, apresentava a seguinte composição: Em 2019, o Banco ajustou a sua estrutura organizativa decorrente do processo de fusão, tendo as competências e responsabilidades entre os membros da



Comissão Executiva e as direcções, repartido, em final de 2019, conforme abaixo:

Destaque vai para a criação da unidade da Banca de Investimento, o que reforça compromisso do Banco em continuar a apoiar os seus clientes na busca de



soluções financeiras dando suporte às actividades do "core business". O principal objectivo é de prestar serviços de assessoria financeira para a estruturação de financiamentos adaptados às necessidades de grandes projectos, sendo de destacar a actividade de Corporate e Project Finance.

#### Comités

Para apoiar na gestão corrente do Banco, no final de 2019, a instituição apresentava os seguintes Comités funcionais:

##### Conselho de Direcção

Órgão de carácter consultivo que tem como principal função apoiar a Comissão Executiva na avaliação do desempenho das actividades do Banco, procurando garantir o nível de cumprimento dos objectivos definidos e propor as devidas medidas estratégicas para o seu alcance. Este fórum congrega a totalidade da estrutura Directiva do Banco, promovendo a gestão participativa e alargada.

##### Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO "Assets and Liabilities Committee")

Órgão de consulta da Comissão Executiva para a execução da política financeira definida para o Banco, sobre a forma de gestão integrada de activos e passivos, garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, variação de taxa de juro, repricing) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa.

##### Comité de Risco

Órgão de carácter consultivo, com principal função de apoiar a Comissão Executiva na monitorização, avaliação e evolução do perfil integrado de risco do Banco. Tem como objectivo, propor políticas, processos e metodologias de avaliação, gestão e controlo das principais naturezas de risco inerentes ao desenvolvimento da actividade do Banco, quer sejam risco financeiro quer sejam não financeiros.

##### Comité de IT

Órgão de carácter consultivo, com principal função de monitorar os desenvolvimentos solicitados à Direcção de Sistema e Tecnologia de Informação (DSTI), fazendo o alinhamento da capacidade do IT com os pedidos de negócio, permitindo maior controlo sobre os desenvolvimentos em curso. Tem como objectivo garantir que sejam atendidas as prioridades estratégicas do Banco em matéria de IT, fornecer ponto de situação e controlo das iniciativas em curso na DSTI, garantir o alinhamento entre iniciativas e visibilidade sobre o portfólio e ultrapassar barreiras na lógica da gestão corrente de IT (priorização).

##### Conselho de Crédito

Órgão de carácter consultivo, responsável por decidir as principais operações de crédito em que o Banco intervém, de acordo com as políticas de risco e de crédito definidas internamente pelo Banco.

##### Comité de Auditoria

Órgão de carácter consultivo, com responsabilidades delegadas pelo Conselho de Administração, que responde por determinadas funções específicas do Conselho de Administração, assim como a ele reporta, com responsabilidades ligadas a elaboração das demonstrações financeiras, incluindo divulgações, controlo interno, auditoria interna e externa, e em relação as medidas correctivas.



## 6. Visão, Missão e Estratégia

### Visão e Missão

A Visão do Moza Banco é de ser o Banco de referência em Moçambique na prestação de serviços financeiros de qualidade aos segmentos Retail, Private, Corporate e Institucional de acordo com os critérios de eficácia, eficiência e rentabilidade estabelecidos pelos seus accionistas e implementados pela sua gestão.

A sua Missão consiste em providenciar produtos e serviços financeiros de alta qualidade e com elevados padrões de eficiência aos seus Clientes, alinhando as estratégias com vista a acrescentar valor para os mesmos, oferecendo produtos e serviços que vão ao encontro das suas necessidades. Os valores do Banco estão assentes no Saber, Rigor, Transparência, Orientação para o Cliente, Integridade, Ética, Inovação e Vanguarda.

### Estratégia

Em 2019, no âmbito de reestruturação do capital social que culminou com a entrada da Arise na estrutura accionista do Banco e na aquisição do Banco Terra, os accionistas aprovaram um novo Plano Estratégico para o período compreendido entre 2019 e 2023.

O referido plano, compreende três fases, nomeadamente:

- **Primeira fase do ciclo, designada fase de Integração (2019)**, onde foi dada a ênfase à integração do ex-BTM no Moza Banco, alavancando os activos de ambas instituições, em particular o capital humano, promovendo a capacitação interna e orientação por objectivos, por forma a contribuir para o incremento da produtividade e internalização dos sistemas e processos, em detrimento de Outsourcing, reduzindo assim a dependência por fornecedores. Ainda neste contexto, é prevista a implantação de um conjunto de iniciativas com intuito de tornar o Banco mais eficiente, através da optimização de processos.
- **Segunda fase de ciclo, designada fase do break-even (2020 a 2021)**, onde será dada a continuidade ao desenvolvimento comercial, capitalizando a rede de balcões e o capital humano interno, fornecendo produtos e serviços de valor acrescentado para o Cliente, ao mesmo tempo que o banco dá continuidade à optimização da estrutura operacional, dos processos e sistemas.
- **Terceira fase do ciclo, designada fase de rentabilidade (2022 a 2023)**, nesta fase deverão ser atendidos os aspectos potenciadores do rigor, responsabilidade e cultura centrada no capital humano, para que se consolidem os níveis de produtividade obtidos, excelência operacional e inovação, contribuindo para a consolidação da satisfação do cliente.

Ainda neste contexto, a estratégia de negócio do Moza assenta nos seguintes segmentos:

1. **Banca de Retail:** o Moza irá assegurar a diferenciação no mercado pela qualidade do serviço prestado e pela oferta de produtos e serviços inovadores no segmento de particulares, por um lado e, por outro, irá fidelizar as PMEs e promover uma forte captação de recursos.
2. **Institucionais:** o Moza pretende incrementar o portfólio de clientes do sector do Estado através da oferta de produtos/serviços à administração local e fundos sectoriais.
3. **Corporate:** neste Segmento, o Banco pretende dinamizar uma oferta integrada de produtos e serviços, multicanal, de forma a fomentar uma relação de parceria e proximidade.
4. **Banca de Investimento:** o Moza Impulsionará serviços de assessoria financeira para a estruturação de financiamentos adaptados às necessidades dos grandes projectos.
5. **Recuperação:** O Moza irá gerir a sua carteira de vencido de forma integrada, proactiva e célere, diminuindo os custos com as imparidades e possibilitando a libertação de capital.

No que concerne ao nível de execução do Plano para a primeira fase do ciclo “Integração”, em linhas gerais, e não obstante a manutenção de uma conjuntura económica adversa, podemos afirmar que o Banco alcançou os objectivos de Integração do extinto BTM na sua estrutura, uma operação que observou todos os trâmites, incluindo aprovação por parte do Banco de Moçambique, regulador do sistema financeiro moçambicano, e das demais entidades Legais, o que veio abrir uma nova página na história do Moza Banco e assinalar um passo determinante no sentido da construção e consolidação não só do Banco, como do Sistema Financeiro no geral.



## 7. Responsabilidade Social

### 7.1 Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social tem, desde sempre, constituído uma prioridade no Moza Banco, enquanto instituição comprometida com o desenvolvimento social e económico sustentável de Moçambique. Este compromisso é evidenciado através de inúmeras acções, atitudes e iniciativas que o Banco tem vindo a implementar a apoiar neste domínio ao longo destes mais de 11 anos. Enquanto instituição financeira com a maioria do capital Nacional, a responsabilidade do Moza Banco é ainda maior neste domínio.

É com base nestes pressupostos que em 2019 o Banco continuou a realizar e apoiar vários eventos e iniciativas de responsabilidade social alinhados com as políticas nestas áreas, nomeadamente a Política de Responsabilidade Social, a Política de Voluntariado e a Política de Patrocínios. Das iniciativas realizadas, destacam-se as seguintes:

#### Público Externo:

##### Promoção de Jornada de Limpeza no âmbito do combate à malária

A malária continua a ser uma das principais causas de morte em Moçambique, por essa razão, o Governo tem apostado em parcerias com entidades do sector privado visando a erradicação desta doença.

Foi nesse contexto que o Moza juntou-se a esta causa e no âmbito da iniciativa denominada “Zero malária começa comigo”, realizou em Abril, uma jornada de limpeza que teve como palco o distrito da Manhiça, na província de Maputo. A mesma consistiu na limpeza do Hospital Distrital da Manhiça, recolha de lixo, dentre outras medidas para evitar a proliferação de mosquitos, principal causador da malária. O momento culminou numa feira de saúde e de prestação de serviços de cidadania, tais como abertura de conta, registo de crianças, obtenção de NUIT, entre outros.

##### Doação de diverso material ao Hospital Distrital de Manhiça

O Moza Banco, no âmbito das celebrações dos 62 anos de elevação da Manhiça à categoria de Vila Municipal, apetrechou o Hospital Distrital da Manhiça, na província de Maputo.

A doação, que resulta da parceria com o Conselho Autárquico da Manhiça, é composta de materiais de escritório, com destaque para secretárias, cadeiras, armários e blocos de gavetas.

##### Investimento na Sustentabilidade dos Hospitais em Nampula e Tete

O Moza Banco, no âmbito da sua política de Responsabilidade Social, investiu no apetrechamento dos Hospitais Rurais das províncias de Tete e Nampula, mais especificamente nos distritos de **Tsangano, Memba, Murrupula e Malema**, com equipamentos diversos, composto maioritariamente por armários, mesas, cadeiras, blocos de gavetas, entre outros, com o objectivo de melhorar as condições de trabalho e de atendimento dos profissionais do sector da saúde e utentes.

##### Disponibilização de Energia Eléctrica para o Hospital de Tsangano

Por forma a assegurar o fornecimento ininterrupto de energia eléctrica, o Moza Banco disponibilizou um posto de transformação de energia eléctrica para alimentar o Hospital de Tsangano, facto que visa melhorar substancialmente os serviços oferecidos por aquela unidade sanitária.

##### Promoção da Sustentabilidade da Indústria Cultural

Moza Banco e o Núcleo D'Arte - Associação de Desenvolvimento Cultural moçambicana, formalizaram uma parceria visando conferir maior sustentabilidade a indústria cultural nacional, mediante o desenvolvimento de acções envolvendo os artistas na abordagem de questões relacionadas com as mudanças climáticas, preservação da vida selvagem, para além de outras áreas temáticas relevantes para a sociedade.

Neste âmbito, durante a cerimónia de assinatura da parceria, foi apresentado pela ANAC – Administração Nacional das Áreas de Conservação, o cenário da vida selvagem e animal no País, e dos grandes desafios tendo em vista o combate a caça furtiva e elevação da consciência de cidadania e preservação ambiental, a cerca de 40 artistas do Núcleo D'Arte que participaram do evento.

##### Educação Financeira

Enquadrado nas comemorações do Dia Mundial da Poupança, o Moza Banco levou a cabo um conjunto de actividades abrangentes e inclusivas a nível nacional, com particular destaque para o Concurso “POUPA O TEU VALOR”, realizado na Escola Primária Amílcar Cabral, na cidade de Lichinga, e que teve como objectivo estimular a reflexão, o debate, a partilha de experiências e de conteúdos que incentivem poupança e transmissão do conhecimento básico sobre o uso do dinheiro. Paralelamente foi realizado um concurso nas redes sociais que desafiava os participantes, a enviar um filme curto, original e criativo, com dicas de como poupar.

##### Campanha de preservação da biodiversidade e combate a malária

No âmbito dos Memorandos rubricados com a ANAC e o MISAU, visando a preservação da biodiversidade e combate a malária respectivamente, o Banco em 2019 reforçou as suas acções de sensibilização sobre os perigos associados à malária e disseminação das formas de prevenção com vista a sua erradicação por um lado, e sobre os crimes ambientais e outras ameaças a biodiversidade, por outro.

Com o efeito, foram disseminadas campanhas através de diversos meios de comunicação de que o Banco dispõe, com particular destaque para os autocarros de transporte público de passageiros, actualmente em circulação nos Distritos, Cidades e Vilas do País.

#### Público Interno:

##### Clube Moza

Com o objectivo de dinamizar um conjunto de actividades nas frentes culturais, desportivas e sociais beneficiando todos os colaboradores, cônjuges e filhos sempre que aplicável, o Banco instituiu o Clube Moza em 2016 tendo desde a sua criação, se destacado na implantação de diversos projectos.

##### Desporto

Em 2019 o Clube Moza dinamizou a participação dos colaboradores em torneios promovidos pelo Banco de Moçambique, “Liga Metical”, nas modalidades de Futsal e Basquetebol em Maputo, Maxixe, Nampula e Xai-Xai. Note-se que particularmente em Maxixe e Xai-Xai as equipas Moza sagraram-se campeãs em futsal cujos torneios contaram com a participação de outras instituições financeiras. Outrossim, a dinamização de actividades desportivas conseguiu estimular a ideia de que os colaboradores têm uma ferramenta de lazer e de saúde para desfrutar nos seus tempos livres.

##### Operação B.I. Novo

Esta operação tem como objectivo facilitar os colaboradores, seus cônjuges e filhos na renovação, aquisição e modificação do Bilhete de Identidade. Com apoio da Direcção Nacional de Identificação Civil foi possível concretizar a emissão de 397 Bilhetes de Identidade, de entre colaboradores, cônjuges e seus dependentes. Com esta operação conseguimos fortalecer a capacidade de exercício de cidadania dos nossos colaboradores, visto que cidadãos sem Bilhete de

Identidade têm a sua vida condicionada, se tivermos em conta a importância do BI ao longo da vida de quem está inserido numa sociedade e tem de praticar actos de diversa natureza com recurso a este documento.

#### **Moza Voice Show**

O Programa Moza Voice Show é um evento promovido pelo Clube Moza com carácter exclusivamente recreativo e cultural, participado pelos colaboradores de forma voluntária e gratuita.

Com a realização do programa conseguiu-se com sucesso incentivar, intensificar a criatividade artística dos colaboradores do Moza.

Na sequência do processo de incorporação do ex-BTM no Moza Banco, o Moza Voice foi um instrumento aglutinador que conseguiu proporcionar uma integração dos colaboradores de diversas unidades do MOZA, através de actividades artísticas e culturais.

#### **Programa “Voluntários Moza”**

Em 2019 foram Lançadas as bases para o estabelecimento do Programa “Voluntários Moza”, onde pretendemos interligar o Moza, os Voluntários e a Sociedade, buscando continuamente sensibilizar, capacitar, facilitar e Promover acções no sentido de estimular e apoiar os colaboradores para o exercício da sua cidadania, mobilizando-os para acções voluntárias que contribuam para a redução das desigualdades sociais.

O Moza pretende ser referência nas acções voluntárias dos colaboradores com o objectivo de actuar no contexto local, proporcionando benefícios para as comunidades.

## **7.2. Patrocínios**

A política de Responsabilidade Social do Moza tem como uma das directrizes, promover o envolvimento com o público externo através de patrocínios e investimentos sociais, essencialmente nas áreas de Cultura, Educação, Cidadania, Sustentabilidade e Solidariedade a serem realizados prioritariamente nas regiões onde haja presença comercial do Moza Banco.

Neste contexto, é de realçar os seguintes patrocínios concedidos em 2019:

#### **Apoio para a Realização da Gala da ANJUR e Premiação de melhores estudantes do Curso de Direito**

O Moza participou e apoiou na realização da Gala de Celebração dos 5 anos da ANJUR - Associação Nacional dos Juristas Moçambicanos. O referido evento, que contou com a presença de magistrados e figuras proeminentes do cenário jurídico moçambicano, teve como momento alto a premiação dos dois melhores estudantes finalistas do curso de Direito, do ano 2018, da Universidade Politécnica.

O Moza, representado na cerimónia pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. João Figueiredo, no âmbito da sua Política de Responsabilidade Social, que tem a Educação como uma das áreas prioritárias, procedeu a entrega de 2 cheques de 25.000,00 MT cada, destinados aos melhores estudantes do curso de Direito, em reconhecimento ao mérito académico.

#### **Espectáculo musical alusivo a Quinzena da Criança**

Por ocasião do Dia da Criança Africana, que coincide com o aniversário do Banco, o Moza Banco patrocinou um espectáculo musical para crianças realizado pela conceituada Banda “TP50”. O mesmo teve lugar no dia 15 de Junho, no CINE Scala e era direccionado aos filhos dos colaboradores do Moza e do extinto BTM. De referir que o show teve transmissão em directo na Antena Nacional da Rádio Moçambique o que permitiu abranger ouvintes a nível nacional.

#### **Lançamento da obra “A Mulher Em Maputo: Dimensões Antropológicas De Género E Reprodução”**

A pesquisadora do Centro de Integridade Pública (CIP), Clélia Pondja, estreou-se em 2019 como escritora, com o lançamento do livro “A Mulher Em Maputo: Dimensões Antropológicas De Género e Reprodução”. A obra aborda com profundidade a sua visão sobre os factores que contribuem na forma de pensar e agir das mulheres na sociedade moçambicana, em particular, na cidade de Maputo. A autora procurou durante a pesquisa, compreender o sentimento das mulheres sobre a divisão de trabalho, as obrigações, proibições, tabus, medos e silêncios.

Em reconhecimento do valor da obra e o seu contributo no enaltecimento do papel da Mulher, particularmente da Mulher Moçambicana na construção da Sociedade, o Moza Banco apoiou o seu lançamento e divulgação.

#### **Apoio as celebrações do Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas**

A Embaixada de Portugal em Maputo organizou no mês de Junho de 2019, a habitual celebração em Maputo do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas que constitui um momento de excelência para a valorização de Portugal em Moçambique, quer no âmbito das relações bilaterais nos diferentes domínios, quer no que respeita ao contributo da Comunidade Portuguesa para o desenvolvimento de Moçambique.

O Moza Banco tem tradicionalmente apoiado e participado nestas celebrações, e o ano 2019 não foi excepção.

#### **Apoio a Selecção nacional Sénior Feminina de Basquetebol**

No âmbito da sua contribuição para a massificação do desporto, o Moza Banco assinou, um acordo de parceria com a Federação Moçambicana de Basquetebol, para viabilizar a participação da selecção nacional sénior feminina de basquetebol no torneio pré-olímpico de qualificação para os Jogos olímpicos Tóquio 2020. A assinatura deste acordo que teve lugar na sede do Moza Banco, foi testemunhado por membros do Governo, do Conselho de Administração do Moza, atletas e representantes de clubes desportivos.

Importa referir que o torneio de qualificação para o pré-olímpico de basquetebol decorreu de 14 a 17 de Novembro de 2019, no Pavilhão de Maxaquene, em Maputo tendo as “Samurais” se conseguido qualificar-se para o certame.

#### **Edição e lançamento do livro “O terrorista elegante”.**

No âmbito da sua aposta na promoção das artes e cultura, o Moza Banco, juntou-se à Fundação Fernando Leite Couto para o lançamento da Obra “O terrorista elegante e outras histórias”, do renomado escritor moçambicano Mia Couto e do angolano José Eduardo Agualusa.

A cerimónia de lançamento de “o Terrorista Elegante” teve lugar, na Fundação Fernando Leite Couto, em Maputo, e aconteceu um dia após o pré-lançamento que teve como palco o auditório Marrabenta, do Moza Banco.

A obra “O terrorista elegante e outras histórias” tem a chancela da Fundação Fernando Leite Couto, entidade vocacionada na promoção das artes, e o seu lançamento contou com o apoio de parceiros, com destaque para o Moza Banco.



## 8. Enquadramento Macroeconómico

### 8.1 Economia Mundial

#### Evolução do PIB (Produto Interno Bruto)

Em 2019, o ritmo de crescimento da economia global abrandou para 2,9%, marcando a evolução mais baixa desde a crise financeira internacional.

Globalmente, o ano de 2019 assistiu a duas tendências distintas: uma 1ª metade de crescimento económico tímido, decorrente essencialmente dos efeitos da tensão comercial entre a China e os Estados Unidos da América. Na Alemanha, por exemplo, a disputa comercial agravou a contração da actividade de exportação automóvel do país, resultado do abrandamento da procura do lado da China, seu principal mercado auto.

Na 2ª metade de 2019, evidenciou-se uma aceleração da actividade económica global, com maior ímpeto nos mercados emergentes, embora se tenha ainda observado algumas disrupções na Argentina, Turquia e Índia. Este registo foi possível devido ao relaxamento das tensões entre a China e os Estados Unidos da América (embora nenhum acordo ter sido celebrado entre os países em 2019), a redução da probabilidade de um hard Brexit (saída sem acordo por parte do Reino Unido da União Europeia) e a adopção de políticas monetárias expansionistas nas economias avançadas da Zona Euro, Reino Unido, Estados Unidos da América, Japão e China, sendo que esta última também introduziu estímulos fiscais.

#### Evolução da Inflação

O abrandamento global da actividade económica em 2019 impulsionou a redução geral de pressões inflacionistas. Em termos médios, a inflação nos países desenvolvidos reduziu de 2,0% em 2018 para cerca de 1,5% em 2019. A mesma tendência desinflacionária foi evidente nos mercados emergentes e em vias de desenvolvimento, tendo a inflação média baixado de 4,8% para 4,7%, e nos países da África Subsaariana, observando uma desaceleração do índice, passando de 8,5% para 8,4% no período em referência.

O abrandamento da procura global, actividade industrial, produção e a ténue expressão das cotações das commodities de energia (ex: carvão, petróleo e gás) e metais (ex: alumínio) representam os principais factores da redução de pressões inflacionistas.

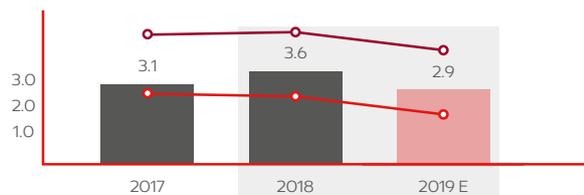
Este ambiente de baixa inflação global permitiu de forma transversal a adopção por parte dos bancos centrais de políticas monetárias expansionistas tanto nas economias desenvolvidas como também nos mercados emergentes e em vias de desenvolvimento.

Na Zona Euro, as taxas de política monetária até já se encontram em território negativo, com a *deposit facility e lending facility* em -0,5% (de 0,4% em 2016) e 0,25%, respectivamente. No entanto, nos EUA, a *federal funds target rate* observou três cortes durante 2019 no total de 75pb, para a banda de 1,5%-1,75%, revertendo totalmente os aumentos registados em 2018. As decisões de cortes foram tomadas num contexto de observância de indicadores económicos favoráveis nos EUA, nomeadamente a baixa taxa de desemprego e o PIB. Contudo, receios sobre os impactos da fraca procura mundial e a guerra comercial contra a China representam as principais causas dos cortes da *federal funds target rate*.

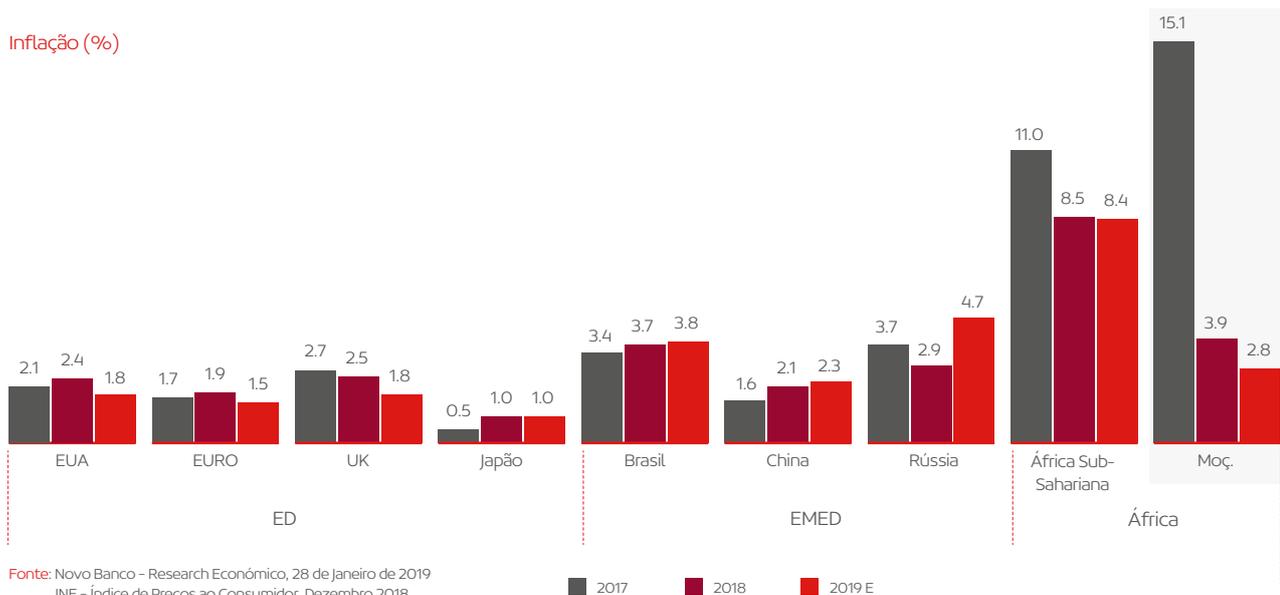
De acordo com o Fundo Monetário Internacional, o crescimento global do PIB seria pelo menos 0,5pp inferior ao registo esperado na ausência dos estímulos monetários realizados. A implementação de cortes nas taxas de política monetária permitiu também ancorar alguns condicionalismos no crescimento económico resultantes da tensão comercial entre a China e os EUA.

#### Crescimento Económico Global (%)

- Mundial (Global)
- Economias Desenvolvidas (ED)
- Economias Emergentes e em Desenvolvimento (EMED)



#### Inflação (%)



Fonte: Novo Banco - Research Económico, 28 de Janeiro de 2019  
INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2018

■ 2017 ■ 2018 ■ 2019 E

### Economias Desenvolvidas

As economias desenvolvidas continuaram a demonstrar moderação em relação ao seu potencial de crescimento. Nos EUA, as incertezas relacionadas com o comércio internacional pesaram negativamente sobre o investimento, embora o emprego e o consumo tenham-se mantido robustos, estimulados também por uma política monetária expansionista.

Na Zona Euro, o fraco desempenho da actividade de exportação, explicada parcialmente pela queda da procura da produção automóvel na Alemanha, maior economia do bloco europeu, justificou a desaceleração económica da região, de 1,9% em 2018 para 1,2% em 2019.

No Reino Unido, a mudança da liderança do governo Conservador reflectiu um dos sinais de incertezas profundas relacionadas com o processo Brexit (retirada voluntária do Reino Unido da União Europeia).

As economias desenvolvidas da Ásia também sofreram um refreamento durante 2019. A Região Administrativa especial de Hong-Kong, a Coreia e Singapura observaram uma desaceleração económica essencialmente pelo efeito contágio da desaceleração económica na China e a guerra comercial entre a China e os EUA.

#### Crescimento Económico das Economias Desenvolvidas (%)



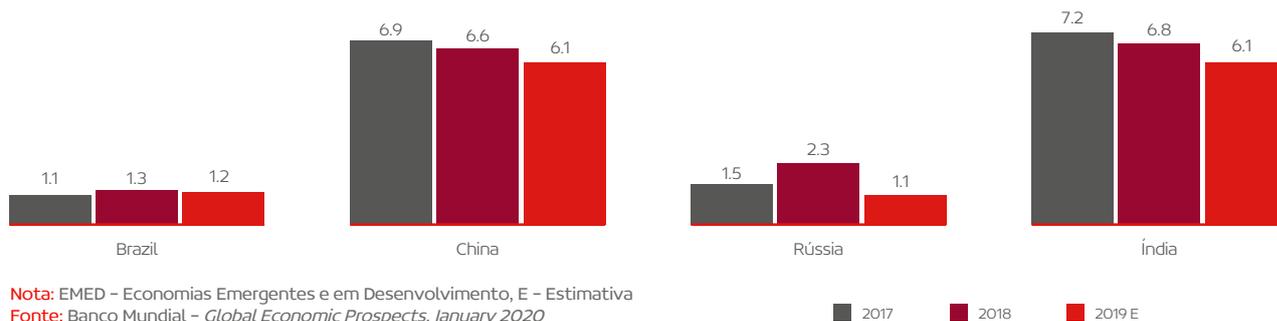
### Economias Emergentes e Economias em Desenvolvimento

A actividade económica nos países emergentes abrandou de forma substancial, passando de 4,5% em 2018 para 3,7% em 2019. Este grupo de economias foi o maior responsável pela quebra do ritmo de actividade económica verificada em 2019.

Nos emergentes asiáticos, a Índia registou um abrandamento da actividade devido a factores específicos em alguns sectores. Por exemplo, redução da procura global de automóveis, retracção da actividade de *real estate* alusiva a incertezas de natureza regulatória e preocupações associadas a saúde do sector financeiro não-bancário.

No Brasil, a redução da produção mineira (carvão) justificou o baixo ritmo de actividade económica. Na Rússia, tensões geopolíticas na Crimeia tiveram um impacto negativo na produção de petróleo e geração das respectivas receitas.

#### Crescimento Económico das Economias Emergentes e em Desenvolvimento (%)

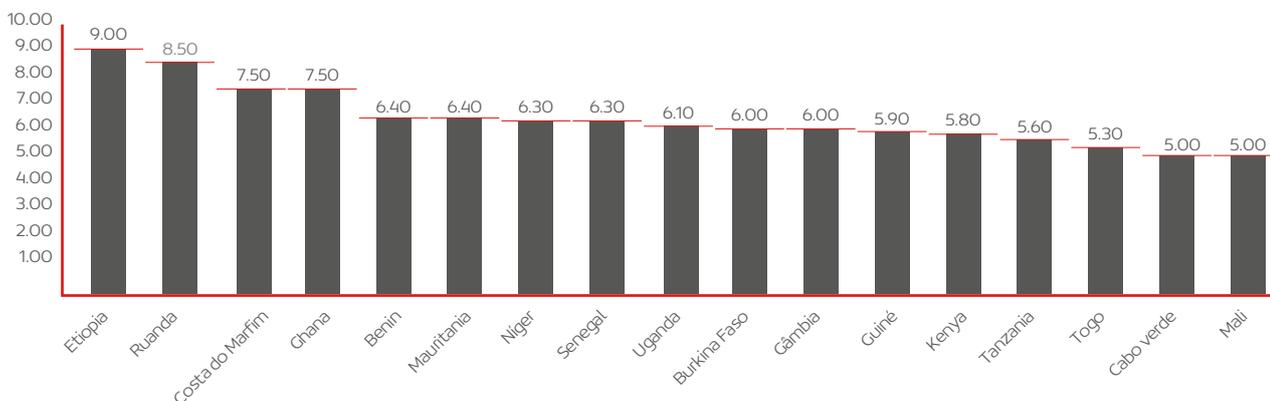


## 8.2 Economia Regional

As economias da África Subariana representam o grupo de países que registou uma melhoria no nível de crescimento económico entre 2018 e 2019, passando de 3,2% para cerca de 3,3%, respectivamente.

Cerca de 17 economias na região, que constituem aproximadamente 45% do PIB e 34% da população regional, cresceram acima de 5% em 2019.

A Costa do Marfim (7,4% para 7,5%) e Gana (6,3% para 7,5%) são apenas algumas das economias mais fortes de África que observaram uma melhoria no desempenho económico durante 2019, marco atingido também pela diversidade das suas actividades económicas (Gana) e baixa ou nenhuma dependência em produtos de exportação mineira e energéticos (Costa do Marfim), que tendem a observar maior volatilidade nos mercados internacionais.

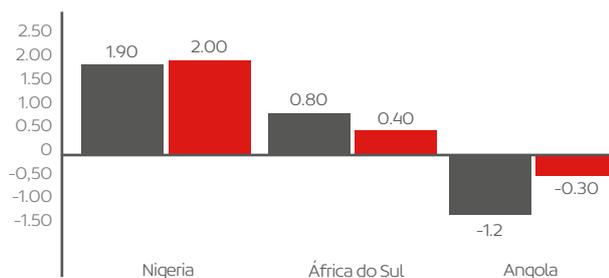


Nota: EMED – Economias Emergentes e em Desenvolvimento, E – Estimativa

Fonte: Banco Mundial – *Global Economic Prospects, January 2020*

Por outro lado, o crescimento em três das economias mais robustas da África Subariana – África do Sul, Angola e Nigéria – esteve aquém das expectativas. Em Angola, a redução significativa da produção de petróleo (de cerca de 2 milhões de barris para 1.4 milhões actualmente) condicionou as receitas de exportação do país, justificando a contração da actividade tanto em 2018 (-1,2%) como em 2019 (-0,3%). A redução da produção no país deve-se a queda de investimento estrangeiro (de algumas supermajors como a Total) resultante da tendência generalizada de redução das cotações internacionais de petróleo.

Na vizinha África do Sul, o crescimento económico foi condicionado pelas tensões político-sociais (greves no sector mineiro), constrangimentos na oferta de energia e baixa produção agrícola.



Fonte: Banco Mundial – *Global Economic Prospects, January 2020*

### Commodities

Entre 2018 e 2019, as cotações médias das commodities observaram uma redução com maior incidência sobre os produtos energéticos (ex: petróleo, carvão e gás) e metais. A queda das cotações dos metais e do carvão foi primariamente originada pela redução da procura do lado da China (maior importador mundial dos dois produtos) devido a redução das perspectivas de crescimento da economia em função das disputas comerciais com os EUA. A adesão parcial da China aos regulamentos internacionais para conservação do ambiente e redução da poluição também tem estado a contribuir para incitar a tendência de redução das cotações do carvão. As cotações do petróleo e do gás natural também caíram devido ao aumento da produção de petróleo e gás de xisto (shale gas) nos EUA (maior produtor mundial de petróleo) e ao aumento da produção de petróleo por parte da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

A produção total de cereais atingiu em 2019 um novo recorde de 2.715 milhões de toneladas, cerca de 2,3% acima das colheitas de 2018. Todavia, a evolução das respectivas cotações dos cereais, principal grupo de bens de alimentação importados por Moçambique, teve um comportamento misto

Commodities	Real					Δ Anual (%)	
	Dez-15	Dez-16	Dez-17	Dez-18	Dez-19	Dez-18	Dez-19
Petróleo Bruto Brent (USD/Barril)	52.4	44.1	54.4	71.1	64.0	31%	-10%
Petróleo Bruto WTI (USD/Barril)	48.7	43.2	50.9	64.8	57.0	27%	-12%
Alumínio (USD/MT)	1,664.7	1,604.2	1,967.7	2,108.0	1,794.5	7%	-15%
Ouro (USD/Onça)	1,160.7	1,249.0	1,257.6	1,269.0	1,392.5	1%	10%
Gas (USD/Milhões de UTB)	2.6	2.5	3.0	3.2	2.6	7%	-19%
Carvão Termico (USD/MT)	57.0	64.1	81.9	97.6	71.9	19%	-26%
Milho (USD/MT)	169.8	159.2	154.5	164.4	170.1	6%	3%
Trigo (USD/MT)	206.4	176.3	178.2	203.9	211.3	14%	4%
Arroz (USD/MT)	386.0	380.3	379.9	401.1	393.5	6%	-2%
Açúcar (USD/Kg)	0.6	0.6	0.6	0.6	0.6	-10%	3%
Algodão (USD/Kg)	1.6	1.6	1.8	2.0	1.7	9%	-15%
Tabaco (USD/MT)	4,908.3	4,806.2	4,731.6	4,859.5	4,715.2	3%	-3%

Nota: Preços baseado em médias anuais

Fonte: Banco Mundial – *Commodity Price Data, January 2020*

### 8.3 Economia Nacional

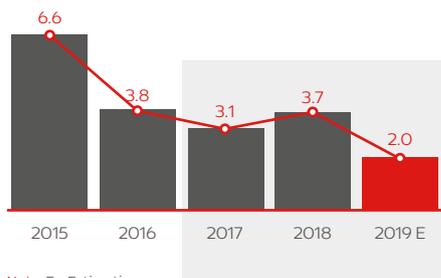
#### Evolução do PIB

Os dados mais recentes publicados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), indicam que até o 3º trimestre de 2019 o produto interno bruto de Moçambique cresceu em 2,30%, uma desaceleração em comparação ao registo de 3,6% no mesmo período de 2018. Uma análise mais profunda revela que os sectores de Transportes, Armazenagem, Informação e Comunicações tiveram maior preponderância no crescimento do PIB, com um peso de cerca de 32%. Os sectores de Agricultura (15%), Aluguer de Imóveis & Serviços Prestados as Empresas (13%) Indústria Transformadora (12%), Serviços Financeiros (10%) e Comércio (8%) também contribuíram de forma mais expressiva para o crescimento do PIB de Moçambique.

Por outro lado, notou-se o desempenho desfavorável de alguns sectores na economia, que até registaram uma contribuição negativa na evolução do PIB. A indústria de Extracção Mineira destacou-se na qualidade de maior redutor na actividade económica, com um peso de -8%, seguido pelo sector de Electricidade, Gás e Água (-3%).

A evolução do PIB prevista para 2019 deverá situar-se em cerca de 2,0%, abaixo da média dos países da África Subariana.

#### Evolução do PIB - Moçambique (%)



Nota: E - Estimativa

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais de Moçambique (IV Trimestre 2018)

Esta evolução menos favorável do PIB decorre essencialmente dos impactos dos choques climáticos e agudização das hostilidades militares no centro, sendo que os dois eventos tiveram maior preponderância nas províncias do centro e norte do país. O advento dos ciclones Idai (na província de Sofala) e Kenneth (na província de Cabo Delgado) provocaram não só a destruição de infra-estruturas públicas e privadas, como também condicionaram a capacidade produtiva (especialmente na Agricultura) do país, suscitando pressões inflacionistas.

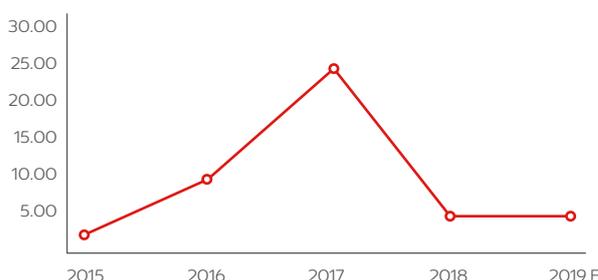
Moçambique encontra-se sob suspensão de apoio orçamental por parte dos seus parceiros internacionais desde 2016. Esta situação reduziu a capacidade de dotação e execução orçamental do Estado moçambicano, condicionando sobremaneira o crescimento económico, numa economia profundamente dependente de fundos públicos. A evolução do PIB em 2019 deverá ser a mais baixa desde a 1ª metade da década de 1990.

#### Inflação

Conforme antecipado, a inflação anual referente a 2019 continuou baixa e estável, na ordem de 3,50%, curiosamente ao nível similar do fecho de 2018 (3,52%) e em linha com o objectivo da Autoridade Monetária de manutenção do indicador em referência na ordem de 1 dígito ao médio prazo.

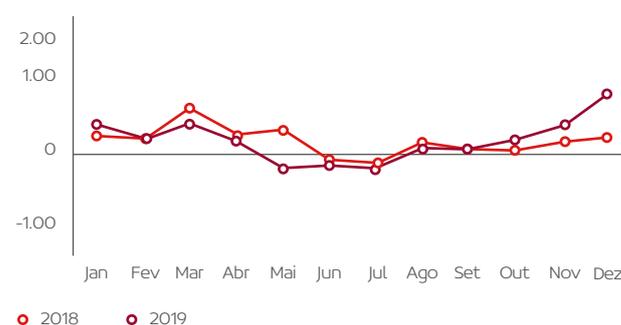
A inflação anual de Moçambique esteve em linha com a meta de convergência macroeconómica da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) para este indicador, de 3% a 7%, tendo também se mantido abaixo da inflação anual reportada na África Subariana, na ordem de 8,96%.

#### Evolução Inflação Anual (%)



Fonte: INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2019

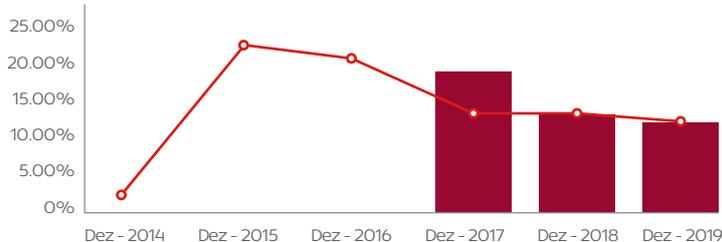
#### Evolução Inflação Mensal (%)



#### Mercado Monetário

Suportando-se da estabilidade verificada no nível geral de preços ao longo do ano, o Banco de Moçambique (BM) realizou dois cortes sobre a MIMO (taxa de política monetária), passando de 14,25% para 12,75%. Consequentemente, a PRSF (Prime Rate do Sistema Financeiro) reduziu no mesmo período, passando de 20,20% para 18%.

#### Taxas - MIMO & Mercado Monetário Interbancário



Fonte: Banco de Moçambique ■ MIMO ○ Taxas de Juros Interbancário Overnight

A tendência de redução do nível de taxas de juro comerciais aplicadas pelos bancos, em função dos cortes na taxa de juro de política monetária, impulsionou o aumento do crédito à economia, embora que de forma tímida. O crédito à economia aumentou em cerca de 3% em 2019, com maior preponderância para o crédito ao sector privado em moeda nacional.

A capacidade financeira limitada do Estado continua a restringir a despesa pública e a procura interna, apesar dos sólidos sinais de recuperação do crédito ao sector privado.

#### Mercado Cambial

No 1º semestre, o metical esteve sob forte pressão no sentido de sua depreciação em função do agravamento dos desequilíbrios na conta corrente, decorrentes do desempenho desfavorável da actividade de exportação e a conseqüente redução da oferta de divisas. A tendência de redução das cotações internacionais das principais commodities de exportação do país, tais como o carvão e o alumínio, com um contributo agregado de aproximadamente 60% do valor total das exportações do país, foi o principal factor de contracção do fluxo de divisas para a economia Moçambicana.

Todavia, a instituição de novas normas de funcionamento do mercado cambial por parte do BM - suspensão de operações com recursos a taxas de câmbio à prazo na compra e venda de moeda estrangeira, reforço de restrições sobre os pagamentos em moeda estrangeira nas transacções domésticas, estabelecimento de critérios para movimentação das contas em moeda estrangeiras e aumento significativo do coeficiente de reservas obrigatórias em moeda estrangeira, passando de 27% para 36% - conferiu algum suporte ao metical e assegurou maior estabilidade cambial nos meses subsequentes.

O câmbio de fecho de 2019 para o par USD/MZN foi 61,47, exactamente igual ao câmbio do último dia útil verificado em 2018.

O aumento das reservas internacionais para aproximadamente USD 3.6 mil milhões, equivalente a cerca de 6 meses de cobertura de importações, acima dos padrões mínimos (3 meses), excluindo as transacções dos grandes projectos, também proporcionou ao Banco de Moçambique uma maior capacidade de intervenção no mercado cambial.



### Estabilidade Financeira

De acordo com o BM, a principal vulnerabilidade no sistema financeiro moçambicano é o elevado nível de endividamento no sector público e o baixo crescimento económico. Adicionalmente, a qualidade da carteira de crédito dos bancos mostra sinais de risco, sendo que os dados mais recentes apontam para um nível de incumprimento de 11% (Junho de 2019), significativamente acima do limite de 5%, que é o benchmark internacional recomendável.

Por outro lado, no final de Junho de 2019, os fundos próprios das instituições de crédito estiveram um aumento significativo em termos acumulados (6%) e homólogos (25%), traduzindo também a robustez do rácio de solvabilidade, que se situou em 24%, acima da exigência mínima regulatória de 12%. Esta é uma indicação de que os bancos moçambicanos estão actualmente bem capitalizados.

A estabilidade financeira também é suportada por um sistema de pagamentos robusto, fiável, eficiente e seguro. A ocorrência de interrupções sistemáticas no funcionamento do sistema nacional de pagamentos, assistida em 2018 e 2019, representa ainda alguma fragilidade no sistema financeiro, ferindo substancialmente a confiança dos utilizadores em geral, sendo que a reversão deste quadro deve representar um desafio importante para as autoridades competentes.

### Política Fiscal

Em 7 de Novembro, a *Fitch Ratings* anunciou ajustes em alta da notação de risco de Moçambique, de RD para CCC, para operações de longo prazo em moeda estrangeira, e de CC para CCC, para operações de longo prazo em moeda nacional.

No dia 22 de Novembro de 2019, a *S&P Global Ratings*, uma agência de notação de risco, reviu em alta a notação de risco para Moçambique, de SD para CCC, no caso de moeda estrangeira em operações de curto a longo prazo, tendo afirmado também a notação de B-/B para as operações de curto e longo prazo em moeda nacional. Essencialmente, de acordo com a *S&P Global Ratings*, Moçambique passa a exibir uma notação de "estável" relativamente às suas perspectivas económicas.

As revisões na classificação do risco do país ocorrem após o Governo de Moçambique ter reestruturado a dívida Eurobond (emissão internacional de títulos para financiamento da EMATUM), que estava em default, por uma nova emissão de USD 900mio, com taxa de juro de 5% nos primeiros 5 anos e 9% nos anos subsequentes. Contudo, permanecem ainda alguns riscos no contexto macroeconómico na medida em que o país continua a apresentar défices no saldo orçamental e na balança de pagamentos.

Em 29 de Novembro de 2019, notou-se com agrado a admissão à cotação no Mercado de Cotações Oficiais da Bolsa de Valores de Moçambique, as Obrigações do Tesouro Fornecedores 2019, correspondentes ao valor global de MZN 3.602,11 milhões, que serviram para o estado regularizar parcialmente os pagamentos atrasados aos seus fornecedores.

Contudo, no contexto de gestão de política fiscal, o maior desafio do Estado permanece ainda na reversão do estágio actual do elevado nível de dívida, que de acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) apresenta-se em aproximadamente 117% do nível do PIB.

## 8.4 Perspectivas Económicas para 2020

### a) Economia Global

O FMI projecta que o crescimento da economia global deverá acelerar de 2,9% em 2019 para 3,3% em 2020. Contudo, esta evolução reflecte um ajuste em baixa das perspectivas do FMI em linha com a agudização das incertezas comerciais e geopolíticas e perspectiva de baixa produção industrial nas economias avançadas e emergentes.

PIB Economia Global (%)



Notas: E - Estimativa, P - Projectção

Fonte: Banco Mundial - *Global Economic Prospects, January 2019*  
FMI - *World Economic Outlook, January 2019*

A materialização de uma evolução positiva da economia global vai depender substancialmente dos esforços entre a China e os EUA em aliviar as tensões comerciais existentes entre elas e a capacidade de contenção tanto das hostilidades geopolíticas (ex: entre o Irão e EUA) como também do escalonamento da epidemia Coronavírus (Covid 19).

A China provavelmente vai manifestar alguma desaceleração na sua actividade produtiva devido a ocorrência do Covid-19, o que impacta o seu crescimento económico. Esta tendência poderá suscitar também a redução da procura de commodities por parte da China, contribuindo para a pressão em baixa das cotações das *commodities*, afectando assim a estabilidade cambial das economias exportadoras mais dependentes. Adicionalmente, as restrições de viagem, com especial incidência nos cidadãos chineses poderá representar um risco de contaminação na deterioração de expectativas de crescimento, principalmente, nos países asiáticos ao redor, que dependem fortemente do turismo da China (ex: Hong-Kong, Tailândia, Filipinas, Camboja, Vietname, Japão, Taiwan). De acordo com a *Fitch Solutions*, a China representa o mercado de cerca de 40% das exportações dos países asiáticos e 80% das viagens ocorridas na Ásia. Adicionalmente, os países na região, com um grau elevado de vulnerabilidades no sistema de saúde estão mais expostos à penetração e agudização da enfermidade e subsequentes impactos negativos na economia (ex: Camboja, Myanmar).

### Economias Desenvolvidas

O ritmo da actividade económica deverá reduzir, passando de 1,7% em 2019 para 1,6% em 2020. Nos EUA, projecta-se uma desaceleração económica, de 2,3% em 2019 para 2% em 2020, resultante de limitações para extensão da política monetária expansionista e dissipação do efeito dos estímulos fiscais adoptados em 2018. Antecipa-se que a economia da Zona Euro também acelere marginalmente, de 1,2% em 2019 para 1,3% em 2020, em função das expectativas de melhoria da procura externa. No Reino Unido, a actividade deverá acelerar de 1,3% em 2019 para 1,4% em 2020, assumindo uma transição ordeira do processo Brexit.

### Economias Emergentes e Economias em Desenvolvimento

Nos mercados emergentes, projecta-se uma aceleração para 4,7% em 2020 (contra 4,4% em 2019), sendo que esta previsão também traduz uma revisão em baixa no desempenho deste grupo de economias. Por um lado, a China justifica o abrandamento da actividade económica do grupo dos países emergentes, principalmente pelo impacto desfavorável da disputa comercial com os EUA. No sentido contrário, a manutenção da tendência crescente, embora tímida, será principalmente suportada pela expectativa de recuperação de economias que observaram um fraco desempenho em 2019, como no caso do Brasil, que se vai beneficiar da eliminação de disrupções no sector de mineração.

<b>Perspectiva do PIB - Economia Mundial</b> (Em %)	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019 E</b>	<b>2020 P</b>
<b>Mundial</b>	<b>3.1</b>	<b>3.0</b>	<b>2.4</b>	<b>2.5</b>
<b>Economias Avançadas</b>	<b>2.3</b>	<b>2.2</b>	<b>1.6</b>	<b>1.4</b>
EUA	2.2	2.9	2.3	1.8
Zona do Euro	2.4	1.9	1.1	1.0
Japão	1.9	0.8	1.1	0.7
<b>Economias Emergentes e em Desenvolvimento</b>	<b>4.3</b>	<b>4.3</b>	<b>3.5</b>	<b>4.1</b>
Rússia	1.5	2.3	1.2	1.6
Brasil	1.1	1.3	1.1	2.0
África Subsaariana	2.6	2.6	2.4	2.9

### b) Economia Regional

Antevê-se que o grupo de economias da África Subsaariana vai observar uma ligeira aceleração no crescimento económico, passando de 3,3% em 2019 para 3,5% em 2020. A fraca perspectiva de evolução económica da região deve-se a disrupção na capacidade produtiva das principais economias. Contudo, embora as políticas monetárias expansionistas tenham suscitado maior animação das mesmas num período de relativa contenção da inflação, a deterioração das finanças públicas na África do Sul e uma apertada margem para cortes adicionais da *repo rate* apontam um quadro menos favorável para o investimento. Na Etiópia, a consolidação do sector público necessária para a contenção das vulnerabilidades criadas pelo alto endividamento, representam riscos sobre o crescimento económico. A Angola deverá manter uma evolução negativa do PIB, decorrente da redução de investimentos no sector do petróleo nos últimos anos.

**Fonte:** Banco Mundial – *Global Economic Prospects, January 2020*

**Nota:** E – Estimativa, P – Projecção

### c) Economia Nacional

Os dados mais recentes do INE apontam para o abrandamento do PIB, situando-se em 2%, no 3º trimestre de 2019. Assim, continua-se a perspectivar uma desaceleração económica em 2019 (para cerca de 2%) decorrente dos impactos dos ciclones Ildai e Kenneth e o agravamento da instabilidade militar nas regiões do centro e norte do país. As perspectivas económicas para 2020 são mais optimistas, antecipando-se uma aceleração económica para 5,5%, essencialmente devido a observada intensificação de investimentos nos projectos de Oil & Gas que se encontram na fase inicial de construção de infra-estruturas no distrito de Palma, província de Cabo Delgado. As iniciativas de reconstrução pós-ciclones, maior dotação orçamental do estado e a aceleração do ritmo de expansão do crédito a economia acrescem as perspectivas de uma actividade económica mais expressiva em 2020.

A economia também poderá ser suportada pelos efeitos dos estímulos monetários realizados em 2019 e a continuação do processo iniciado pelo estado de regularização dos pagamentos internos em mora aos fornecedores, na ordem de MZN 4.000 milhões. Contudo, o crescimento económico em 2020 continuará condicionado pela prevalência de alguns riscos, nomeadamente, a instabilidade militar, ocorrências de choques climáticos (ex: previsão de chuvas acima do normal nos primeiros 3 meses do ano) e factores externos. A agudização das tensões políticas e comerciais que colocam os EUA no lado oposto da China, Irão e Europa e as incertezas associadas a operacionalização do Brexit representam factores que poderão suscitar alguma volatilidade nos diferentes mercados internacionais, com impactos também para Moçambique. O recente surto epidémico originado na China, Coronavírus, vai afectar o crescimento da 2ª maior economia mundial e os seus principais parceiros comerciais.

A África do Sul é o principal parceiro comercial da China em África. O comércio entre os dois países representa cerca de 20% do volume agregado da actividade de exportação e importação da África do Sul. A redução das receitas nas exportações pela queda da procura chinesa poderá agravar o quadro económico do país, com eventuais impactos também em Moçambique.

Pelos riscos acima arrolados, é expectável que a previsão de crescimento económico do país para 2020 seja ajustada em baixa. Embora continue-se a antecipar uma inflação de um dígito durante 2020, persistem ainda um conjunto de factores internos e externos conducentes a intensificação de pressões sobre a inflação. Aliás, a prevista aceleração da actividade económica representa um factor orgânico de pressão em alta dos níveis gerais de preços.

Prevê-se o agravamento da conta corrente em função do aumento significativo das importações e pagamento de serviços sobre o estrangeiro por parte das empresas ligadas aos projectos de Oil & Gas e de reconstrução pós-ciclones, provocando pressão incremental sobre o metical no sentido de sua depreciação em relação as moedas estrangeiras. Adicionalmente, o sucesso do estado moçambicano no estabelecimento de acordo para a reestruturação da dívida externa contraída pela Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM) significa também a retoma da realização dos reembolsos aos investidores em 2020, factor que representa mais um elemento de risco cambial sobre o Metical.

Relativamente a execução orçamental, antecipa-se a redução do défice e manutenção da estratégia de mobilização de recursos internos para financiamento de despesas do Estado. A melhoria do saldo orçamental, em cerca de 16%, resultará do aumento ponderado das despesas em função do Estado moçambicano encontrar-se ainda restringido dos mercados de capitais internacionais por inerência das dívidas externas contratadas pela EMATUM, PROINDICUS e MAM. Notamos que a capacidade de arrecadação de receitas para o estado será substancialmente influenciada também pelas variações das cotações dos principais produtos de exportação (alumínio e carvão).

O ano de 2020 marca o início efectivo dos investimentos em Palma, Província de Cabo Delgado, para a construção de infra-estruturas de suporte à actividade de exploração de gás natural na Bacia do Rovuma. A fase de construção de infra-estrutura compreende o período entre 2020 e 2023/4, sendo expectável o aumento do crédito as empresas privadas nacionais subcontratadas pelas concessionárias directa e/ou indirectamente. O crédito também será alavancado pelos projectos de reconstrução pós-ciclones em curso no país.

<b>INDICADORES</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019 E</b>	<b>2020 P</b>
PIB (Crescimento Anual %)	3.70	3.30	1.80	5.50
PIB (\$mio)	12,600	14,400	15,093	16,695
Inflação Anual (%)	5.65	3.52	3.50	5.00
Consumo Privado (% do PIB)	67.20	73.60	79.70	81.90
Consumo Público (% do PIB)	25.50	27.00	28.20	28.50
Investimento (% do PIB)	39.24	48.67	76.76	88.30
Exportações (\$mio)	4,725	5,196	5,465	5,763
Importações (\$mio)	5,223	6,169	7,971	8,394
Serviços, saldo (\$mio)	-2,324	-3,431	-6,504	-8,468
Conta Corrente, Saldo (\$mio)	-2,512	-4,371	-8,748	-11,142
Balança de Pagamentos (\$mio)	701	-726	-546	-132
Saldo Orçamental, antes dos donativos (% PIB)	-5.40	-7.30	-13.10	-9.70
Dívida Pública (% PIB)	110.40	110.50	117.00	111.40
Crédito a Economia (%)	-15.90	3.40	3,00*	9.30
Taxa MIMO (%)	19.50	14.25	12.75	12.25
USD/MZN	59.02	61.47	61.47	66.00
RIL (\$mio)	3,038	4,725	3,100	2,991
RIL (meses de cobertura das importações) <sup>***</sup>	6.80	5.50	6.00	5.10
IDE (\$mio)	1,271	2,563	1,991*	5,769

**Fonte:** Banco Mundial - Global Economic Prospects, January 2020

Banco de Moçambique - Resumo Mensal de Informação Estatística, Dezembro 2019

\* INE e Banco de Moçambique

\*\*Fitch Solutions

\*\*\* Reservas Internacionais Líquidas

**Nota:** E - Estimativa, P - Projecção

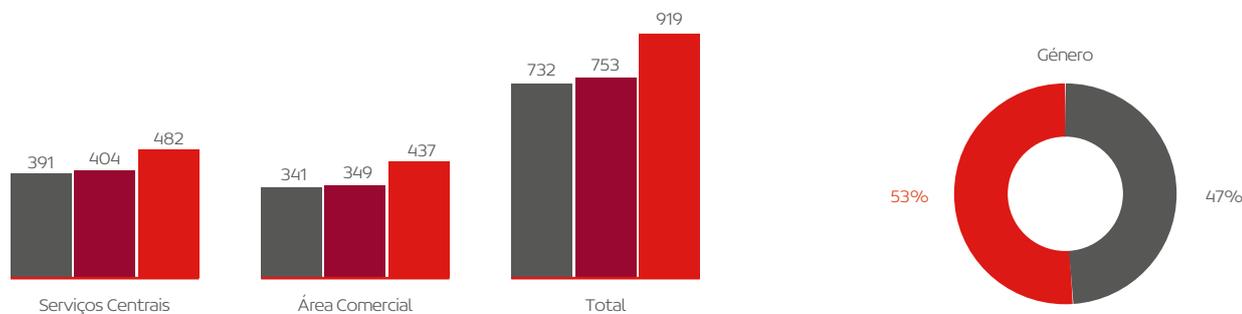


## 9. Actividades de Suporte ao Negócio

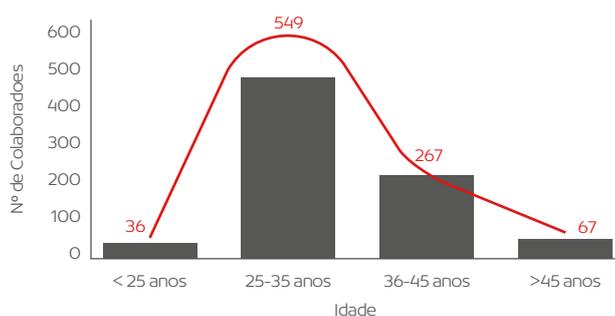
### 9.1 Gestão de Recursos Humanos

O ano de 2019, foi um ano desafiador, de boas oportunidades e da contínua reafirmação no mercado, mantendo a sua estrutura uniforme sempre alinhado com as directrizes estratégicas do Banco. Este ano foi marcado em grande parte pela Fusão do Moza Banco e o Banco Terra de Moçambique, este desafio exigiu uma rápida e adequada resposta dos Recursos Humanos nos processos que conduziu para o sucesso desta operação.

Em Dezembro 2019, o Moza Banco contava com 919 colaboradores, o que representa um incremento de 22% comparativamente ao ano transacto, sendo que cerca de 52% estavam afectos aos Serviços Centrais e 48% à Rede Comercial.



Respeitando o princípio do equilíbrio e igualdade de oportunidades de género na sua política de captação e retenção do Capital Humano, posicionamento que se encontra em perfeita sintonia com os seus valores corporativos, o Moza apresenta uma estrutura muito equilibrada, sendo de referir que 47% dos seus quadros são do género Feminino e os restantes 53% do género Masculino.



Por outro lado, a irreverência da sua actuação no mercado, que se alia a uma forte predisposição para promover a inovação, associada às novas tecnologias, constitui um traço diferenciador do Moza Banco. A composição maioritariamente jovem do seu quadro de pessoal reflecte esse facto, como é ilustrado no gráfico acima. Com efeito, a maior concentração dos seus Colaboradores (cerca de 60%) está posicionada na faixa etária entre os 25 - 35 anos, sendo a idade média dos Colaboradores de 35 anos.

#### Formação

O Moza Banco encara a formação profissional dos seus colaboradores como uma ferramenta indispensável de elevação da sua motivação, crescimento profissional e aumento da produtividade (fazer mais com menos). Em contexto macroeconómico particularmente adverso, de forte apelo à racionalização do investimento, as acções de formação desenvolvidas foram prioritariamente endereçadas, específicas e inadiáveis e centradas em temáticas relevantes da sua actividade.

Deste modo, e apesar do Banco encontrar-se num estágio de racionalização e economicidade interna, assegurou uma capacidade para realizar 80 acções de formação em cerca de 7.434 horas. As acções foram direccionadas para o cumprimento das orientações estratégicas de promover a optimização e racionalização de custos, conformidade regulamentar, melhoria de aptidões no domínio de aplicações e processos.

Nota de realce é a contínua aposta da instituição na capacitação de formadores internos que, de forma crescente, têm vindo a assumir um papel de maior preponderância na monitoria de parte significativa destas acções, aliando a sua experiência e profundo conhecimento das necessidades do Banco à desejável qualidade e aplicabilidade dos conhecimentos partilhados.

### 9.2 Rede de Distribuição

No final de 2019, o Moza Banco contava com uma rede de distribuição composta por **62 Agências Bancárias**, das quais 60 de Retalho, 1 Centro Corporate e 1 Centro Private. De realçar que entre as agências de Retalho, 8 são mercados informais.

Em 2019, após a fusão com o Banco Terra, o Moza Banco ampliou a sua rede de Unidades de Negócio, herdando um total de sete agências, nomeadamente: Samora Machel, 24 de Julho Cortiço, Matola João Mateus, Serpa Pinto, Ulónguè, Nhkame e Malema.

No final de 2019, a cobertura geográfica da rede de agências, distribui-se conforme abaixo:

- Zona Sul: 37 Agências
- Zona Centro: 14 Agências
- Zona Norte: 11 Agências



Em termos estratégicos, em 2020, o Banco dará continuidade ao projecto de expansão da rede de agências bancárias, sendo de destacar a abertura de mais 16 Agências nos distritos no quadro do programa “Um Distrito, um Banco”, em parceria com o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) para além de 4 Agências convencionais em Vilankulos, Namialo, Xipamanine e Manica. Este posicionamento demonstra mais uma vez que o Moza Banco mantém-se como um dos Bancos na linha da frente no processo de expansão, contribuindo deste modo para a melhoria dos níveis de disponibilidade e acessibilidade de produtos e serviços financeiros no País em geral, e da população rural em particular.

### 9.3 Actividade Comercial

O ano de 2019 foi bastante desafiante, em face do ambiente económico descrito acima, aliado às novas exigências legais e regulamentares, bem como do desafio de reorganização das equipas do Banco com destaque para as comerciais que surgiu em resultado do processo de aquisição e fusão entre o Moza e o Banco Terra.

Não obstante os condicionalismos, em 2019, o Banco manteve a sua trajectória de crescimento do seu balanço comercial, tendo a carteira de crédito por desembolso registado um crescimento em cerca de 33% (22% excluindo a carteira migrada do ex-BTM), o que permitiu ao Banco superar os objectivos definidos internamente, tendo sido o Banco que registou o maior crescimento ao nível do sector, reflectindo-se no incremento da sua quota de mercado para 11.27% (2018: 8.66%), evidenciando o compromisso do Banco em manter um contínuo apoio às famílias e às empresas moçambicanas, tanto ao nível de uma concessão criteriosa de crédito, como também através da prestação de um serviço de assessoria financeira tendo por objectivo ajustar a oferta às necessidades de cada Cliente.

Ao nível dos Recursos de Clientes, o Banco registou um crescimento de 18% (12% excluindo a carteira migrada do ex-BTM). Em termos anuais, verifica-se que a carteira de recursos de Clientes do Moza Banco apresentou um crescimento superior comparativamente ao do sector, traduzindo inequivocamente o reforço da lealdade e confiança do mercado no Moza.

Relativamente aos meios de pagamentos e canais, o Banco continua a registar um incremento assinalável do número e volume de transacções, em resultado da estratégia em curso de garantir maior fidelização dos clientes, o alargamento ainda mais da sua proposta de valor no que concerne à banca digital e tradicional, aliado à política de optimização e rentabilização do parque dos meios e canais existente, em linha com as directrizes constantes do Plano Estratégico do Banco 2019-2023.

Em resultado das medidas implementadas, o Moza Banco foi reconhecido pela Visa Internacional, pelo seu excelente desempenho referente à utilização dos cartões crédito e de débito pelos seus clientes, tendo sido premiado nas seguintes 3 categorias:

- Visa Cross border champion award
- E-Com warrior award
- Visa Premium award

## II – Modelo de negócio

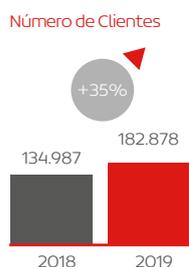
Em 2019, o Banco definiu um novo modelo de organização comercial, tendo por objectivo a maximização e incorporação no seu modelo de negócio a experiência do ex-BTM na Banca Rural e na área de agro-negócio, prestação de serviços de assessoria financeira especializada, com vista a fazer face à dimensão actual e futura da Rede de Distribuição Moza.

Assim, em resultado do descrito acima, o Moza desenvolveu a sua estratégia comercial nas áreas de negócio da Banca Retalho (engloba particulares e empresas), Banca Institucional, Private Banking, Corporate Banking e Banca de Investimento. Importa realçar que foi criada uma unidade de agro-negócio especializada, cujo objectivo passa por prestar assessoria e suporte às diversas áreas de negócio em matéria de Banca Rural e de Agro-Negócio.

## III - Actividade Comercial

### Clientes

Em 2019, o número de clientes do Banco evoluiu de 134.987 para 182.878 Clientes, correspondendo a um aumento anual de 35% (com exclusão dos clientes migrados do ex-BTM o aumento fixar-se-ia em cerca de 11%). Importa salientar que ao longo de 2019, o Banco procedeu ao encerramento de contas inactivas, que não geravam quaisquer ganhos para a instituição.



O Segmento Retalho apresenta um maior contributo no total de Clientes do Banco, 99%, reflectindo a essência do Banco, que é de um Banco Universal de Retalho.

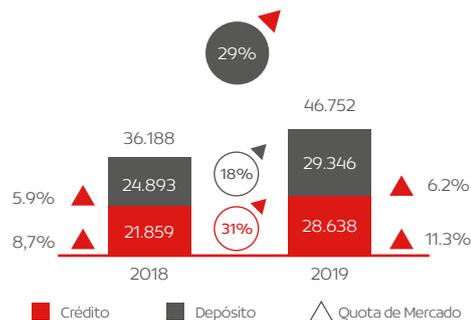
De salientar que a actividade comercial do Moza continua a ser desenvolvida no modelo de negócio de “Banca Relacional”, centrado na relação de confiança, proximidade e transparência com o Cliente, o que se reflecte no aumento das novas captações de

Clientes e respectiva fidelização.

### Volume de Negócio e Quota de Mercado

O volume de negócio do Banco, medido através da soma da carteira de recursos de clientes e crédito por desembolso, registou um aumento de 24% face ao período homólogo de 2018, situando-se em MZN 57.984 Milhões. Este crescimento reflecte a vitalidade do Moza, em consequência do esforço que o Banco tem feito no sentido de garantir uma oferta de soluções financeiras e não financeiras diversificada e ajustada às necessidades do Mercado.

Em resultado do crescimento do volume de negócio, a quota de mercado do Moza Banco, ao nível de Crédito apresentou um incremento anual de 2.6 p. p, fixando-se no final de 2019 em 11.3%. De referir que com o reforço da sua quota de mercado, o Banco consolidou o seu estatuto de uma das cinco (5) maiores instituições ao nível do sector financeiro nacional.



### Recursos

No final de 2019, os recursos de clientes totalizaram MZN 29.346 milhões, o que equivale a um aumento homólogo de 18%, decorrente, essencialmente, do aumento de novas captações ocorridas ao longo de 2019, sendo de destacar o incremento de depósitos à que reflecte um nível de transaccionalidade de clientes com o Moza Banco.

Com o crescimento da carteira de recursos de clientes, o Banco reforçou a sua posição no mercado bancário, alcançando uma quota de 6.2%, que compara com os 5.9% registados no ano transacto. A evolução positiva da quota de mercado nos últimos anos, reflecte a confiança dos clientes na instituição, o que se tem traduzido num crescimento da carteira de recursos a um nível superior ao do mercado, 19% contra os 11.5% registados a nível do sector.

### Crédito

Em Dezembro de 2019, a carteira de crédito atingiu MZN 28.638 milhões, um crescimento de 31%, em relação ao período homólogo. Dar nota que nos últimos anos o Moza tem registado um crescimento de crédito superior ao do mercado, demonstrando o compromisso do Banco em contribuir para o desenvolvimento sustentável do tecido empresarial nacional e no bem-estar das famílias, com o consequente impacto ao nível dos agregados económicos no seu todo. No final de 2019, o Banco apresentava uma quota de mercado, em termos de crédito, de 11,3%, correspondendo a um crescimento anual de 2,6%. Assim, derivado do crescimento registado, o Banco reforçou a sua posição no mercado bancário, integrando a lista de 4 maiores bancos em termos de crédito.

### Cartões electrónicos

Em 2019, o Banco manteve diversas iniciativas que tem levado a cabo nos últimos anos, tendo por objectivo garantir a contínua evolução do seu parque de cartões, bem como o crescimento da transaccionalidade dos mesmos. Assim, para o ano de 2019, destacaram-se as seguintes iniciativas:

- **Campanha de incentivo à utilização de cartões**, realizada entre os meses de Outubro e Dezembro, tendo culminado com a premiação de três (3) clientes com uma viagem a uma instância turística nacional de grande prestígio internacional (o Anantara Bazaruto Island Resort);
- **Campanha de emissão de cartões de crédito Pré-aprovados** para um conjunto de Clientes com potencial de crescimento do seu envolvimento com o Banco, e que não detinham este meio de pagamento;
- **Emissão de cartões para substituição do parque de cartões do ex-BTM após a fusão;**
- **Revisão da oferta de cartões**, tendo culminado em alterações das características dos cartões de débito não personalizado, pré-pago Txapo Txapo, cartão de crédito para empresas, Negócios e Platinum, alinhamento do layout de todos cartões Moza com a inclusão do identificador do cartão e nome do produto, e alteração do precário nos cartões de débito não personalizado e Pré-pago Txapo Txapo;

Assim, em resultado das iniciativas descritas acima, aliado a continua aposta do Banco no crescimento do parque de cartões e transaccionalidade, em 2019, o Moza foi reconhecido pela Visa Internacional pelo seu excelente desempenho referente a utilização dos cartões por parte dos clientes do Banco.

De salientar que o Moza foi premiado nas seguintes (3) importantes categorias:

- **Visa Cross border champion award** que distingue o banco que mais cresceu em termos de transacções com cartão no estrangeiro;
- **E-Com warrior award**, que reconhece o banco que mais cresceu em termos de transacções online;
- **Visa Premium award** que premeia o Banco que registou o maior crescimento no parque de cartões Platinum/Eternity bem como no volume de transacções com esta tipologia de cartões);

Em resultado das iniciativas descritas e atestando a meritocracia do prémio atribuído pela Visa, os cartões registaram um crescimento de 22.678 unidades, um incremento em 19% face ao período homólogo, situando-se no final de 2019 em 116.836 cartões activos.

Espera-se que os impactos das acções implementadas se estendam até ao exercício de 2020, dado que parte das mesmas foram levadas a cabo no último trimestre de 2019.

### POSs

Em 2019, o Banco registou um aumento de aproximadamente 502 unidades de POS, fixando-se no final de 2019 em 3.249 POS. De salientar que o aumento do parque de POS foi influenciado pela incorporação dos 221 POS do ex-BTM.

Em resultado da estratégia descrita, o volume de transacções nos POS do Moza apresentou um crescimento de 6% face a igual período de 2018, tendo igualmente o número de transacções registado um crescimento anual na ordem de 9%.

### ATMs

No final de 2019, o Banco contava com 123 ATM, representando um crescimento de 12 unidades face ao período homólogo de 2018. O crescimento do parque deriva essencialmente na incorporação das ATMs do ex-BTM em resultado do processo de fusão.

O número de transacções nas ATMs Moza registaram um crescimento de 1%, em resultado essencialmente da observância de inoperacionalidade (down time) de algumas ATMs, com maior incidência para as ATM remotos. Assim, para o ano de 2020, com objectivo de assegurar o incremento das transacções, o Banco continuará a trabalhar no sentido de minimizar os níveis de inoperacionalidade.

É importante ainda destacar que em 2020, e em resultado da implementação do projecto com a SIMO, que tem em vista assegurar uma partilha de custos de instalação e manutenção das ATMs, espera-se que o Banco incremente o nível de transaccionalidade das ATM's.

### Quiosques

2019 foi o ano de optimização destes equipamentos, tendo o Banco apostado na implementação de um conjunto de melhorias de software e hardware que contribuíram para um melhor desempenho operacional, tendo resultado no incremento das transacções.

De salientar que o parque de quiosques activos manteve-se igual ao verificado no ano de 2018, perspectivando-se para 2020, mais instalações deste tipo de equipamento, por via de parcerias com entidades públicas. Assim, espera-se um incremento proporcional do número de transacções em quiosques Moza.

## Canais

### Internet e Mobile Banking

Em 2019, o Banco manteve o foco na evolução tecnológica, o que permitiu agilizar os processos e aumentar a oferta digital aos Clientes. Introduziram-se algumas melhorias funcionais e de conteúdos nos canais do Moza, que hoje possibilitam uma melhor resposta às necessidades financeiras dos clientes do Banco, de forma simples, rápida, cómoda, eficaz e segura.

Nas melhorias implementadas nos Canais, destacam-se a disponibilização de novas funcionalidades no Mobile IOS por forma a dar ao Cliente mais opções de transaccionalidade. No que concerne a canais remotos, foram replicadas as funcionalidades do Internet Banking para as versões IOS e Android. Deste modo, o Cliente poderá aceder à sua conta, bastando para o efeito, proceder com a instalação do aplicativo.

Prevê-se, que os impactos das melhorias introduzidas nos canais Moza sejam mais evidentes no exercício de 2020, dado que parte das mesmas foram levadas a cabo no final de 2019, estando em curso o processo de divulgação aos Clientes do Banco.

Em termos de transaccionalidade em canais Moza, em 2019, o número de operações totalizou 144.059, apresentando-se em linha com o verificado em 2018.

### Moza Já - USSD

Moza Já é uma solução que permite aos Clientes do Banco efectuarem diversas transacções por meio de telemóvel. Assim, com o objectivo de incentivar a utilização do serviço Moza Já, o Banco lançou no último trimestre de 2019 uma campanha de utilização do USSD, onde foram premiados no total 9 Clientes. De realçar que este tipo de campanha tem sido recorrente nos últimos anos, demonstrando o compromisso de Banco em aumentar a oferta digital para os seus Clientes, aumentando a qualidade da sua experiência bancária.

Assim, em resultado destas iniciativas, em 2019, assistiu-se a um incremento considerável de número de transacções no Moza Já, representando cerca de 22% face ao período homólogo de 2018, totalizando 2.558.760 transacções.

## 9.4 Inovação e Transformação

Em 2019, a Direcção de Compliance do Moza continuou com a sua missão de promover o cumprimento das obrigações e deveres legais, regulamentares, normativos, operacionais, éticos e de conduta que, a cada momento, são aplicáveis à entidade, bem como aos seus Órgãos Sociais, directores e colaboradores, no quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional definido pelas entidades reguladoras competentes e o normativo legal a que se encontram sujeitos.

No âmbito da Fusão, ocorreu uma reestruturação da Direcção, visando criar mais dinâmica, entrosamento e foco nas actividades desenvolvidas, e, em virtude, a estrutura da Direcção foi reavaliada com vista a organizar as actividades dos colaboradores por processos, optimizando assim as tarefas diárias e permitindo responder melhor as exigências legais.

Em virtude da publicação de Legislação diversa, o Compliance realizou em 2019, um esforço transversal de adaptação interna às novas exigências legais e regulamentares, aplicáveis ao Banco através da adequação e funcionamento dos processos internos, revisão de normativos internos e análise do risco de Compliance no âmbito de novos Produtos e Serviços, entre outros.

Por outro lado, e tomando em consideração à crescente relevância do combate aos crimes de branqueamento de capitais e/ou de financiamento do terrorismo, a Direcção de Compliance também reforçou a sua actuação no âmbito de instrumentos que permitam detectar e prevenir a possibilidade do Banco ser utilizado como um veículo para actividades ligadas a estes fenómenos.

Neste sentido, houve um cuidado acrescido na identificação de fragilidades e de áreas de maior exposição para o Banco, por forma a assegurar a existência de



## 10. Gestão do Risco

### 10.1 Introdução

A gestão de riscos é uma disciplina fundamental para o Moza Banco e compreende actividades que afectam o seu perfil de risco. Nessa perspectiva a Gestão de Riscos assume uma importância acrescida, onde se privilegia o princípio de Governança Corporativa. A definição, acompanhamento e aplicação da política de gestão de riscos do Banco, conta com o envolvimento de todas as áreas na gestão dos riscos materialmente relevantes, no sentido de apoiar os Órgãos de Administração.

Visando uma melhor combinação entre o risco e os resultados, o Moza Banco actua de forma prudente na gestão de risco, em linha com os regulamentos impostos pela Entidade Reguladora e em consonância com as melhores práticas internacionais, de onde resulta a concepção de políticas, princípios, procedimentos, metodologias e definição de limites, que norteiam a actividade do Banco na sua esfera de actuação nos vários segmentos de negócio: Retail, Private, Corporate, e Institucional até às actividades conduzidas pela Sala de Mercado, nomeadamente, nos Mercados Cambial, Monetário e de Capitais.

Tendo em vista o cumprimento dos objectivos estratégicos e dado o perfil dos riscos a que está exposto, o Moza Banco conduz a sua gestão em harmonia com o modelo de Gestão de Risco, o qual visa identificar os riscos existentes ou potenciais, sua mensuração e controlo, bem como determinar o seu impacto nos resultados ou no capital.

O quadro conceptual de gestão de riscos do Moza Banco compreende as nove tipologias de risco, nomeadamente: Risco de Crédito; Risco de Liquidez; Risco de Taxa de Juro; Risco de Taxa de Câmbio; Risco Operacional; Risco Estratégico; Risco Reputacional; Risco de Compliance e Risco de Tecnologias de Informação, incluindo os processos, sistemas e procedimentos para a sua gestão, como também as atribuições e responsabilidades dos órgãos envolvidos.

De um modo geral, a gestão de risco é efectuada de forma contínua através de:

- Acompanhamento dos Órgãos de Administração e Gestão de Topo e ao nível do Comité de Risco;
- Definição e divulgação de políticas, procedimentos e limites;
- Sistemas de medição, acompanhamento e de informação de gestão;
- Sistema de Controlo Interno.

### 10.2 Perfil de Risco do Banco

No âmbito do acompanhamento dos diversos riscos, o Moza Banco tem presente os que são considerados materiais e relevantes que constituem o seu perfil de risco, cuja gestão é considerada essencial para garantir o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio e da actividade do Banco e simultaneamente assegurar a conformidade com os requisitos regulamentares.

O Moza Banco procede de forma contínua e prudente ao controlo do seu perfil de risco e do cumprimento dos limites definidos em relação aos riscos da actividade.

A evolução do sistema financeiro e a concepção de novas tecnologias obriga à adopção de técnicas mais sofisticadas de mitigação de risco, algumas substanciadas nas boas práticas internacionais e outras emanadas pelo Órgão Regulador. O Moza Banco não está alheio a este fenómeno, pelo que, na sua actuação, procura dotar-se de ferramentas e procedimentos ajustados aos riscos a que a actividade do Banco se encontra exposta.

Para dar resposta à cada vez mais exigente regulamentação e visando estar em linha com meio em que se insere, em 2019 o Banco levou a cabo vários projectos e reestruturações dos quais se destacam:

- A implementação de uma Framework de Gestão de Risco Operacional, com o objectivo de disseminar a cultura de gestão deste risco a nível de todo Banco;
- A criação do Comité de Risco Operacional para melhor dinamizar e endereçar os temas discutidos visando a busca de soluções práticas que minimizem as perdas e maximizem os resultados;
- Foi criado um TAB na intranet do Banco sobre gestão de risco onde contém uma apresentação sobre os critérios e objectivos de gestão de risco operacional. Paralelamente iniciou-se o envio quinzenal de alertas sobre fontes de risco operacional para todo Banco, foram criadas FAQ's sobre o risco operacional e foi disponibilizado um conteúdo de formação sobre risco operacional para inclusão na plataforma de e-learning do Banco;
- Conclusão do processo de reestruturação interna da Direcção de Gestão de Risco, culminando com a criação de 2 Departamentos (Riscos Financeiros e Riscos Não Financeiros) e 5 áreas, nomeadamente: i) área de risco de crédito e estratégico, ii) área de riscos de mercados (taxa de juro, taxa de câmbio e liquidez), iii) área de risco operacional, reputacional e compliance, iv) área de tecnologias de informação e continuidade de negócio e v) área de controlo interno. As 2 primeiras áreas estão afectas ao Departamento de Riscos Financeiros e as 3 últimas ao Departamento de Riscos Não Financeiros;
- Foi criada a actividade de "Monitoria de Risco de Crédito" com vista a reduzir o crédito vencido bem como o nível das garantias ainda não constituídas ("promessas"). Ainda no âmbito do Risco de Crédito, foi introduzido um fecho intermédio (10 dias antes do fecho definitivo), de forma a assegurar que os clientes se mantêm em níveis compatíveis com a tolerância ao risco pré-definido, permitindo às áreas comerciais uma identificação mais clara e precisa do tipo de cliente (particular, empresa, outro), e um conhecimento exaustivo do perfil de risco do mutuário ou da respectiva contraparte;
- Em relação ao Risco de Mercado, a Direcção de Gestão de Riscos introduziu novos indicadores e modelos de quantificação dos riscos, com destaque para o LCR Basileia III (Liquidity Coverage Ratio - Rácio de Cobertura de Liquidez), que verifica se os activos líquidos conseguem cobrir totalmente as despesas operacionais e as saídas do passivo em 30 dias, num cenário de stress.

Após a formalização da fusão entre o Moza Banco e o Banco Terra, em Agosto de 2019, o Banco passou a contar com um maior número de unidades de negócio e, consequentemente, uma maior carteira de crédito que carece de uma abordagem de gestão mais tempestiva, o que exige um maior acompanhamento das imparidades e na validação e aceitação das garantias associadas.

### 10.3 Responsabilidades pela Gestão do Risco

No âmbito da Governança Corporativa, a Estratégia e as Políticas no Moza Banco são definidas pelo Conselho de Administração no âmbito do Plano Estratégico, delegando competências à Comissão Executiva e à DGR enquanto Direcção responsável pela Gestão do Risco.

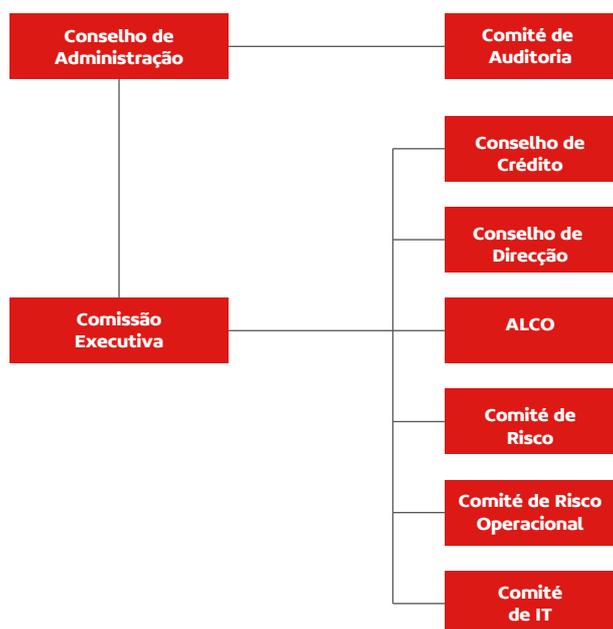
O Moza Banco assegura uma separação clara de responsabilidades entre os tomadores e gestores de risco. Nesse sentido, e em estrita observância do Aviso n 4/GBM/2013 – Directrizes de Gestão de Risco, o Banco dispõe de documentação completa de organização, procedimentos, metodologias e recursos envolvidos na gestão global do risco, cuja implementação é assegurada por diversos órgãos de apoio ao Conselho de Administração (CA) designadamente: Comissão Executiva (CE); Comité de Auditoria; Conselho de Crédito; Conselho de Direcção; Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Comité de Risco; Comité de Risco Operacional; Comité de Informática; Comité Comercial e de Negócios; Direcção de Gestão de Risco (DGR), Direcção Banca De Investimentos e Internacional (DBII), Direcção de Auditoria e Direcção de Compliance em conjunto com os Órgãos Colegiais do Banco.

Todos colaboradores, no âmbito do exercício das suas funções, participam do controlo e da gestão dos riscos, cabendo a cada colaborador do Banco a disseminação da Política de Gestão de Riscos, verificação da ocorrência de eventos de risco e partilha de informação quando existam factos materialmente relevantes. Cabe-lhes ainda colaborar com a Direcção de Gestão de Risco, de forma a assegurar a correcta identificação, avaliação e mitigação do Risco Operacional e Reputacional.

### Governo da Gestão de Risco

O esquema abaixo descreve o modelo organizativo para a função de gestão do risco no Banco e os vários Comités existentes:

O Moza Banco adota o modelo de 3 (três) linhas de defesa para a gestão dos diferentes riscos, o que garante transparência sobre as responsabilidades atribuídas a cada uma das partes envolvidas na gestão de risco



1. A primeira linha de defesa são as Unidades de Negócio e as Unidades que geram Exposições aos Riscos (tomadores de risco), que têm como responsabilidades: identificar, acompanhar, e mitigar os riscos dos negócios, mantendo os controlos eficientes.

2. A segunda linha de defesa é composta pelas seguintes Direcções:

- **Direcção de Gestão de Risco (DGR)**, que tem como principais funções: assegurar a protecção do capital da Instituição, no que se refere à exposição aos riscos de crédito, mercado (taxa de juro e cambial), liquidez e operacional, entre outros, verificando a todo o momento se o risco do Banco se mantém dentro dos limites definidos, operando em conjunto com as diferentes Unidades de Negócio a fim de garantir que a primeira linha de negócio (áreas comerciais) correctamente identifica, avalia e reporta os riscos das suas actividades.
- **Direcção de Compliance**, que tem como missão principal assegurar que o Moza Banco cumpra com exigências legais, regulamentares, estatutárias, éticas, de boa conduta e boas práticas bancárias nacionais e internacionais aplicáveis, através do controlo e supervisão institucional definido pela entidade reguladora e normativos internos (incluindo questões de prevenção e combate aos crimes de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo).

3. A terceira linha de defesa é a **Direcção de Auditoria**, responsável por rever de forma independente os controlos internos em vigor, através de auditorias aos processos de negócio, identificando as áreas de maior risco e na avaliação da eficácia, eficiência e regularidade dos procedimentos nos órgãos de estrutura e de apoio.



## 11. Análise Financeira

### 11.1 Nota Introdutória

As Demonstrações Financeiras do Moza Banco relativas ao exercício de 2019 integram a actividade resultante da Fusão entre Moza Banco e o Banco Terra, materializada entre os dias 23 e 25 de Agosto de 2019 e inserida na estratégia do crescimento e desenvolvimento da actividade do Moza. Esta operação consistiu na incorporação dos activos, passivos e passivos contingentes do extinto BTM, na estrutura do Moza, na qualidade da instituição incorporante.

Como forma de minimizar de riscos operacionais inerentes ao processo de integração, o Banco definiu um conjunto de planos, incluindo planos de simulações, devidamente sincronizados cuja missão foi de assegurar a integração global de colaboradores, estruturas orgânicas, património, processos, clientes, produtos, activos, passivo, entre outros.

Como corolário deste processo, o nível de realização deste objectivo, estratégico para o Banco, foi bastante satisfatório. A migração de dados do ex-BTM ocorreu dentro da esfera definida e aprovada, em todas as vertentes. Sendo de ressaltar que todas as anomalias enfrentadas ao longo do processo, foram devida e oportunamente regularizadas.

#### Adopção de IFRS 16

A IFRS 16, norma internacional de relato financeiro, substitui o IAS 17, com impacto na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação reflectindo futuros pagamentos da locação e um activo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, excepto certas locações cujo prazo e valor se mostrem imateriais. A definição de um contrato de locação foi igualmente alterada, sendo baseada no direito de controlar o uso de um activo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.

#### Actividade e Resultados

Em 2019, o Banco continuou a sua fase de ajustamento, com enfoque na racionalização de custos, melhoria dos níveis de liquidez e optimização da estrutura de negócios existentes. Após a aprovação do novo Plano Estratégico, o banco iniciou e concluiu a primeira fase do mesmo, fase de integração do ex-BTM dentro da estrutura do Moza.

Não obstante a manutenção de uma conjuntura económica adversa, acentuado pelos efeitos dos ciclones IDAI e KENNETH, que nos meses de Março e Abril, assolaram as regiões Centro e Norte do País, respectivamente, com reflexo directo nas vidas das empresas e das famílias, em 2019 o Banco manteve a trajectória de recuperação. A carteira de crédito e de depósitos registaram um crescimento anual de 33% e 18%, respectivamente, traduzindo uma maior captura de quota de mercado. Esta evolução espelha inequivocamente a consolidação confiança dos nossos Clientes, e uma evidência clara de que o mercado acredita no Moza Banco.

Em 2019, e não obstante a conjuntura económica descrita, o Moza continuou a registar globalmente uma melhoria significativa dos resultados financeiros, económicos e prudenciais. Os resultados líquidos apurados em MZN 776 Milhões negativos, foram influenciados pelos efeitos atípicos sendo de destacar os custos de Integração do extinto BTM.

O Activo do Banco atingiu em 2019 MZN 41,8 mil milhões, reflectindo um crescimento homólogo de 15%, impulsionado pela evolução positiva da carteira de crédito e da integração no balanço do Banco de Activos Por Direito de Uso, enquadrados na Norma Internacional de Relato Financeiro 16 (IFRS 16).

O Passivo do Banco apresentou igualmente um incremento, comparativamente a igual período de 2018, passando de MZN 27.319 Milhões para MZN 34.037 Milhões, em resultado da forte capacidade do Banco em captar novos depósitos e novos depositantes, assim como da incorporação ao nível do Balanço, dos passivos de arrendamento ao abrigo de IFRS 16. Com este crescimento, o Moza Banco consolidou a sua posição na lista das 5 maiores instituições do mercado, em termos de depósitos, com uma quota de mercado de 6,24% (2018: 5,92%).

Em termos prudenciais, no final de 2019, o rácio de solvabilidade fixou-se nos 23,84%, que é considerado um nível bastante superior face à média registada no Sector Bancário, encontrando-se ainda muito acima dos requisitos regulamentares definidos pelo Regulador que, actualmente, é de 12,0%. Adicionalmente, o rácio de liquidez do Moza Banco fixou-se nos 34,60% (2018: 49,92%), níveis considerados adequados face aos requisitos e aos benchmarks, permitindo ao Banco cobrir os riscos actuais e futuros a que a sua actividade possa vir a estar sujeita.

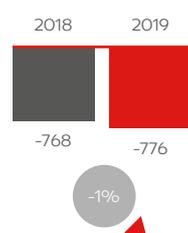
### 11.2 Análise de Rendibilidade

#### Resultado Líquido

Em 2019, o resultado líquido do Moza Banco fixou-se em MZN 776 Milhões negativos, influenciado pelo perfil conservador do Banco no que tange a constituição de Imparidades da Carteira de Crédito.

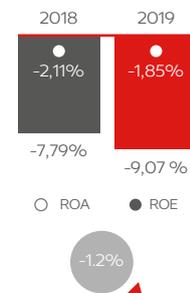
Devido a maturidade de algumas operações de crédito e que permanecem sem resolução, cujo risco mostra-se cada vez mais elevado, tornou-se imprescindível a constituição de imparidade de créditos adicionais, afectando negativamente o resultado bruto de exploração.

#### Resultado líquido (Milhões MZN)



O resultado líquido verificado em 2019, aliado a redução dos Capitais Próprios, após regularização do Goodwill, contribuíram para redução da rentabilidade dos capitais próprios (ROE). A ROE e rentabilidade dos activos (ROA) fixaram-se em 9,07% negativos (2018: 7,79% negativos) e 1,85% negativos (2018: 2,11% negativos), respectivamente, evidenciando, este último, uma trajectória crescente de recuperação da eficiência operacional.

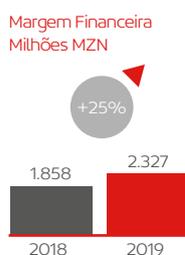
#### Rácios de Rendibilidade



<b>Demonstração de Resultados</b> Milhares de Meticals	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>Var.</b>
Juros e rendimentos similares	4,413,360	4,633,960	5%
Juros e gastos similares	-2,555,828	-2,306,942	-10%
<b>Margem Financeira</b>	<b>1,857,532</b>	<b>2,327,018</b>	<b>25%</b>
Serviços e comissões líquidas	460,791	500,554	9%
Operações financeiras líquidas	172,860	307,681	78%
<b>Produto Bancário</b>	<b>2,491,183</b>	<b>3,135,253</b>	<b>26%</b>
Gastos com pessoal	-1,138,136	-1,295,944	14%
Outros gastos operacionais	-1,471,531	-1,365,726	-7%
Outros ganhos operacionais	208,238	244,417	17%
<b>Resultado Bruto de Exploração</b>	<b>89,754</b>	<b>718,000</b>	<b>&gt;100%</b>
Amortizações	-381,112	-655,198	72%
Imparidade e Provisões do exercício	-254,585	-633,120	149%
<b>Resultado Antes do Imposto</b>	<b>-545,943</b>	<b>-570,318</b>	<b>4%</b>
Imposto	-222,460	-205,315	>100%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-768,403</b>	<b>-775,633</b>	<b>1%</b>

### Margem Financeira

A margem financeira atingiu em 2019 MZN 2.327 Milhões, evidenciando um crescimento de 25% quando comparado com os MZN 1.858 Milhões registados no período homólogo. A evolução anual da margem financeira é resultante de um maior crescimento de crédito a clientes face aos depósitos de clientes, 33% e 18%, respectivamente, reflectindo a estratégia do Banco em assegurar sustentabilidade e uma melhoria dos resultados do Banco e contribuir para o alcance dos objectivos estabelecidos no Plano Estratégico.

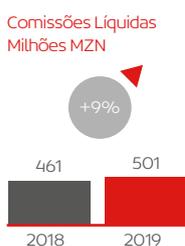


De realçar que ao longo de 2019, continuaram os sucessivos cortes na taxa Prime Rate do sistema financeiro, taxa de referência para as operações de crédito, tendo reduzido cerca de 220 p.b. situando-se em 18,00% no final de 2019. Entretanto, ao nível dos recursos, a contínua pressão na sua captação, implicou que a descida no custo fosse menos acentuada com repercussões negativas nas margens de intermediação dos Bancos.

### Comissões Líquidas

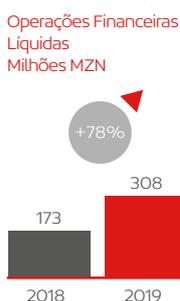
Em 2019, as comissões líquidas totalizaram MZN 501 Milhões, reflectindo um crescimento de 9% comparativamente aos MZN 461 Milhões registados no igual período de 2018.

O crescimento das comissões líquidas traduz, por um lado, a evolução favorável das comissões associadas a crédito desembolso e assinatura, derivado do aumento de nova produção de crédito, e por outro, pelo significativo aumento de transacções em canais directos e self-banking por parte dos Clientes do Banco e do mercado.



### Operações Financeiras Líquidas

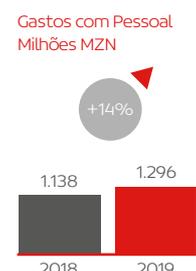
As operações financeiras líquidas, que agregam os resultados cambiais e operações de negociação e de cobertura, totalizaram MZN 308 Milhões em 2019, os quais comparam com os MZN 173 Milhões registados em 2018, evidenciando um crescimento expressivo de 78%. O aumento significativo dos resultados das operações financeiras, é explicado pelo aumento do volume de operações cambiais (trading), registado em 2019 quando comparado com igual período de 2018.



Para o exercício em análise, o Produto Bancário totalizou MZN 3.135 Milhões, face aos MZN 2.491 Milhões apurados em igual período de 2018. A evolução do Produto Bancário reflecte, sobretudo, no aumento da margem financeira.

### Gastos com Pessoal

Os custos com pessoal apresentaram um aumento de 14% face a igual período de 2018, tendo-se fixado em MZN 1.296 Milhões. O incremento dos custos está associado essencialmente ao crescimento da estrutura após integração do ex-BTM no Moza. Ainda em 2019, o Banco procedeu a um conjunto de ajustamentos salariais decorrente da evolução da carreira profissional dos Colaboradores, actualização na tabela salarial anual e premiação dos Colaboradores associados aos respectivos desempenhos.



### Outros Gastos Operacionais

Os outros gastos operacionais totalizaram, em 2019, MZN 1.366 Milhões, representando uma redução significativa de 7% face ao período homólogo de 2018. Não obstante a redução ter sido influenciada pelo impacto de implementação de IFRS 16, o Banco manteve ao longo 2019 medidas de controlo e racionalização de custos. A internalização de serviços de manutenção de Meios de Pagamento, assim como a concentração de alguns serviços de telecomunicações, num único provedor, contribuiu significativamente para redução de gastos operacionais.



Excluindo o impacto de IFRS-16, verifica-se que o aumento de custos situar-se-ia em 4%, em linha com a taxa de inflação, o que demonstra que o Banco está, assim, a fazer um caminho sustentável para a rentabilidade, e reflecte igualmente o impacto das medidas de internalização de competências e serviços, e de maior controlo e racionalização de custos.

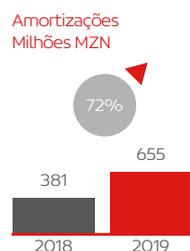
### Outros Ganhos Operacionais

A rubrica de outros ganhos operacionais inclui, essencialmente, os ajustamentos às contas relativos aos exercícios anteriores. Em 2019, os outros ganhos operacionais totalizaram MZN 244 Milhões positivos, o que representa um aumento de 17% face a 2018.



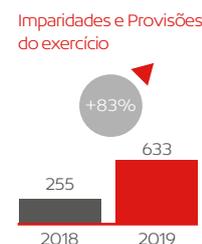
## Amortizações

Em 2019, em resultado da obrigatoriedade de incluir, dentro do balanço, activos por direito de uso, o custo com as amortizações do exercício registou um aumento significativo de 72% comparativamente ao ano anterior totalizando MZN 655 Milhões, o que compara com MZN 381 Milhões registados em 2018.



## Imparidades e Provisões do exercício

As imparidades e provisões agregam as rubricas de dotações para imparidades de crédito, imparidades de activos disponíveis para venda, imparidades de outros activos, nomeadamente os activos recebidos em dação decorrente de resolução de contratos com Clientes, bem como as dotações para outras provisões.



As dotações para imparidades e provisões totalizaram MZN 633 Milhões, reflectindo um acréscimo de 83% face ao período homólogo de 2018, reflectindo, um perfil conservador e prudente do Moza Banco na constituição de imparidade de crédito. Dar nota da parte da carteira cuja sua maturidade agrava cada vez mais o risco, tornando-se impreterível o respectivo reforço de imparidades.

Em milhões de meticais	2018	2019	Var.
<b>Imparidades e Provisões Globais</b>	<b>255</b>	<b>633</b>	<b>149%</b>
Imparidade de crédito	289	737	155%
Activos disponíveis para venda	(35)	(129)	> 200%
Provisões	1	26	200%

### Imparidade de crédito

Durante o ano de 2019, o Moza Banco efectuou o reforço de imparidades de um determinado conjunto de Clientes de análise individual em resultado da avaliação contínua do perfil de risco dos mesmos, totalizando no final de 2019 o montante de MZN 737 Milhões (2018: 289 Milhões). O reforço de imparidades verificado em 2019 apresenta-se em linha com a estratégia definida pelos Órgãos de Gestão do Banco e evidencia a manutenção de uma política conservadora, prudente e profissional de gestão do risco levada a cabo pelos Órgãos de Gestão do Banco.

Em resultado do crescimento da carteira de crédito à Clientes, apesar do reforço de imparidade anteriormente descrito, o rácio de cobertura reduziu de 18,29% para 16,86%, reflectindo uma redução de 143 pontos bases

Qualidade do Crédito a Clientes	Evolução anual		
	2018	2019	Varição
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	174.0%	132.2%	-41.81 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	179.1%	139.9%	-39.22 pp
Custo médio de imparidade	1.4%	2.9%	1.474 pp
Crédito vencido/Crédito Total	10.5%	12.8%	2.24 pp
Imparidades acumuladas do Balanço/Crédito Total	18.29%	16.86%	-1.43 pp

No final de 2019, o rácio de crédito em risco fixou-se em 12,8%, que compara com os 10,5% registados em 2018. Esta evolução reflecte ainda os efeitos da desaceleração da actividade económica, sendo que ao nível do sector bancário, mantém-se igualmente a tendência do aumento dos níveis de sinistralidade, traduzindo-se numa menor apetência das instituições financeiras em geral na concessão de crédito.

O rácio de cobertura do crédito vencido por imparidade mantém-se em níveis adequados, 139,9%, o que demonstra que a exposição de crédito em risco apresenta um nível de cobertura integral, estando a carteira de crédito a clientes adequadamente coberta.

### Imparidades de activos disponíveis para venda

Ao longo do ano 2019, e a semelhança de 2018, registou-se uma reversão parcial das imparidades constituídas dos títulos detidos pelo Moza no montante de MZN 129 Milhões, em resultado de apreciação do respectivo preço de mercado.

### Outras Imparidades e Provisões

Relativamente às provisões, o Banco constituiu provisões no montante global de cerca de MZN 26 Milhões, tendo por objectivo fazer face a potenciais encargos futuros de natureza judicial.

## 11.3 Análise do Balanço

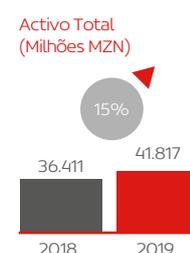
### Activo Total

Dada a estabilidade verificada no nível geral de preços ao longo de 2019, o Banco de Moçambique manteve a postura de redução de taxas, o que impulsionou o aumento de crédito à economia, embora de forma tímida. O crédito a economia aumentou em cerca de 3% durante 2019, com maior preponderância para o crédito ao sector privado em moeda nacional.

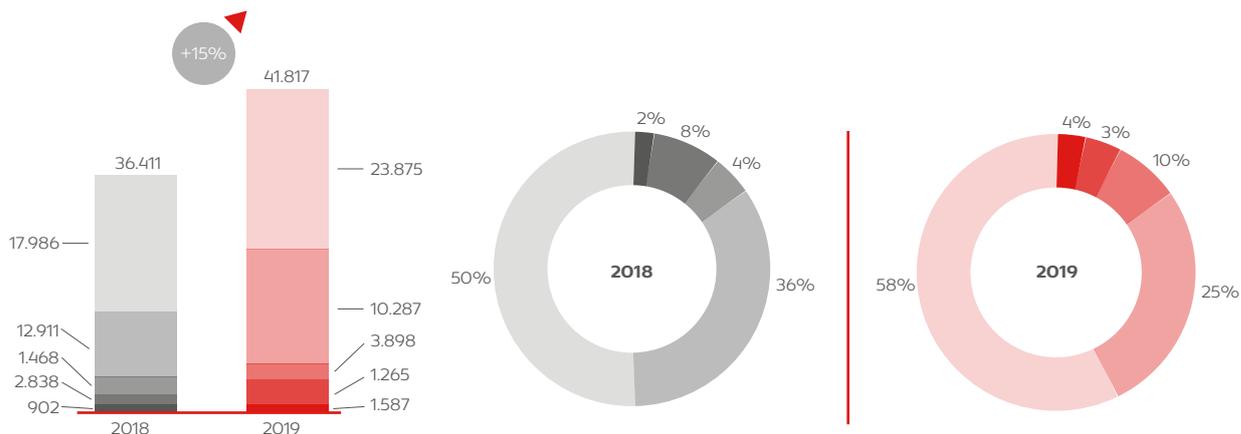
Relativamente ao sector bancário, a actividade desenvolvida em 2019 continuou a ser condicionada pela evolução desfavorável de crédito mal parado, derivado da conjuntura económica, reflectindo-se na maior apetência dos Bancos em aplicar o excesso de tesouraria em títulos da Dívida Pública e no Mercado Interbancário.

Em 2019, o activo do Moza Banco registou um significativo crescimento, 15% face a 2018, traduzindo a evolução positiva da carteira de crédito a Clientes e integração dentro do Balanço do Moza dos Activos por direito de uso e da integração dos activos do Ex-BTM.

No final de 2019, o Moza Banco encontrava-se na lista das 5 (cinco) maiores instituições financeiras em Moçambique em termos de activos, com uma quota de mercado de 6,3% (2018: 6,1%).



Estrutura do Activo (Milhões de MZN)



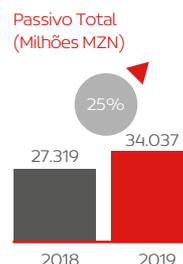
Em termos de estrutura do activo, em 2019, o saldo dos activos geradores de juros representava 58% do total do activo, apresentando uma evolução face ao verificado em igual período de 2018. A componente de crédito a Clientes (líquido) aumentou o seu peso relativo na estrutura do activo passando a representar 58% do total do activo (2018: 50%), mantendo-se como principal agregado do activo.

No entanto, é de realçar que em termos absolutos, e não obstante a conjuntura económica, a carteira de crédito a Clientes do Moza apresentou um significativo crescimento, 33% face a igual período de 2018, demonstrando a aposta do Banco em contribuir para a dinamização e crescimento da actividade económica do País.

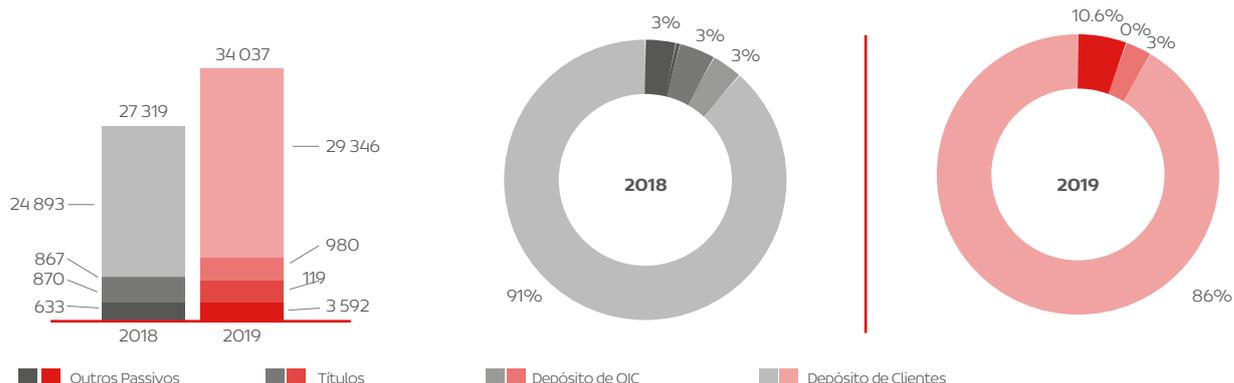
A composição do activo do Banco demonstra a estratégia levada a cabo pelos Órgãos de Gestão do Moza Banco em garantir uma adequada diversificação de aplicações de fundos e dos respectivos prazos de vencimento tendo em vista garantir a manutenção de um elevado nível de liquidez para fazer face a eventuais desequilíbrios do mercado.

Passivo total

Em 2019, o Passivo do Banco fixou-se em MZN 34.037 Milhões, que compara com os MZN 27.319 Milhões registados em igual período de 2018. O crescimento do passivo ficou muito a dever-se à forte capacidade do Moza Banco em captar novos depósitos e novos depositantes, consolidando deste modo a sua posição na lista das 5 maiores instituições do mercado.



Estrutura do Passivo (Milhões de MZN)



No período em análise, os depósitos de clientes mantiveram-se como principal fonte de financiamento da actividade do Banco, representando 86% do total do passivo. Em 2019, os depósitos de clientes situaram-se em MZN 29.346 Milhões, traduzindo um crescimento de 18% face ao período homólogo de 2018, reflectindo a confiança que os Clientes depositam no Banco. Importa salientar que o crescimento dos depósitos do Moza apresenta-se muito acima da média do mercado, traduzindo a confiança do mercado no Moza.

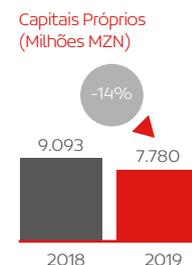
O Banco procedeu em 2019 ao resgate de 7.500.000 obrigações subordinadas, de valor facial de MZN 100,00, emitidas em 2013 e com maturidade de 10 anos, a uma taxa de juro anual de 14,50%. Esta operação contribuiu para redução de passivos representados por títulos em 86%, tendo se fixado, no final de 2019, MZN 119 Milhões (2018: MZN 870 Milhões).

Os outros passivos, que agregam os recursos consignados e passivos de arrendamento (IFRS 16), impostos correntes e diferidos e outras responsabilidades, fixaram-se em MZN 3.591 Milhões, que se comparam com os MZN 689 Milhões registados no período homólogo de 2018. Esta evolução é resultante de implementação do novo normativo de relato financeiro.

Os depósitos de outras instituições de crédito fixaram-se em MZN 980 Milhões mantendo-se em linha com os níveis atingidos no período homólogo.

### Capitais Próprios

Em 2019, os capitais próprios, que agrega o capital social, reservas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, totalizou MZN 7.780 Milhões, que compara com MZN 9.093 Milhões apurados em 2018. A evolução negativa do capital próprio foi afectada pela incorporação, em 2019, do efeito de regularização do valor do Goodwill resultante de aquisição do BTM, após incorporação deste na estrutura do Moza.



### Adequação do Capital

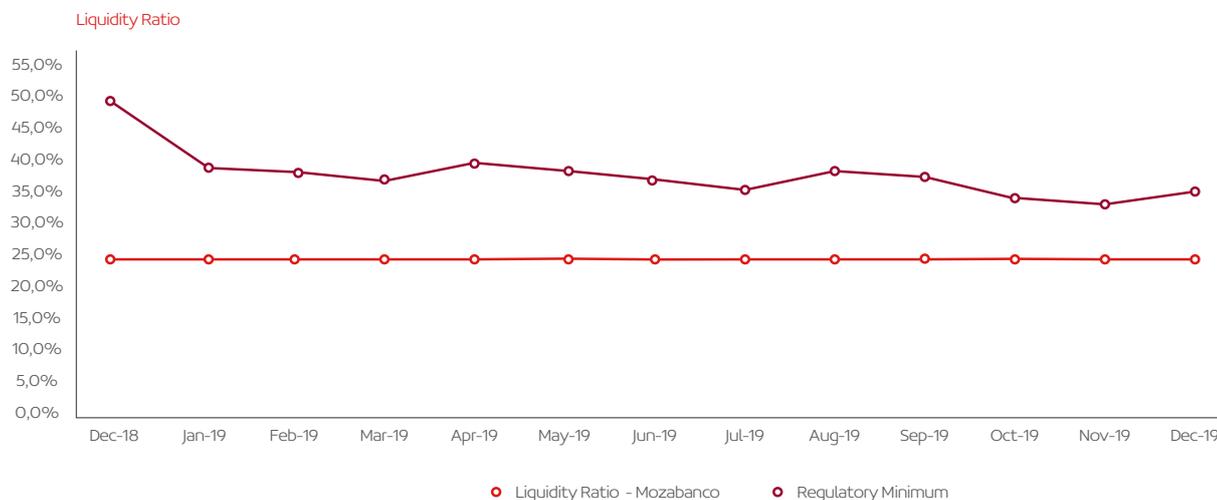
Em 2019, os fundos próprios regulamentares apresentaram uma evolução, face a 2018, traduzindo-se na manutenção de um nível de solidez confortável. A 31 de Dezembro de 2019, o Moza Banco apresentava um rácio Tier 1 de 24,54% (2018: 25,66%).

Ao longo do ano 2019, o Moza Banco continuou a demonstrar uma situação de solvência adequada, tendo o rácio de solvabilidade situado em 23,84%, acima do limite Regulamentar exigido (12,0%), o que permite o desenvolvimento sustentado da actividade comercial.

milhões de meticais	2018	2019	Var.
Total de Fundos Próprios Regulamentares	4,853	6,424	32%
Fundos Próprios de Base	4,519	6,614	46%
Fundos Próprios Complementares	566	122	-79%
Outras deduções	-231	-312	35%
Activos Ponderados pelo Risco	22,365	26,950	21%
<b>Rácio Core Capital (Tier I)</b>	<b>25.66%</b>	<b>24.54%</b>	<b>-4.3%</b>
<b>Rácio de solvabilidade</b>	<b>21.70%</b>	<b>23.84%</b>	<b>9.9%</b>

### Liquidez

No final de 2019, o rácio de liquidez do Moza Banco fixou-se nos 34,60% (mínimo: 25%) evidenciando que o Banco detém uma posição adequada de liquidez face aos requisitos e aos *benchmarks*, permitindo ao Banco cobrir os riscos actuais e futuros a que a sua actividade possa vir a estar sujeita.





## 12. Proposta de Aplicação de Resultados

### 12.1 Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando as disposições legais e estatutárias em vigor, o Conselho de Administração do Moza Banco, SA propõe, para aprovação da Assembleia Geral, que o prejuízo apurado no exercício económico de 2019 no valor de MZN 775.632.514 (Setecentos setenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e dois mil quinhentos e catorze Meticais) seja aplicado em resultados transitados.

Assim, e após aplicação de resultados acima proposta, a estrutura do capital próprio será a seguinte:

	Propostas				Saldo a 31.12.19
	Saldo a 31.12.19	Reserva Legal	Dividendos	Resultados Acumulados	
Capital	3,943,250,000	-	-		3,943,250,000
Reserva Legal	4,661,841,392	-	-		4,661,841,392
Prémio de Emissão	1,993,740,399	-	-		1,993,740,399
Resultados do exercício anterior	(2,042,906,690)	-	-	(775,632,514)	(2,818,539,204)
Resultados do exercício	(775,632,514)	-	-	775 632 514	-
	<b>7 780 293 587</b>				<b>7 780 293 587</b>

# Demonstrações Financeiras

**MOZA**

## Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras do Moza Banco, S.A, que compreendem a demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro de 2019, a demonstração de resultados, a demonstração do resultado integral, a demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às Demonstrações Financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas Demonstrações Financeiras que estão livres de distorções materiais devidas, quer a fraude, quer a erros, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os Administradores procederam a uma avaliação da capacidade do Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto de continuidade, não tendo encontrado motivos para não acreditar que o Banco continuará a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar se as Demonstrações Financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

### Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Março de 2020 e vão assinadas em seu nome, por:



Administrador do Conselho de Administração

Dr. Victor Brazão



Presidente do Conselho de Administração

Dr. João Figueiredo

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2019

	Nota	2019	2018
Juros e rendimentos similares	4	4,633,960	4,413,360
Juros e gastos similares	4	(2,306,942)	(2,555,828)
<b>Margem financeira</b>	<b>4</b>	<b>2,327,018</b>	<b>1,857,532</b>
Rendimentos de serviços e comissões	5	691,923	556,798
Encargos com serviços e comissões	5	(191,369)	(96,007)
<b>Serviços e comissões líquidas</b>	<b>5</b>	<b>500,554</b>	<b>460,791</b>
Operações financeiras líquidas	6	307,681	172,860
<b>Rendimentos operacionais</b>		<b>3,135,253</b>	<b>2,491,183</b>
Imparidade líquida do exercício	17,19,20,21	(606,844)	(253,819)
<b>Rendimentos operacionais líquidos</b>		<b>2,528,409</b>	<b>2,237,364</b>
Gastos com pessoal	7	(1,295,944)	(1,138,136)
Depreciações e amortizações	22,23,24	(655,198)	(381,112)
Outros gastos operacionais	8	(1,365,764)	(1,471,531)
Outros ganhos operacionais	9	244,417	208,238
Provisões	10	(26,238)	(766)
<b>Prejuízo do exercício antes de imposto</b>		<b>(570,318)</b>	<b>(545,943)</b>
Imposto sobre o rendimento			
Impostos diferidos	11	-	(55,000)
IRPC- Taxa liberatória	12	(205,315)	(167,460)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(775,633)</b>	<b>(768,403)</b>
<b>Resultados por acção</b>			
Básicos	13	(0,98)	(1,39)
Diluídos	13	(0,98)	(1,39)

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moza Banco			
	Notas	2019	2018
Prejuízos dos período		(775,633)	(768,403)
		-	-
		<b>(775,633)</b>	<b>(768,403)</b>

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Nota	2019	2018
<b>ACTIVO</b>			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	14	619,563	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	15	967,526	107,215
Aplicações em instituições de crédito	16	6,493,273	5,007,735
Activos financeiros	17	3,794,181	7,902,812
Investimentos em subsidiária	18	-	1,524,587
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19	23,875,241	17,985,608
Outros activos	20	926,067	1,052,459
Activos não correntes detidos para venda	21	904,884	307,657
Propriedades de Investimento	22	127,292	122,391
Activos tangíveis	23	3,602,743	1,135,369
Activos intangíveis	24	167,868	209,878
Impostos correntes	25	243,677	165,583
Impostos diferidos	11	95,000	95,000
<b>Total do activo</b>		<b>41,817,315</b>	<b>36,411,293</b>
<b>PASSIVO</b>			
Recursos de instituições de crédito	26	979,852	866,915
Depósitos e contas correntes	27	29,346,124	24,893,226
Recursos consignados	28	293,051	93,153
Outros passivos	29	3,290,599	586,577
Empréstimos obrigacionistas	30	118,557	870,026
Impostos diferidos	11	8,839	8,839
<b>Total do passivo</b>		<b>34,037,022</b>	<b>27,318,736</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	31	3,943,250	3,943,250
Reserva legal	32	4,661,843	4,661,843
Prémio de emissão	32	1,993,740	1,993,740
Resultados transitados		(2,042,907)	(737,873)
Prejuízos do exercício		(775,633)	(768,403)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>7,780,293</b>	<b>9,092,557</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>41,817,315</b>	<b>36,411,293</b>

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social	Reserva legal	Reservas de justo valor	Prémio de emissão	Resultados transitados	Prejuízo do exercício	Total do capital próprio
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>13,841,250</b>	<b>61,548</b>	<b>(232,203)</b>	<b>-</b>	<b>(6,472,705)</b>	<b>-</b>	<b>7,197,890</b>
Ajustamento na aplicação inicial da IFRS 9	-	-	232,203	-	(737,873)	-	(505,670)
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2018</b>	<b>13,841,250</b>	<b>61,548</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7,210,578)</b>	<b>-</b>	<b>6,692,220</b>
Aumento do Capital Social	1,175,000	-	-	-	-	-	1,175,000
Absorção de prejuízo	(6,472,705)	-	-	-	6,472,705	-	-
Redução do valor nominal	(4,600,295)	4,600,295	-	-	-	-	-
Prémio de emissão	-	-	-	1,993,740	-	-	1,993,740
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(768,403)	-	(768,403)
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2019</b>	<b>3,943,250</b>	<b>4,661,843</b>	<b>-</b>	<b>1,993,740</b>	<b>(1,506,276)</b>	<b>-</b>	<b>9,092,557</b>
Reserva de Fusão (*)	-	-	-	-	(536,631)	-	(536,631)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(775,633)	(775,633)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>3,943,250</b>	<b>4,661,843</b>	<b>-</b>	<b>1,993,740</b>	<b>(2,042,907)</b>	<b>(775,633)</b>	<b>7,780,293</b>

(\*) - Inclui o prejuízo do exercício do BTM até a data da fusão.

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das actividades operacionais</b>		
Prejuízo antes de imposto	(775,633)	(713,403)
<b>Ajustamentos de:</b>		
Depreciações e amortizações	655,198	381,112
Perdas por imparidade de crédito	606,844	253,819
Ganhos na alienação de activos tangíveis	-	(10,300)
	<b>486,409</b>	<b>(88,772)</b>
<b>Movimentos em:</b>		
Empréstimos e adiantamentos	(6,626,140)	(3,453,852)
Activos financeiros	4,095,214	(2,814,772)
Outros activos	319,043	(257,211)
Activos por impostos correntes	(78,094)	(49,808)
Activos não correntes disponíveis para venda	(646,798)	8,627
Recursos de instituições de crédito	112,937	6,933,119
Depósitos e contas correntes	4,452,898	851,435
Outros passivos	2,704,022	170,664
<b>Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais</b>	<b>4,819,491</b>	<b>1,299,430</b>
<b>Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento</b>		
Propriedade de investimentos	(10,082)	-
Aquisição de activos tangíveis	(3,013,419)	(275,094)
Aquisição de activos intangíveis	(74,742)	(29,088)
Alienação de activos tangíveis e intangíveis	12,781	103,235
Investimento em subsidiárias	1,524,587	(1,524,587)
<b>Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento</b>	<b>(1,560,875)</b>	<b>(1,725,534)</b>
<b>Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento</b>		
Aumento no capital social	-	3,168,740
Reservas	(536,631)	-
Reembolso de recursos consignados	199,898	507
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(751,469)	(115,098)
<b>Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento</b>	<b>(1,088,202)</b>	<b>3,054,149</b>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2,170,414	2,628,046
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5,909,949	3,281,903
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	<b>8,080,362</b>	<b>5,909,949</b>

Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Caixa e disponibilidade em Banco Central	619,563	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	967,526	107,215
Aplicações em instituições de crédito	6,493,273	5,007,735
	<b>8,080,362</b>	<b>5,909,949</b>

## 1. Introdução

O Moza Banco, S.A. (doravante designado Moza Banco) é um Banco Comercial Universal de Retalho, criado em 2007, com sede social em Maputo, tendo como accionistas a KUHANHA-Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, ARISE B.V, Moçambique Capitais, S.A., Novo Banco Africa S.G.P.S, S.A. (Banco português) e Dr. António Almeida Matos.

Durante do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, o Moza Banco e o BTM realizaram com sucesso o processo de fusão por incorporação de todos os activos, passivos e passivos contingentes do Banco Terra no Moza Banco o qual foi antecedido por um conjunto de planeamentos sincronizados, cuja missão foi assegurar a integração global de colaboradores, estrutura orgânica, património, processos, clientes, produtos, activos, passivos, entre outros. Com a fusão, o Moza Banco passou a deter 62 agências das quais 55 agências pertencentes ao Moza Banco e 7 agências provenientes do Banco Terra, sendo que a totalidade das agências de ambos os Bancos antes da fusão era de 65 agências.

### 1.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As Demonstrações Financeiras do Moza Banco, SA do ano findo a 31 de Dezembro de 2019, foram aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de Março de 2020.

Estas são as primeiras Demonstrações Financeiras, que foram afectadas pela adopção da IFRS 16 Locações e pela ausência de consolidação ou grupo devido a fusão por incorporação do BTM no Moza Banco ocorrida à 23 de Agosto de 2019.

### 1.2. Moeda funcional e de apresentação

O Metical é a moeda funcional do Banco e as Demonstrações Financeiras são preparadas e apresentadas nesta moeda, arredondada a milhares de Meticais, excepto quando mencionado em contrário.

### 1.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração usou os seus julgamentos, estimativas e premissas que afectam a aplicação das políticas contabilísticas do Banco e os valores reportados dos activos, passivos, retidos e despesas. Os resultados reais podem diferir dos reais.

As estimativas e premissas subjacentes são revistas continuamente e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas e julgamentos contabilísticos são analisados como se seguem:

#### i) Julgamentos

O Banco usa o julgamento no estabelecimento dos critérios para determinar se o risco de credito sobre um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, determinar a metodologia para incorporar informação prospectiva na mensuração da perda de crédito esperada (ECL), selecção e aprovação dos modelos utilizados para mensurar a ECL.

Prazo de locação - o Banco está razoavelmente seguro de exercer opções de extensão dos contratos de locação.

#### ii) Pressupostos

Imparidade dos instrumentos financeiros - determinado através dos inputs no modelo de mensuração da perda de credito espera (ECL), incluindo a incorporação de informações prospectivas;

Activos por impostos diferidos - reconhecimento dos activos por impostos diferidos através da disponibilidade dos rendimentos tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais reportáveis.

- **Nota 32.1** - Justo valor de instrumentos financeiros;
- **Nota 11 e 12** - Imposto sobre o rendimento;
- **Nota 1.4 (b) (ii)** - Classificação dos activos financeiros e modelo de avaliação empresarial;
- **Nota 1.4 (f)** - Imparidade de instrumentos financeiros
- **Nota 3.1** - a forma como o Moza Banco determina se o risco de crédito de instrumentos financeiros aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial;

### 1.4. Alterações nas políticas contabilísticas

#### i) IFRS 16 Locação

O Banco aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo simplificado, segundo o qual o activo sob direito de uso é igual ao passivo de locação (valor presente dos pagamentos de locação remanescentes, descontados usando a taxa incremental de financiamento do locatário à data de aplicação inicial) e sem necessidade de reexpressão da informação comparativa.

O Banco aplicou a IFRS 16 apenas aos contratos que anteriormente eram identificados como locações. Os contratos que não foram identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e IFRIC 4 não foram reavaliados para determinar se existe ou não uma locação nos termos da IFRS 16.

#### ii) Locatário

Como locatário, o Banco arrenda vários activos, com destaque para as instalações onde funcionam as agências e o edifício sede do Banco.

Antes da introdução da IFRS 16, o Banco classificava as suas locações como locações operacionais ao abrigo da IAS 17, com base na sua avaliação de locação, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente para o Banco.

De acordo com a IFRS 16, o Banco reconhece no balanço activos de direito de uso e passivos de locação para as locações de agências e escritórios.

O Banco optou por não reconhecer os activos de direito de uso e os passivos de locação para todas as locações de activos de renda de baixo valor e, reconhece

os pagamentos de renda como Fornecimento e Serviços de Terceiros (FST) na conta de exploração.

Na transição, os passivos de locação foram mensurados pelo valor actual dos pagamentos de locação remanescentes descontados usando a taxa incremental de financiamento do locatário à data de aplicação inicial. O direito de uso dos activos foi mensurado pelo mesmo valor do passivo locação em conformidade com o modelo retrospectivo simplificado.

O Banco utilizou vários instrumentos práticos ao aplicar a IFRS 16 às locações anteriormente identificados como locações operacionais de acordo com a IAS 17. Em particular, o Banco:

- Não reconheceu activos e passivos de direito de uso para locação cujo prazo de locação termina dentro de 12 meses a partir da data de aplicação inicial;
- Não reconheceu o direito de uso de activos e passivos para locações de activos de baixo valor;
- Excluiu os custos directos iniciais da mensuração do direito de uso do activo na data da aplicação inicial; e
- Utilizou uma retrospectiva (hindsight) ao determinar o prazo de locação.

### iii) Como locador

- O Banco arrenda certas propriedades e classifica essas locações como locações operacionais de propriedade de investimento. De acordo com a IFRS 16, o Banco não é obrigado a efectuar quaisquer ajustes na transição relativamente aos contratos de locação nos quais o Banco actua como locador.

### iv) Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para a IFRS 16, o Banco reconheceu activos de direito de uso e passivos de locação, sem qualquer ajustamento em resultados transitados. O impacto na transição é resumido a seguir:

Para mensurar os passivos de locação para os arrendamentos que foram classificados como locações operacionais, o Banco descontou os pagamentos de locação utilizando a taxa incremental de financiamento a 01 de Janeiro de 2019.

## 1.5. Sumário das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios, sendo descritas como se segue:

### a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com base na taxa de câmbio à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data do relato.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros, imparidades e pagamentos efectivos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

### b) Activos e Passivos financeiros

#### i) Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não a Justo Valor através de Lucros ou Prejuízos, dos custos de transacção que são directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

O justo valor de um instrumento financeiro é geralmente o preço da transacção.

#### ii) Classificação

##### Activos financeiros

No reconhecimento inicial, um activo financeiro é classificado como: custo amortizado, justo valor através de Outro Rendimento Integral ou justo valor justo através de Lucros ou Prejuízos.

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir e não for designado pelo justo valor através de Lucros ou Prejuízos:

- o activo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é manter activos para recolher fluxos de caixa contratuais; e
  - os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são SPPI.
- Um instrumento de dívida é mensurado pelo justo valor através de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir e não for designado como justo valor por meio do resultado:
- o activo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é alcançado tanto pela recolha de fluxos de caixa contratuais como pela venda de activos financeiros; e
  - os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são SPPI.

No reconhecimento inicial de um investimento de capital que não seja detido para negociação, o Banco pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no justo valor em Outro Rendimento Integral. Esta eleição é feita numa base de investimento por investimento.

Todos os outros activos financeiros que não se enquadrem nas classificações anteriores são mensurados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro que, de outra forma, satisfaça os requisitos a serem mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de lucros ou prejuízos se isso elimina ou reduz significativamente uma incompatibilidade contabilística que de outra forma surgiria.

### iii) Modelo de avaliação empresarial

O Banco faz uma avaliação do objectivo de um modelo de negócios no qual um activo é mantido no nível da carteira, considerando que reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações são fornecidas à gestão.

A informação considerada inclui:

- as políticas e objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da gestão se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil específico de taxa de juro, combinando a duração dos activos financeiros com a duração dos passivos que estão a financiar esses activos ou a realizar fluxos de caixa através da venda dos activos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à gestão do Banco;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e a sua estratégia de como esses riscos são geridos;
- e como os gestores dos negócios são compensados (por exemplo, se a remuneração é baseada no justo valor dos activos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos); e
- a frequência, o volume e a época das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e suas expectativas sobre a actividade de vendas futuras. No entanto, as informações sobre a actividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o objectivo declarado do Banco para gerir os activos financeiros é alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

As actividades da banca de retalho e de Corporate do Banco inclui principalmente empréstimos a clientes que são detidos para cobrança de cash-flows contratuais. Na banca retalho os empréstimos compreendem os para a habitação, descobertos, empréstimos de consumo sem hipoteca e facilidades de cartão de crédito. Vendas de empréstimos destas carteiras são muito raras.

Os títulos de dívida são mantidos pelo Banco em uma carteira separada para rendimentos de cash-flow ao longo da maturidade dos títulos. Estes títulos podem ser vendidos, entretanto estas vendas não são frequentes.

O Banco considera que esses títulos são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é manter activos para colectar os fluxos de caixa contratuais.

Activos financeiros que são mantidos para negociação ou geridos e cujo desempenho é avaliado com base no justo valor são mensurados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, considerando que não são mantidos para recolher fluxos de caixa contratuais nem para recolher fluxos de caixa contratuais e para vender activos.

### iv) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros

Para fins desta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. “Juros” são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do capital em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são SPPI, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não satisfaça a essa condição. Ao fazer a avaliação, o Banco considera:

- eventos contingentes que mudariam o valor e a época dos fluxos de caixa;
- outros recursos;
- pré-pagamento e condições de extensão;
- termos que limitam a reivindicação do Banco a fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, empréstimos sem recurso); e
- Recursos que modificam a consideração do valor do dinheiro no tempo (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).

O Banco detém uma carteira de empréstimos a taxa variável para os quais o Banco tem a opção de propor a revisão da taxa de juro em datas de redefinição periódicas. Estes direitos de reposição estão limitados à taxa de mercado no momento da revisão.

O Banco determinou que os fluxos de caixa contratuais destes empréstimos são SPPI considerando que a opção varia a taxa de juro de uma maneira que é a consideração pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito, outros riscos básicos de empréstimos e custos associados ao montante do capital pendente.

### c) Reclassificações

Os activos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, excepto no período após o Banco ter alterado o modelo de negócios para gestão de activos financeiros.

### d) Desreconhecimento

#### i) Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção na qual substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não detém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada para a parte do activo desreconhecido) e a soma (i) da contraprestação recebida (incluindo qualquer novo activo obtido menos qualquer novo passivo assumido) e (ii) qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em resultado Integral é reconhecido nos Lucros ou Prejuízos.

Qualquer ganho/perda cumulativo reconhecido em Outro Rendimento Integral em relação a títulos de investimento de capital designados pelo justo valor através de outro rendimento integral não é reconhecido nos lucros ou prejuízos no desreconhecimento desses títulos. Qualquer participação em activos financeiros transferidos que se qualifiquem para desreconhecimento criado ou retido pelo Banco é reconhecida como um activo ou passivo separado.

O Banco realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou de uma parte deles. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Exemplos de tais transacções são empréstimo de títulos e transacções de venda e recompra.

Quando os activos são vendidos a um terceiro com uma taxa de retorno total concorrente nos activos transferidos, a transacção é contabilizada como uma transacção de financiamento garantido semelhante a transacções de venda e recompra, considerando que o Banco retém todos ou substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade de tais activos.

Em transacções em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro e retém o controlo sobre o activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão ao qual está exposto a alterações no valor do activo transferido.

Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de serviço se a taxa de serviço for mais do que adequada (activo) ou for menos que adequada (passivo) para a execução do serviço.

#### e) Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas, ou quando expiram.

#### f) Modificações de activos e passivos financeiros

##### i) Activos financeiros

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do activo modificado são substancialmente diferentes.

Se os fluxos de caixa forem substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original são considerados vencidos. Nesse caso, o activo financeiro original é desreconhecido e um novo activo financeiro é reconhecido pelo justo valor acrescido de quaisquer custos de transacção elegíveis.

Quaisquer honorários recebidos como parte da modificação são contabilizados como se segue:

- custos que são considerados na determinação do justo valor do novo activo e os custos que representam o reembolso de custos de transacção elegíveis são incluídos na mensuração inicial do activo; e
- outros custos são incluídos nos lucros ou prejuízos como parte do ganho ou perda no desreconhecimento.

Se os fluxos de caixa forem modificados quando o mutuário estiver com dificuldades financeiras, o objectivo da modificação é geralmente maximizar a recuperação dos termos contratuais originais em vez de originar um novo activo com termos substancialmente diferentes. Se o Banco pretender modificar um activo financeiro de uma maneira que resultaria em perdão dos fluxos de caixa, o Banco considera inicialmente se uma parte do activo deve ser abatido antes que a modificação ocorra (veja abaixo a política de abatimentos). Esta abordagem afecta o resultado da avaliação quantitativa e significa que os critérios de desreconhecimento não são geralmente satisfeitos nesses casos.

Se a modificação de um activo financeiro mensurado ao custo amortizado ou Justo Valor através de Outro Rendimento Integral não resultar no desreconhecimento do activo financeiro, então o Banco recalcula inicialmente a quantia escriturada bruta do activo financeiro utilizando a taxa de juro efectiva original do activo e reconhece o ajustamento resultante como ganho ou perda de modificação nos lucros ou prejuízos. Para activos financeiros de taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou a perda de modificação é ajustada para reflectir os termos actuais de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos ou taxas incorridas e taxas recebidas como parte da modificação ajustam a quantia escriturada bruta do activo financeiro modificado e são amortizados pelo prazo remanescente do activo financeiro modificado.

Se tal modificação é efectuada devido as dificuldades financeiras do mutuário, o ganho ou custo é apresentado em conjunto com os custos de imparidade. Noutros casos, é apresentado como proveitos dos juros calculados através do uso do método da taxa de juro efectiva.

##### ii) Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo justo valor. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a retribuição paga é reconhecida nos lucros ou prejuízos. A retribuição paga inclui activos não financeiros transferidos, se houver, e assunção de passivos, incluindo o novo passivo financeiro modificado.

Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como desreconhecimento, então o custo amortizado do passivo é recalculado pelo desconto dos fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectiva original e o ganho ou a perda resultante é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Para os passivos financeiros com taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou a perda da modificação é ajustada para reflectir as condições actuais de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos e taxas incorridas são reconhecidas como um ajustamento na quantia escriturada do passivo e amortizado durante o prazo remanescente do passivo financeiro modificado pelo novo cálculo da taxa de juro efectiva sobre o instrumento.

##### iii) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, o Banco tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os rendimentos e custos são apresentados líquidos apenas quando as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) o permitirem, ou para rendimentos e custos provenientes de transacções similares do Banco na sua actividade operacional.

##### iv) Mensuração do justo valor

“Justo Valor” é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração no principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso para o qual o Banco tem acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de não desempenho.

Quando um está disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado “activo” se as transacções para o activo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Se não houver preço cotado num mercado activo, o Banco usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado levariam em consideração ao estabelecer o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço de transacção - ou seja, o justo valor da contrapartida dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico, nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer “inputs” não observáveis são julgados como insignificante em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para diferir a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da transacção. Subsequentemente, essa diferença é reconhecida nos lucros ou prejuízos numa base adequada ao longo da vida do instrumento, mas não depois de a avaliação ser totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transacção ser encerrada.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tiver um preço de oferta e um preço de venda, então o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos financeiros e passivos financeiros que estão expostos ao risco de mercado e ao risco de crédito que são geridos pelo Banco com base na exposição líquida ao risco de mercado ou de crédito são medidas com base num preço que seria recebido para vender uma posição comprada líquida (ou paga para transferir uma posição líquida vendida) para a exposição de risco particular. Ajustamentos no nível da carteira portfólio - por exemplo ajustamento de ofertas ou ajustamentos de risco de crédito que reflectem a mensuração com base na exposição líquida - são alocados aos activos e passivos individuais com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um passivo financeiro com um recurso de demanda (por exemplo, um depósito à ordem) não é menor do que o valor pagável à ordem, descontado da primeira data em que o valor poderia ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor no final do período de relato durante o qual a mudança ocorreu.

#### g) Imparidade

O Banco reconhece as provisões respeitantes a Perda de Crédito Esperada nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados pelo Justo Valor através de Lucros ou Prejuízos:

- Activos financeiros que são instrumentos de dívida;
- Locações a receber;
- Contratos de garantia financeira emitidos; e
- Compromissos de empréstimos emitidos.

O Banco mensura as provisões para perdas num montante igual à perda esperada de crédito ao longo da vida, excepto pelo seguinte, para o qual elas são mensuradas como perda esperada de crédito de 12 meses:

- garantias de investimento da dívida que são determinadas tendo um risco de crédito baixo à data de relato; e
- outros instrumentos financeiros (excepto locações a receber) sobre os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

As provisões para perdas em locações a receber são sempre mensuradas num valor igual à perda de crédito esperada ao longo da vida.

O Banco considera que um título de investimento de dívida apresenta um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente compreendida de "grau de investimento". O Banco não aplica a isenção de risco de crédito baixo a quaisquer outros instrumentos financeiros.

A Perda de Crédito Esperada em 12 meses é a parte da Perda de Crédito Esperada que resulta de eventos de incumprimento num instrumento financeiro que são possíveis dentro dos 12 meses após a data de relato. Os instrumentos financeiros para os quais é reconhecida uma Perda de Crédito Esperada de 12 meses são designados por "Instrumentos financeiros da Fase 1". Os instrumentos financeiros alocados a Fase 1 não sofreram aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial e não estão em imparidade.

A Perda de Crédito Esperada de Tempo de Vida Útil é a Perda de Crédito Esperada que resulta de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros para os quais é reconhecida uma perda de crédito esperada ao longo da vida, mas que não tenham imparidade de crédito, são designados por "instrumentos financeiros da Fase 2". Os instrumentos financeiros alocados na Fase 2 são aqueles que sofreram um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas estão em imparidade.

Os instrumentos financeiros para os quais a perda de crédito de tempo de vida útil é reconhecida e que estão em imparidade são designados "Instrumentos Financeiros da Fase 1".

#### Mensuração da Perda de Crédito Esperada

A Perda de Crédito Esperada é uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito. Elas são mensuradas da seguinte forma:

- Activos financeiros que não apresentem imparidade de crédito na data de relato: como o valor actual de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- Activos financeiros com imparidade de crédito na data de relato: como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- Compromissos de empréstimo não realizados: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Banco se o compromisso for levantado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- Contratos de garantia financeira: os pagamentos esperados para reembolsar ao detentor menos os valores que o Banco espera recuperar.

Para o desconto de fluxos de caixa futuros, são utilizadas as seguintes taxas:

- Outros activos financeiros que não resultem ou que não tenham origem na imparidade de crédito, activos financeiros e recebíveis de arrendamento mercantil: a taxa de juros efectiva original ou a uma taxa aproximada;
- Compromissos de empréstimo não utilizados: a taxa de juro efectiva, ou uma aproximação dela, que seria aplicada ao activo financeiro resultante do compromisso de empréstimo;
- Contratos de garantia financeira emitidos: a taxa que reflecte a avaliação actual do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos aos fluxos de caixa; e
- Activos (Imparidades de Crédito): taxa de juro efectiva ajustada para o crédito.

#### Activos financeiros reestruturados

Se os termos de um activo financeiro forem renegociados ou modificados ou um activo financeiro existente for substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, então é feita uma avaliação se o activo financeiro deve ser desreconhecido e a Perda de Crédito Esperada é mensurada da seguinte forma:

- Se a reestruturação esperada não resultará no desreconhecimento do activo existente, então os fluxos de caixa esperados decorrentes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa do activo existente.
- Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, então o justo valor esperado do novo activo é reconhecido como o fluxo de caixa final do activo financeiro existente no momento do seu desreconhecimento. Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa do activo financeiro existente que são descontadas da data prevista de desreconhecimento até a data de relato, usando a taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.

#### Activos financeiros em imparidade

Em cada data de relato, o Banco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado e os activos financeiros da dívida escriturados pelo justo valor através de resultado Integral, e os créditos de locação financeira estão em imparidade de crédito (referidos como “activos financeiros de fase 3”).

Um activo financeiro está “em imparidade de crédito” quando um ou mais eventos que têm um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ocorrem.

A evidência de que um activo financeiro está em imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- uma violação de contrato, como um evento de incumprimento ou vencido;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento do Banco em termos que o Banco não consideraria de outra forma;
- é provável que o mutuário declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de um mercado activo de um valor mobiliário devido a dificuldades financeiras.

Um empréstimo renegociado resultante da deterioração na condição de mutuário era normalmente considerado em imparidade, a menos que houvesse evidência de que o risco de não receber fluxos de caixa contratuais havia reduzido significativamente e não havia outros indicadores de imparidade. Além disso, um empréstimo vencido há 90 dias ou mais é considerado em imparidade de crédito, mesmo quando a definição regulamentar de incumprimento é diferente.

Ao avaliar se um investimento em dívida soberana está em imparidade, o Banco considerou os seguintes factores:

- A avaliação de crédito do mercado, conforme reflectido no rendimento dos títulos.
- As avaliações das classificações das agências respeitantes a idoneidade creditícia.
- A capacidade do país de aceder aos mercados de capitais para novas emissões de dívida.
- A probabilidade da dívida ser reestruturada, resultando em prejuízos aos detentores por meio do perdão voluntário ou obrigatório da dívida.
- Os mecanismos de apoio internacional em vigor para fornecer o apoio necessário como “credor de última instância” a esse país, bem como a intenção, reflectida em declarações públicas, de governos e agências de usar esses mecanismos. Isso incluiu uma avaliação da profundidade desses mecanismos e, independentemente da intenção política, se havia capacidade para cumprir os critérios exigidos.

### **Apresentação da provisão para Perda de Crédito Esperada na Demonstração da Posição Financeira**

As provisões respeitantes a Perda de Crédito Esperado são apresentadas na demonstração da posição financeira como se segue:

- activos financeiros mensurados pelo custo amortizado: como uma dedução da quantia escriturada bruta dos activos; compromissos de empréstimos e Contratos de garantia financeira: em geral, como provisão;
- quando um instrumento financeiro inclui uma fracção desembolsada e não desembolsada do capital, o Banco não pode identificar a Perda de Crédito Esperada no componente de compromisso de empréstimo separadamente daqueles na fracção desembolsada: o Banco apresenta uma provisão de perda combinada para ambos os componentes. O valor combinado é apresentado como uma dedução da quantia escriturada da fracção desembolsada. Qualquer excesso da provisão para perdas sobre o valor bruto da fracção desembolsada é apresentado como provisão; e
- instrumentos de dívida mensurados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral: nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira considerando que a quantia escriturada desses activos é o seu justo valor. No entanto, a provisão para perdas é divulgada e é reconhecida na reserva do justo valor.

### **Desreconhecimento**

Empréstimos e títulos de dívida são desreconhecidos (parcial ou integralmente) quando não há expectativa razoável de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade ou parte do mesmo. Esse é geralmente o caso quando o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que poderiam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos ao abate baixa. Essa avaliação é realizada no nível do activo individual.

As recuperações de valores anteriormente baixados são incluídas em “perdas por redução ao valor recuperável em instrumentos financeiros” na Demonstração de Lucros ou Prejuízos e Outro Rendimento Integral.

Os activos financeiros que são abatidos ainda podem estar sujeitos a actividades de fiscalização para cumprir os procedimentos do Banco para fins de recuperação de valores devidos.

### **Contratos de garantia financeira**

O Banco avalia se um contrato de garantia financeira detido é um elemento integrante de um activo financeiro que é contabilizado como um componente desse instrumento ou é um contrato contabilizado separadamente. Os factores que o Banco considera ao fazer essa avaliação incluem:

- a garantia é implicitamente parte dos termos contratuais do instrumento de dívida;
- a garantia é exigida pelas leis e regulamentos que regem o contrato do instrumento de dívida;
- a garantia é celebrada ao mesmo tempo e na contemplação do instrumento de dívida; e
- a garantia é concedida pela empresa-mãe do mutuário ou outra empresa ao nível do grupo do mutuário.

Se a garantia é um elemento integrante do activo financeiro, então qualquer prémio a pagar relacionado com o reconhecimento inicial do activo financeiro é reconhecido como um custo de transacção para adquiri-lo. O Banco considera o efeito da protecção ao mensurar o justo valor do instrumento de dívida e ao mensurar a Perda de Crédito Esperada.

Se o Banco determinar que a garantia não é um elemento integrante do instrumento de dívida, então reconhece um activo representando qualquer pré-pagamento de prémio de garantia e um direito a compensação por perdas de crédito. Um activo de prémio pré-pago é reconhecido somente se a exposição garantida não estiver com perda de crédito nem tiver sofrido um aumento significativo no risco de crédito quando a garantia for adquirida. Esses activos são reconhecidos em “outros activos”. O Banco apresenta ganhos ou perdas sobre um direito de compensação nos lucros ou prejuízos no item “perdas por imparidade em instrumentos financeiros”.

#### **h) Reconhecimento de réditos e gastos**

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O conhecimento do rédito obedece aos seguintes critérios por rubrica.

#### **i) Juros**

### Taxa de juro efectiva

As receitas e despesas de juros são reconhecidas nos lucros ou prejuízos através do método da taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- a quantia escriturada bruta do activo financeiro; ou
- o custo amortizado do passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos adquiridos ou originários com perda de crédito, o Banco estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não a Perda de Crédito Esperada. Para activos financeiros com perda de crédito adquirida ou originada, uma taxa de juro efectiva ajustada ao crédito é calculada usando fluxos de caixa futuros estimados incluindo a Perda de Crédito Esperada.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui custos de transacção e taxas e pontos pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção incluem custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

#### j) Custo amortizado e quantia escriturada bruta

O 'custo amortizado' de um activo financeiro ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre aquele valor inicial e o valor à maturidade e, para os activos financeiros, ajustados por qualquer provisão para perda de crédito esperada.

A quantia escriturada bruta de um activo financeiro é o custo amortizado de um activo financeiro antes do ajustamento de qualquer provisão de perda de crédito esperada.

#### k) Cálculo da receita e despesa de juros

A taxa de juro efectiva de um activo ou passivo financeiro é calculada no reconhecimento inicial de um activo financeiro ou passivo financeiro. No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juro efectiva é aplicada à quantia escriturada bruta do activo (quando o activo não se encontra em imparidade) ou ao custo amortizado do passivo. A taxa de juro efectiva é revista como resultado da nova estimativa periódica dos fluxos de caixa dos instrumentos de taxa flutuante para reflectir os movimentos nas taxas de juro do mercado.

No entanto, para activos financeiros em imparidade após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro. Se o activo deixar de estar em imparidade de crédito, o cálculo do rendimento de juros reverte para a base bruta.

Para activos financeiros em imparidade no reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo. O cálculo da receita de juros não reverte para a base bruta mesmo que o risco de crédito do activo melhore.

#### l) Apresentação

A receita de juros calculada usando o método da taxa de juro efectiva apresentado na Demonstração de Lucros ou Prejuízos e Outro Rendimento Integral inclui:

- juros sobre activos financeiros e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- juros sobre instrumentos de dívida mensurados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral.

Outras receitas de juros apresentadas na Demonstração de Lucros ou Prejuízos e Outro Rendimento Integral incluem receitas de juros sobre locações financeiras.

A despesa de juros apresentada na Demonstração de Lucros ou Prejuízos e Outro Rendimento Integral inclui passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado e juros em passivos de locação.

As receitas e despesas de juros em outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de proveitos e prejuízos são apresentados na rubrica de receitas líquidas de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de proveitos e prejuízos.

#### Rendimentos provenientes de serviços e comissões

- O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus Clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

#### Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

- São obtidas à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período em que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão das Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

#### Comissões cobradas pela prestação de serviços

- A receita de honorários e comissões de Contratos com Clientes é mensurada com base na remuneração especificada num contrato com um cliente.

#### O Banco reconhece o réditto quando o serviço é prestado.

- Outras despesas com honorários e comissões referem-se principalmente a taxas de transacção e serviços, que são contabilizadas como despesas quando os serviços são recebidos.

#### Rendimento líquido em operações financeiras

- O rendimento líquido em operações financeiras inclui ganhos e perdas das transacções em moeda estrangeira e operações de conversão dos itens monetários denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, o Banco procede ao reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor.

#### m) IFRS 16 - Locações (Política aplicada a partir de 01 de Janeiro de 2019)

O Banco aplicou a IFRS 16 usando a abordagem retrospectiva simplificada e, portanto, as informações comparativas não foram actualizadas e continuam a ser relatadas na IAS 17 e na IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis na IAS 17 e na IFRIC 4 são divulgados separadamente.

No início de um contrato, o Banco avalia se um contrato é ou contém um arrendamento partindo da definição estabelecida na norma IFRS 16 que diz "um

contrato constitui ou contém uma locação se comportar o direito de controlar a utilização de um activo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição”. Esta política é aplicada aos contratos celebrados (ou actualizados) em ou após 1 de Janeiro de 2019.

#### i) Banco na perspectiva de Locatário

No início ou na actualização de um contrato que contém a componente de locação, o Banco aloca a contraprestação no contrato a cada componente de locação com base no seu preço autónomo relativo. No entanto, para locações de agências e escritórios, o Banco optou por não separar as componentes não locativas e contabilizar as componentes locativas e não locativas como um único componente de locação.

O Banco reconhece um activo sob direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do locação. O activo sob direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efectuados antes da data de início, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmontar e remover quaisquer melhorias feitas nas filiais ou nas instalações do escritório.

O activo sob direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo da locação. Adicionalmente, o activo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que ainda não foram efectuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita de locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental do Banco. Geralmente, o Banco utiliza sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

O Banco determina sua taxa incremental de empréstimos através da análise de empréstimos de várias fontes externas e faz alguns ajustes para reflectir os termos do arrendamento e o tipo de activo arrendado.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem os seguintes:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos in-substance;
- Pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou taxa, medidos inicialmente usando o índice ou taxa na data de início;
- Montantes que se espera pagar sob uma garantia de valor residual; e
- Preço do exercício de uma opção de compra que o Banco preveja exercer, pagamentos de locação em um período de renovação opcional se o Banco tem certeza razoável de exercer uma opção de extensão, e penalizações por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Banco tenha certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efectivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrentes de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa do Banco sobre o montante que se espera que seja pago sob garantia do valor residual, se o Banco alterar a sua avaliação sobre se irá efectuar uma compra, extensão ou rescisão da compra, ou se houver uma revisão do pagamento de locação fixa in-substance.

Quando o passivo de locação é remensurado dessa forma, um ajuste correspondente é feito ao valor contabilístico do activo de direito de uso ou é registrado nos lucros ou prejuízos se o valor contabilístico do activo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Banco apresenta na demonstração da posição financeira os activos sob direito de uso em 'Activos Tangíveis' e passivos de arrendamento em 'outros passivos' na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer activos sob direito de uso e passivos de locação financeira para locações de activos de baixo valor e locações de curto prazo, incluindo locações de equipamentos de tecnologia de comunicação e informação. O Banco reconhece os pagamentos de locação associados a essas locações como uma despesa de forma linear durante o período da locação.

#### ii) Banco como Locador

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de locação, o Banco aloca a contraprestação no contrato a cada componente de locação com base em seus preços de venda autónomos relativos.

Quando o Banco actua como locador, determina, no início da locação, se é uma locação é financeira ou operacional. Para classificar cada locação, o Banco avalia se todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente são ou não substancialmente transferidos para o Moza Banco. Se for esse o caso, então a locação é uma locação financeira; caso contrário, essa locação é tratado como locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera determinados indicadores, como se a locação é destinada à maior parte da vida económica do activo.

O Banco aplica os requisitos de desconhecimento e imparidade da IFRS 9 ao investimento líquido da locação. O Banco também revê regularmente, os valores residuais estimados não garantidos utilizados no calculo do investimento bruto no contrato de locação.

Para contractos celebrados antes de 1 de Janeiro de 2019, o Banco determinou se o contrato era de arrendamento com base na avaliação de:

- O cumprimento do contrato depende do uso de um activo ou activos específicos; e
- O contrato concede o direito de uso do activo.

#### n) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, a contar da data da aquisição, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração do justo valor e são utilizadas pelo Banco na gestão de seus compromissos de curto prazo, sendo que estes são mensurados ao custo amortizado na demonstração da posição financeira.

#### o) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor na posição financeira seja essencialmente recuperado através da venda e que a mesma seja considerada altamente provável. Para que um activo (ou grupo de alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

1. A probabilidade de venda seja elevada;
2. O activo esteja disponível para venda no seu estado actual; e
3. Existir expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nessa rubrica.

Os activos registados nessa rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o seu justo valor, deduzidos do custo a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado, com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas.

A Administração compromete-se a desenvolver todos os esforços tendentes a que a sua alienação se verifique no máximo de um ano após a sua classificação nesta categoria.

#### p) Activos tangíveis

- Propriedades e equipamentos

As propriedades e equipamentos são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidas em lucros ou prejuízos do período em que foram incorridos. O software adquirido que é parte integrante da funcionalidade do equipamento relacionado é capitalizado como parte desse equipamento.

Se partes significativas de um item do imobilizado têm vida útil diferente, então elas são contabilizadas como itens separados (componentes principais) do activo. Qualquer ganho ou perda na alienação de um item de propriedade e equipamento é reconhecido em outros rendimentos em lucros ou prejuízos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como activos tangíveis apenas se for provável que os benefícios económicos futuros associados aos gastos fluirão para o Banco.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como a vida útil dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de relato. As vidas úteis estimadas para os activos tangíveis são as seguintes:

	<b>Anos</b>	
Imóveis	25	O Banco efectua regularmente a análise da adequabilidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil estimada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.
Edifícios arrendados	10	
Equipamentos	10	
Outros	4-5	

#### • Propriedade de investimentos

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo justo valor, com qualquer alteração reconhecida em lucros ou prejuízos como outras receitas. Qualquer ganho ou perda na alienação de propriedades de investimento (calculado como a diferença entre o produto líquido da alienação e a quantia escriturada do item) é reconhecido em lucro ou prejuízo. Quando o uso de uma propriedade muda de modo que seja reclassificado como activo imobilizado, seu justo valor na data de reclassificação se torna seu custo para contabilização subsequente.

#### q) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis que incluem os valores de software (licenças) adquiridos pelo Banco são registados ao custo amortizado menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

Os custos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como activo quando o Banco consegue demonstrar que o produto é tecnicamente e comercialmente factível, a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos as amortizações acumuladas e menos as perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida em lucros ou prejuízos segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 5 anos.

#### r) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos em lucros ou prejuízos, excepto a parte relativa à combinação de negócio ou a itens reconhecidos directamente nos capitais próprios ou a outros resultado.

O Banco determina os juros e penalizações decorrente do apuramento de imposto, e quaisquer diferenças apuradas incluindo tratamento fiscais incertos, que não se enquadrem na definição de imposto sobre o rendimento, estes são contabilizados de acordo com a IAS 37.

#### i) Impostos correntes

O imposto corrente compreende o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do ano e quaisquer ajustamentos ao imposto a pagar ou a receber de anos anteriores.

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar das autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável, resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os activos e passivos de impostos correntes podem ser compensados se determinadas condições forem satisfeitas.

#### ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data da posição financeira entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de relato e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data de relato.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso determinadas condições sejam satisfeitas.

#### s) Benefícios aos empregados

##### i) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, remunerações variáveis, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

##### ii) Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

#### t) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, sendo provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado de forma fiável. As provisões são mensuradas com base no valor presente dos custos que se espera que venham a incorrer para liquidar a obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflecte a avaliação actual.

#### u) Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, títulos de dívida em emissão e passivos subordinados são as fontes de financiamento por dívida do Banco.

Quando o Banco vende um activo financeiro e simultaneamente celebra um acordo recompra do mesmo (ou um activo semelhante) a um preço fixo numa data futura (acordo de venda e recompra) a contraprestação recebida é contabilizada como um depósito e o activo subjacente continua reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco.

O Banco classifica os instrumentos de capital como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a substância dos termos contratuais dos instrumentos. Os depósitos, títulos de dívida em emissão e passivos subordinados são mensurados inicialmente pelo justo valor menos os custos directos de transacção incremental. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva de juros, excepto quando o Banco designa passivos ao justo valor através de lucros ou prejuízos (FVTPL).

Quando o Banco designa um passivo financeiro ao justo valor através de ganhos ou perdas (FVTPL), o montante da variação no justo valor do passivo que é atribuível as alterações no seu risco de crédito é apresentado em outro rendimento integral (OCI) como uma reserva de crédito do passivo.

No reconhecimento inicial do passivo financeiro, o Banco avalia se a apresentação do montante da variação do justo valor do passivo que é atribuível ao risco de crédito em outro rendimento integral (OCI) criaria ou ampliaria um desajuste contabilístico nos lucros ou prejuízos. Essa avaliação é feita usando uma análise de regressão para comparar:

- as mudanças esperadas no justo valor do passivo relacionadas a mudanças no risco de crédito; com
- o impacto no resultado das mudanças esperadas no justo valor de instrumentos cujas características estão relacionadas economicamente às características do passivo

Os valores apresentados na reserva de crédito do passivo não são posteriormente transferidos para o resultado. Quando esses instrumentos são desreconhecidos, o valor acumulado relacionado na reserva de crédito do passivo é transferido para lucros acumulados.

#### v) Garantias financeiras e compromissos de empréstimos

As “Garantias financeiras” são contratos que exigem que o Banco efectue pagamentos específicos para reembolsar o titular por perda em que incorra devido ao facto de um devedor específico não efectuar o pagamento quando este é exigido de acordo com os termos do instrumento de dívida. Os “compromissos de empréstimo” são compromissos firmes de concessão de crédito com termos e condições pré-estabelecidas.

As garantias financeiras emitidas ou os compromissos de concessão de empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado são mensuradas inicialmente pelo justo valor. Posteriormente, são mensurados pela provisão da perda mais elevada determinada de acordo com o IFRS 9 e o valor inicialmente reconhecido menos, o valor acumulado do resultado reconhecido de acordo com os princípios do IFRS 15.

Os passivos decorrentes de garantias financeiras e compromissos de empréstimos são incluídos nas provisões.

#### w) Capital social e reservas

##### i. Outros instrumentos do capital próprio

O Banco classifica instrumentos emitidos como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a natureza dos termos contratuais dos instrumentos.

##### ii. Custos de emissão de acções

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de um instrumento de capital próprio são deduzidos da mensuração inicial dos instrumentos de capital próprio.

#### x) Transacções de controle comum

O Banco contabiliza as transacções de controle comum usando a quantia escriturada (base de transferência). Este método também se aplica nas demonstrações financeiras separadas da adquirente se ela adquirir activos e passivos que constituam um negócio de acordo com a IFRS 3 (de uma entidade sob controle comum), em vez de adquirir acções nesse negócio.

Ao aplicar a contabilização da quantia escriturada, pode ser necessário um ajuste no capital próprio para reflectir qualquer diferença entre a contraprestação paga e o capital da adquirida. As seguintes abordagens são possíveis para reconhecer o ajuste:

- Refletir o ajuste em conta de fundos próprios, denominada reserva de “fusão” ou similar;
- Refletir o ajuste em resultados transitados.

O Banco optou por reflectir o ajuste em uma conta de capital próprio chamada reserva de fusão.

## 2. Normas contabilísticas emitidas, mas não implementadas.

Uma série de outros novos normativos foram efectivos a partir de 01 de Janeiro de 2019, contudo os mesmos não tiveram impacto material nas Demonstrações Financeiras do Banco.

- Emendas a Referências a Quadro Conceptual nas Normas Internacionais do relato financeiro (NIRF)
- Definição de um Negócio (Emendas à NIRF 3).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

## 3. Gestão do Risco, objectivos e políticas

A Gestão de Riscos é uma disciplina fundamental em todas as instituições e compreende um conjunto de actividades que afectam o seu perfil de risco. Consiste na constante identificação e análise da exposição a diferentes tipologias de riscos (crédito, liquidez, de taxa de juro, cambial, operacional, reputacional, de tecnologias de informação, compliance e estratégico), e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas.

No âmbito da execução das suas actividades do dia a dia, o Banco encontra-se exposto a diferentes riscos financeiros e não financeiros, deste modo, a existência de uma estrutura de gestão capaz de otimizar a relação entre a maximização do retorno e a minimização dos riscos constitui objectivo primordial do Banco visando essencialmente a sua solidez.

As políticas de gestão de risco do Banco encontram-se desenhadas com vista a albergar a definição, estrutura de gestão, as responsabilidades, a estratégia geral de gestão, o modelo operacional e o mecanismo de monitoramento, dos diferentes riscos a fim de estabelecer limites de risco e controlos em harmonia com os limites impostos pelo órgão regulador. O Banco revê regularmente as políticas de gestão de risco por forma a reflectir as alterações nos mercados, produtos e melhores práticas.

A gestão do risco é da responsabilidade da Direcção de Gestão de Risco sob políticas aprovadas pela Administração e regulamentação emanada pela entidade reguladora. Esta Direcção actua em concordância com as Diretrizes de Gestão de Risco (Aviso 04/GBM/2013) no estabelecimento da metodologia de gestão de risco visando a definição, identificação, mensuração e acompanhamento dos riscos financeiros e não financeiros, em coordenação com as unidades de negócio. A Administração aprova os princípios para a gestão de risco global, bem como as políticas. Além disso, aprova o apetite sobre o qual o banco deve operar.

De entre os diversos riscos analisados e controlados por esta direcção, destacam-se: o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado (taxa de juro, taxa de cambio) e risco operacional.

A análise qualitativa da gestão do risco do Banco é apresentada como se segue:

### 3.1. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições de crédito, linhas de crédito, activos financeiros, garantias e derivados. Este risco emerge da relação do Banco com particulares, empresas, instituições financeiras e soberanos.

Embora a exposição ao crédito no Banco surja pela via de empréstimos e adiantamentos, pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante aos dos empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

O Banco tem políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza este risco.

#### Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos na posição financeira, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar caso a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro, relativamente ao risco de crédito na posição financeira, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito a Clientes (Empréstimos e adiantamentos a clientes, Garantias Prestadas e Cartas de Crédito) que são, fundamentalmente hipotecas sobre propriedades, penhores sobre Depósitos (a ordem e a prazo) e penhoras de equipamentos:



	<b>Moza Banco</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço</b>		
Caixa e disponibilidades em Banco Central	619,563	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	967,526	107,215
Aplicações em instituições de crédito	6,493,273	5,007,735
Activos financeiros	3,794,181	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	23,875,241	17,985,608
Outros activos	64,267	528,627
	<b>35,814,051</b>	<b>32,326,996</b>
<b>Exposição ao risco de crédito relativa a elementos extrapatrimonial</b>		
Garantias	5,977,485	5,774,739
Cartas de crédito	555,366	931,567
	<b>6,532,851</b>	<b>6,706,306</b>
	<b>42,346,902</b>	<b>39,033,302</b>

#### Qualidade do crédito:

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Banco, os instrumentos financeiros foram analisados como se segue:

<b>2019</b>	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>	<b>Total</b>
Caixa e disponibilidades em Banco Central	619,563	-	-	619,563
Disponibilidades sobre instituições de crédito	967,526	-	-	967,526
Aplicações em instituições de crédito	6,493,273	-	-	6,493,273
Activos financeiros	3,794,181	-	-	3,794,181
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14,105,166	5,679,743	4,090,332	23,875,241
Outros activos	64,267	-	-	64,267
	<b>26,043,976</b>	<b>5,679,743</b>	<b>4,090,332</b>	<b>35,814,051</b>
<hr/>				
<b>2018</b>	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>	<b>Total</b>
Caixa e disponibilidades em Banco Central	794,999	-	-	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	107,215	-	-	107,215
Aplicações em instituições de crédito	5,007,735	-	-	5,007,735
Activos financeiros	7,902,812	-	-	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19,632,611	2,225,883	(3,872,886)	17,985,608
Outros activos	528,627	-	-	528,627
	<b>33,973,999</b>	<b>2,225,883</b>	<b>(3,872,886)</b>	<b>32,326,996</b>

Em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes, a qualidade do crédito do Banco é apresentada conforme se segue:

<b>2019</b>	<b>Valor Bruto</b>	<b>Imparidade</b>	<b>Exposição líquida</b>
Crédito vincendo	19,183,875	(560,222)	18,623,653
Crédito vencido	9,412,548	(4,160,960)	5,251,588
Exposição vencida	3,603,457	-	3,603,457
Exposição com indicio de imparidade	5,809,091	-	5,809,091
	<b>28,596,423</b>	<b>(4,721,182)</b>	<b>23,875,241</b>
<hr/>			
<b>2018</b>	<b>Valor Bruto</b>	<b>Imparidade</b>	<b>Exposição líquida</b>
Crédito vincendo	14,590,553	(1,469,252)	13,121,301
Crédito vencido	7,267,941	(2,403,634)	4,864,307
Exposição vencida	2,225,883	(1,469,252)	756,631
Exposição com indicio de imparidade	5,042,058	(934,382)	4,107,676
	<b>21,858,494</b>	<b>(3,872,886)</b>	<b>17,985,608</b>

O crédito vencido inclui a totalidade da exposição de clientes com prestações vencidas assim como os valores das prestações vincendas.

### Perda esperada de crédito

O quadro seguinte apresenta o movimento das imparidades de crédito ao longo do ano:

<b>Empréstimos e adiantamento a clientes ao custo amortizado</b>	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Saldo a 01 Janeiro de 2019</b>	<b>262,589</b>	<b>761,036</b>	<b>2,849,261</b>	<b>3,872,886</b>	<b>2,947,332</b>
Transferencia para Stage 1	(13,739)	(94,408)	(40,950)	(149,097)	-
Transferencia para Stage 2	113,879	(193,087)	(70,160)	(149,368)	-
Transferencia para Stage 3	100,606	418,010	222,792	741,409	-
Reforços	435,871	1,058,172	979,657	2,473,700	1,060,507
Novas entradas	366,408	-	-	366,408	-
Reduções	(766,129)	(886,346)	(236,567)	(1,889,042)	(771,403)
Write-offs	-	-	(102,770)	(102,770)	(91,938)
Impacto da IFRS 9	-	-	-	-	728,388
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>298,739</b>	<b>932,862</b>	<b>3,489,581</b>	<b>4,721,182</b>	<b>3,872,886</b>

O quadro seguinte apresenta o movimento das imparidades dos compromissos de empréstimos e contratos de garantias financeiras ao longo do ano:

<b>Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Saldo a 01 Janeiro de 2019</b>	<b>37,881</b>	<b>24,117</b>
Reforço	24,479	30,149
Reversão	(20,475)	(16,385)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>41,885</b>	<b>37,881</b>

O quadro seguinte apresenta a exposição líquida da carteira de crédito (empréstimos e adiantamentos a clientes) desagregada pelo respectivo stage de imparidade (rating interno do Banco):

<b>2019</b>	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>	<b>Valor</b>
Em cumprimento	14,105,166	-	-	14,105,166
Em incumprimento mas sem imparidade	-	5,679,743	-	5,679,743
Em incumprimento	-	-	4,090,332	4,090,332
	<b>14,105,166</b>	<b>5,679,743</b>	<b>4,090,332</b>	<b>23,875,241</b>

<b>2018</b>	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>	<b>Valor</b>
Em cumprimento	10,768,055	-	-	10,768,055
Em incumprimento mas sem imparidade	-	3,400,490	-	3,400,490
Em incumprimento	-	-	3,817,063	3,817,063
	<b>10,768,055</b>	<b>3,400,490</b>	<b>3,817,063</b>	<b>17,985,608</b>

O quadro seguinte apresenta a exposição líquida de caixa, disponibilidades em Banco Central e sobre Instituições de Crédito e Aplicações em Instituições de Crédito pelo respectivo stage de imparidade do Banco (rating interno do Banco):

	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>	<b>Estágio 3</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e disponibilidades no Banco Central	619,563	-	-	619,563	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	967,526	-	-	967,526	107,215
Aplicações em instituições de crédito	6,493,273	-	-	6,493,273	5,007,735
	<b>8,080,362</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8,080,362</b>	<b>5,909,949</b>

### Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem do bem oferecido e/ou de uma avaliação do risco de crédito da contraparte, sendo os principais tipos de garantias recebidas as seguintes:

- Penhor de Depósitos (a ordem e a prazo) junto ao Banco;
- Garantias prestadas pelo Estado;
- Garantias prestadas por Outras Instituições de Crédito;
- Hipotecas sobre Propriedades (habitações, imóveis industriais e/ou comerciais, viaturas, etc.);
- Penhor de Equipamentos;
- Aval e/ou Fiança dos Sócios/Accionistas e/ou de Terceiros.

Análise da exposição face aos colaterais e outras garantias de crédito para o Banco:

2019	Maxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito/garantias bancárias	Hipotecas	Outros	Garantias líquidas	Exposição líquida
Caixa e disponibilidade em Banco Central	619,563	-	-	-	-	-	619,563
Disponibilidade sobre instituições de crédito	967,526	-	-	-	-	-	967,526
Aplicações em instituições de crédito	6,493,273	-	-	-	-	-	6,493,273
Activos financeiros	3,794,181	-	-	-	-	-	3,794,181
Empréstimos e adiantamento a clientes							
Grandes empresas	11,809,527	52,703	-	2,855,275	621,723	2,188,409	9,621,118
Pequenas empresas	8,454,710	528,385	4,137	9,673,825	277,721	-	8,454,710
Particulares	3,610,308	423,228	-	1,853,038	15,994	-	3,610,308
Outros	696	-	-	-	-	-	696
Outros activos	64,267	-	-	-	-	-	64,267
	<b>35,814,051</b>	<b>1,004,316</b>	<b>4,137</b>	<b>14,382,138</b>	<b>915,438</b>	<b>2,188,409</b>	<b>33,625,642</b>

2018	Maxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito/garantias bancárias	Hipotecas	Outros	Garantias líquidas	Exposição líquida
Caixa e disponibilidade em Banco Central	794,999	-	-	-	-	-	794,999
Disponibilidade sobre instituições de crédito	107,215	-	-	-	-	-	107,215
Aplicações em instituições de crédito	5,007,735	-	-	-	-	-	5,007,735
Activos financeiros	7,902,812	-	-	-	-	-	7,902,812
Empréstimos e adiantamento a clientes							-
Grandes empresas	8,615,428	175,044	-	1,627,307	959,086	2,761,437	5,853,991
Pequenas empresas	4,872,798	555,496	-	3,501,569	168,499	4,225,564	647,234
Particulares	2,730,147	483,566	-	1,654,813	423,977	2,562,356	167,791
Outros	1,767,235	1,630	-	-	129,563	131,193	1,636,042
Outros activos	528,627	-	-	-	-	-	528,627
	<b>32,326,996</b>	<b>1,215,736</b>	<b>-</b>	<b>6,783,689</b>	<b>1,681,125</b>	<b>9,680,550</b>	<b>22,646,446</b>

O quadro seguinte apresenta as quantias escrituradas e o valor das garantias identificáveis (principalmente propriedades) detidas contra empréstimos e adiantamentos. Para cada empréstimo, o valor das propriedades divulgadas é limitado ao valor nominal contra o qual é detido:

	2019			2018		
	Quantia escriturada	Hipoteca de Imóveis	Caução de DP	Valor	Hipoteca de imóveis	Caução de DP
Estagio 01 e 02	20,657,960	11,111,316	912,811	14,217,585	4,522,911	1,023,645
Estagio 03	8,001,364	3,270,823	91,504	6,307,026	2,053,273	26,184
	<b>28,659,324</b>	<b>14,382,139</b>	<b>1,004,315</b>	<b>20,524,611</b>	<b>6,576,184</b>	<b>1,049,829</b>

#### Activos obtidos mediante a tomada de posse de garantias

Os detalhes dos activos financeiros e não financeiros obtidos pelo Banco durante o ano através de tomada de posse de colaterais detidos como garantias contra empréstimos e adiantamentos no final do ano são apresentados abaixo.

	2019	2018
Imóveis	1,114,610	470,184
	<b>1,116,629</b>	<b>472,202</b>

#### Aumento significativo do risco de crédito

Ao determinar se o risco de incumprimento de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco considera que existe informação razoável e sustentável que é relevante e disponível sem custos ou esforços excessivos. Isto inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, baseadas na experiência histórica do Banco e na avaliação de crédito de especialistas, incluindo informações previsionais.

O objectivo da avaliação é identificar se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito para uma exposição através da comparação de:

- A probabilidade de incumprimento (PD) remanescente durante a vida útil na data do reporte; com
- A probabilidade de incumprimento durante a vida útil restante para esse período estimado no momento do reconhecimento inicial da exposição (ajustada, quando apropriado, para alterações nas expectativas de pré-pagamento).

Os seguintes critérios são utilizados para determinar se houve um aumento significativo do risco de crédito:

- Um backstop de 30 dias vencidos;
- Indicadores qualitativos.

#### Classificação de risco de crédito

O Banco aloca cada exposição a uma classificação de crédito com base numa variedade de dados que é determinada como predictiva do risco de incumprimento.

to e aplicando a análise qualitativa de crédito. Essas classificações variam dependendo da natureza da exposição e do tipo de mutuário.

A cada exposição é alocada um grau de risco de crédito no reconhecimento inicial e subsequentemente estão sujeitas a uma monitoria contínua, o que pode resultar na transferência de uma exposição para um grau de risco de crédito diferente. A monitoria normalmente envolve o uso dos seguintes dados:

Exposições corporativas	Exposições de retalho	Todas exposições
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informações obtidas durante a revisão periódica dos arquivos dos clientes - por exemplo, demonstrações financeiras auditadas, contas da administração, orçamentos e projecções. Exemplos de áreas de particular enfoque são: margens de lucro bruto, rácios de alavancagem financeira, cobertura do serviço da dívida, cumprimento de acordos, qualidade da gestão, mudanças na gestão sénior</li> <li>- Dados de agências de referência de crédito, artigos de imprensa, alterações nas classificações de crédito externas</li> <li>- Mudanças significativas actuais e esperadas no ambiente político, regulamentar e tecnológico do mutuário ou nas suas actividades de negócio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dados recolhidos internamente sobre o comportamento do cliente - por exemplo, uso de facilidades de cartão de crédito;</li> <li>- Métricas de acessibilidade de preços;</li> <li>- Dados externos de agências de referência de crédito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Registo de pagamento - inclui o estado de atraso, bem como uma série de variáveis sobre os rácios de pagamento;</li> <li>- Uso do limite concedido</li> <li>- Pedidos e concessão de tolerância</li> <li>- Mudanças existentes e previstas nas condições de negócio, financeiras e económicas.</li> </ul>

#### Gerar a estrutura de prazos da probabilidade de incumprimento (PD)

O número de dias em atraso é um *input* primário para a determinação da estrutura de prazos da probabilidade de incumprimento (PD) para as exposições. O Banco recolhe informações sobre o desempenho e o incumprimento das suas exposições ao risco de crédito analisadas por tipo de produto e segmentação do mutuário.

O Banco utiliza modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos e gerar estimativas da probabilidade de incumprimento das exposições ao longo da vida útil (*Lifetime PD*) e da forma como se espera que estas se alterem como resultado da passagem do tempo.

#### Determinar se o risco de crédito aumentou significativamente

Como indicador geral, considera-se que o risco de crédito de uma determinada exposição aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial se, com base num empréstimo estiver vencido há 30 dias ou mais. Os dias em atraso são determinados através da contagem do número de dias desde a data de vencimento em relação à qual o pagamento não tenha sido recebido.

Se houver evidência de que não há mais um aumento significativo do risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial, então a provisão para perdas sobre um instrumento volta a ser mensurada em perda de crédito esperada (ECL) de 12 meses.

Alguns indicadores qualitativos de um aumento do risco de crédito, como incumprimento ou a tolerância, podem ser indicativos de um aumento do risco de incumprimento que persiste depois do próprio indicador ter deixado de existir. Nestes casos, o Banco determina um período de acompanhamento durante o qual o activo financeiro é obrigado a demonstrar um bom comportamento para fornecer evidência de que o seu risco de crédito diminuiu suficientemente. Quando os termos contratuais de um empréstimo tiverem sido modificados, há evidência de que os critérios para reconhecer a perda de crédito esperada (ECL) durante o tempo de vida, não são mais cumpridos, incluindo um histórico de desempenho de pagamento actualizado em relação aos termos contratuais alterados.

#### Incorporação de informações prospectivas

O Banco incorpora informações prospectivas tanto na avaliação de risco de crédito de um instrumento que aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, assim como na mensuração da perda de crédito esperada (ECL).

O Banco formula três cenários económicos: um cenário de base, que é o cenário central, desenvolvido internamente com base em previsões consensuais, e dois cenários menos prováveis, um optimista e um pessimista. O ECL está alinhado com as informações utilizadas pelo Banco para outros fins, tais como o planeamento estratégico e a elaboração do orçamento. As informações externas consideradas incluem dados e previsões económicas publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias dos países onde o Banco opera e outras organizações supranacionais.

As ponderações de probabilidade de cenário aplicadas na mensuração da perda de crédito esperada (ECL) são como se segue.

A 31 de Dezembro de 2019	2019			2018		
	Alto	Médio	Baixo	Alto	Médio	Baixo
Probabilidade dos cenários	20%	60%	20%	20%	60%	20%

Periodicamente, o Banco realiza testes de esforço de choques mais extremos para calibrar a sua determinação dos cenários representativos ascendentes e descendentes. Uma revisão abrangente é realizada pelo menos anualmente sobre o desenho dos cenários por um painel de especialistas que aconselha a administração do Banco.

O Banco identificou e documentou os principais factores impulsionadores do risco de crédito e das perdas de crédito dos instrumentos financeiros e, utilizando uma análise dos dados históricos, estimou as relações entre as variáveis macroeconómicas, o risco e as perdas de crédito.

Os factores-chave para o risco de crédito são: O crescimento do PIB e as taxas de juro. O Banco estima cada um dos principais impulsionadores do risco de crédito ao longo do período de previsão activa de três anos.

### Sensibilidade da perda de crédito esperada (ECL) às condições económicas futuras

As perdas de crédito esperadas (ECL) são sensíveis a julgamentos e pressupostos feitos relativamente à formulação de cenários prospectivos e à forma como tais cenários são incorporados nos cálculos.

A tabela abaixo demonstra a provisão para perdas em empréstimos e adiantamentos a clientes corporativos e de retalho assumindo cada cenário prospectivo (por exemplo, base, alto e baixo) foram ponderados 100% em vez de aplicar ponderações de probabilidade de cenário ao longo dos três cenários.

	2019			2018		
	Cenário alto	Cenário base	Cenário Baixo	Valor	Hipoteca de imóveis	Caução de DP
<b>Exposição bruta</b>	<b>28,659,324</b>	<b>28,659,324</b>	<b>28,659,324</b>	<b>21,858,494</b>	<b>21,858,494</b>	<b>21,858,494</b>
Corporate	8,362,255	8,362,255	8,362,255	7,008,747	7,008,747	7,008,747
Retalho-Empresa	10,630,040	10,630,040	10,630,040	6,554,895	6,554,895	6,554,895
Private	589,599	589,599	589,599	607,763	607,763	607,763
Instituição Pública	4,893,000	4,893,000	4,893,000	2,941,182	2,941,182	2,941,182
Retalho-Particular	4,184,430	4,184,430	4,184,430	4,745,907	4,745,907	4,745,907
<b>Perda esperada</b>	<b>4,613,174</b>	<b>4,634,930</b>	<b>4,653,381</b>	<b>5,307,682</b>	<b>5,330,440</b>	<b>5,349,897</b>
Corporate	1,441,494	1,448,911	1,455,399	2,782,821	2,790,542	2,797,234
Retalho-Empresa	2,048,540	2,060,263	2,070,001	1,655,211	1,665,466	1,674,089
Private	113,328	114,043	114,650	86,170	87,166	88,011
Instituição Pública	5,375	5,755	6,090	53,918	56,579	58,926
Retalho-Particular	1,004,437	1,005,958	1,007,241	729,562	730,687	731,637

### Activos financeiros que estão no estágio 2

O Banco reconhece provisões para perdas de imparidade (ECL) com base nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensuradas no FVTPL:

- Locação de recebíveis; e
- Empréstimos e adiantamentos de crédito.

Para estes instrumentos, o Banco mede as provisões para perdas em um valor igual ao ECL para a vida do instrumento financeiro.

O Banco não aplica baixas isenções do risco de crédito a quaisquer instrumentos financeiros.

A ECL de 12 meses é a parte da ECL que resulta de eventos de incumprimento, em um instrumento financeiro, que são possíveis nos 12 meses após a data do reporte. Instrumentos financeiros para os quais a ECL de 12 meses é reconhecido são os "Instrumentos financeiros do estágio 1".

### Mensuração da ECL

A ECL é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. Elas são medidas da seguinte forma:

- Activos financeiros que não são considerados créditos em imparidade até a data do reporte: como a diferença entre o valor contabilístico bruto e valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- Activos financeiros que estão em imparidade de crédito à data do balanço: como a diferença entre o valor contabilístico bruto e valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- Compromissos de empréstimo não realizados e Contratos de garantia financeira: como o valor presente da diferença entre o valor contratual de fluxos de caixa que são devidos ao Banco se o compromisso for sacado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber.
- 

### Activos financeiros reestruturados

Se os termos de um activo financeiro forem renegociados ou modificados ou se um activo financeiro for substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, é feita uma avaliação se o activo financeiro deve ser desreconhecido e a ECL é mensurada da seguinte forma:

- Se a reestruturação esperada não resultar no desreconhecimento do activo existente, então os fluxos de caixa esperados decorrentes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo dos fluxos de caixa deficitários do activo existente.
- Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, então o justo valor esperado do novo activo é tratado como o fluxo de caixa final do activo financeiro existente na data do seu desreconhecimento.

### Activos financeiros que estão no estágio 3

A cada data de relato, o Banco avalia se os activos financeiros escriturados pelo custo amortizado e activos financeiros de dívida escriturada pelo FVOCI, e os créditos de locação financeira são créditos referidos como activos financeiros do estágio 3. Um activo financeiro está no estágio 3 quando existe um ou mais eventos que conduzem a um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro.

A evidência de que um activo financeiro está no estágio 3 inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- Quebra de contrato, como um evento padrão ou vencido;

- Reestruturação de um empréstimo ou adiantamento do Banco para casos em que o Banco não consideraria de outra forma;
- Grandes probabilidades de falência, reestruturação financeira por parte do cliente;
- A perda de um activo mobiliário devido as dificuldades financeiras.

Um empréstimo que foi renegociado devido a uma deterioração da condição financeira do mutuário é geralmente considerado como crédito no estágio 3, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa reduziu significativamente e não há outros indicadores de imparidade. Adicionalmente, um empréstimo vencido há mais de 90 dias é considerado como crédito no estágio 3 mesmo se a definição do default do regulador é diferente.

Para fazer uma avaliação se um investimento em dívida soberana pode ser considerado como um crédito no estágio 3, o Banco considera os seguintes factores:

- A avaliação da qualidade de crédito do mercado, reflectida nos rendimentos dos títulos.
- Avaliação da credibilidade da Instituição de acordo com Agencias de notação de ratings.
- A capacidade de acesso do país ao mercado de capital para novas emissões de dívida.
- A probabilidade de reestruturação da dívida resultar em uma perda ou perdão voluntário ou obrigatório da dívida.
- Os mecanismos de apoio internacional implementados para fornecer o apoio necessário como último recurso 'para aquele país, bem como a intenção, refletida em declarações públicas, de governos e instituições para usar esses mecanismos. Isto inclui uma avaliação profunda desses mecanismos e, independentemente da intenção política, se existe a capacidade de cumprir os critérios exigidos.

#### Apresentação da provisão para ECL na Demonstração da Posição Financeira

As provisões de perdas na ECL são apresentadas na demonstração da posição financeira da seguinte forma:

- Activos financeiros mensurados pelo custo amortizado: como uma dedução do valor contabilístico bruto dos activos;
- Compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: em geral, como provisão;
- Quando um instrumento financeiro inclui tanto uma componente utilizada como uma não utilizada, e o Banco não consegue identificar a ECL sobre o componente de compromisso de empréstimo relacionado a componente não utilizada: o Banco apresenta uma provisão de perda combinada para ambas as componentes. O montante combinado é apresentado como uma dedução da quantia escriturada bruta do componente. Qualquer excesso da ECL sobre o valor bruto do componente utilizado é apresentado como uma provisão; e
- Instrumentos de dívida medidos pelo FVOCI: não é reconhecida a provisão para perdas na demonstração da posição financeira porque o valor contabilístico desses activos é o seu justo valor. Porém, a provisão para perdas é divulgada e é reconhecida na reserva de justo valor.

#### Write-off

Os empréstimos e títulos de dívida são levados a *write-off* (parcial ou total) quando não há expectativa de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade ou parte dele. Este é geralmente o caso em que o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de renda que poderiam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos ao *write-off*. Esta avaliação é realizada a nível do activo individual.

A recuperação de valores anteriormente levados ao *write-off* são incluídas em "perdas por imparidades dos instrumentos financeiros" na demonstração de resultados, com um efeito positivo (reversão).

Os activos financeiros levados a *write-off* podem ainda estar sujeitos a actividades de execução a fim de seguir os procedimentos do Banco para recuperação dos valores devidos.

#### Contratos de garantia financeira

O Banco avalia se um contrato de colateral financeiro detido é um elemento integrante de um activo financeiro que é contabilizado como componente desse instrumento ou é um contrato que é contabilizado separadamente. Os factores que o Banco considera ao fazer essa avaliação incluem-se:

- O colateral/garantia é implicitamente parte dos termos contratuais do instrumento de dívida;
- A garantia é exigida pelas leis e regulamentos que regem o contrato do instrumento de dívida;
- A garantia é celebrada ao mesmo tempo e na contemplação do instrumento de dívida; e
- A garantia é dada pela empresa dentro do grupo mutuário.

#### Evidência objectiva da imparidade

A cada data de relato, o Banco avalia se há evidência objectiva de que os activos não mantidos ao justo valor através de resultados estão em imparidade. Um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros é considerado em imparidade quando a evidência objectiva demonstra que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento do (s) activo (s) e que o evento de perda teve impacto nos fluxos de caixa futuros do activo (s) que poderiam ser estimados de forma confiável.

Adicionalmente, um empréstimo e adiantamento que esteja há 90 dias ou mais em atraso pode, igualmente, ser considerado em imparidade.

Indicadores de activos financeiros estarem em imparidade:

- Dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- Incumprimento do mutuário;
- Reestruturação de um empréstimo ou adiantamento do Banco em termos que o Banco não tivesse outra alternativa;
- Indicadores de que o tomador entraria em falência;
- A perda de um activo mobiliário devido as dificuldades financeiras.

### Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco avalia regularmente se existe uma evidência objectiva de que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado esteja a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo na posição financeira e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possa ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em insolvência ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
  - i. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
  - ii. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
  - iii. Depreciação do valor do colateral; e
  - iv. Deterioração da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pague a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que tenha de exercer a opção sobre o colateral;
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado, reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução, menos os custos de obtenção e da venda do colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros, são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

### Cálculo de Imparidade da Carteira de Crédito

Para o cálculo das imparidades, procede-se a uma segregação da carteira em função do Segmento (Retail, Corporate e Private). Para cada segmento é atribuído um ponderador em função das PD's, Life Time PD, Life Time LGD e LGD, que foram constituídos com base em um histórico dos últimos 5 anos.

Procede-se igualmente à segregação da carteira em termos de níveis de incumprimento em função da degradação abaixo:

- Stage 01 - Todos empréstimos entre 0 a 30 dias de atraso;
- Stage 02 - Empréstimos vencidos (de 31 a 90 dias de atraso)
- Stage 03 - Empréstimos vencidos há mais de 90 dias - Empréstimos não realizados.

Adicionalmente, toma-se em consideração o efeito "contaminação", ou seja, os créditos são contaminados pelas classes mais gravosas, implicando a evolução paulatina dos créditos menos graves para o *Stage* imediatamente a seguir.

Os créditos reestruturados são todos enquadrados no *Stage 02* e caso estes verifiquem 09 meses de pagamento ininterrupto são tratados como curados sendo enquadrados no *Stage 01*.

Para o cálculo das exposições totais, são somadas as exposições do capital próprio, extrapatrimoniais e os fluxos de caixa que se espera receber. Sobre o total da exposição é aplicado um CCF - Factor de Conversão de Crédito para a obtenção do *EAD - Exposure at Default*.

Para calcular a perda de crédito esperada em cada período ao longo do tempo de vida do crédito, o Loss Given Default e Probability of Default são combinados com a *Exposure at Default*. Portanto, uma estimativa do saldo esperado de uma operação à data de incumprimento é necessária no cálculo das Perdas de Crédito Esperadas.

### Colaterais

Para o cálculo das imparidades são igualmente considerados os colaterais, cujos valores, no caso de garantias do governo local e financiamentos em Moeda Nacional são ponderados a uma taxa de 100%, assim como quando se trata de Depósitos a Prazo na mesma moeda e sem desfasamento de maturidades, o ponderador é igualmente 100%. Nas situações em que se recebem Hipotecas de imóveis habitacionais é aplicado um Haircut de 25% sobre o valor de mercado do imóvel, sendo 50% para casos de Hipoteca de Edifício Comercial e 75% para equipamentos e viaturas.

### Cenários Macroeconómicos

A NIRF 9 exige a consideração de projecções razoáveis e documentadas de eventos futuros e condições económicas, à data de reporte das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais, no cálculo das perdas de crédito esperadas. Esta informação macroeconómica prospectiva deverá permitir que as imparidades do Banco se ajustem conforme o momento económico que o Banco atravessa, que daí resulta em cenários, sendo eles: Base com ponderação de 60%, optimista, pessimista ponderado em 20% cada um deles.

A imparidade é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. Uma perda de crédito é a diferença entre os fluxos de caixa que são devidos de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber, descontados à taxa de juro efectiva original. Uma vez que a ECL toma em consideração o montante e a data dos pagamentos, uma perda de crédito é originada mesmo quando o Banco espera receber a totalidade do montante, mas num período posterior ao contratualizado. Neste caso a imparidade será o resultado da média da conjugação dos três (03) cenários resultantes das projecções económicas.

### Imparidade da Carteira de Crédito

Para calcular as imparidades, o Índice de Classificação do País é levado em consideração de acordo com a Moody's:

- Os PD's são estimados utilizando o *S&P Global Corporate / Sovereign cumulative default*;
- Os PD's são ajustados utilizando o modelo macroeconómico utilizado para a carteira de crédito *Corporate Performing*;
- Os LGD's aplicados são de 45% de acordo com os LGD's de Basileia aplicados às carteiras soberanas;
- Espera-se que a perda ocorra no meio do período de incumprimento e é descontada utilizando a Taxa de Juro Efectiva.

### Desreconhecimento

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O desreconhecimento irá existir quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. A periodicidade e a extensão dos abates podem envolver algum julgamento subjectivo. No entanto, o abate será sempre antecedido de um evento específico, como, o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, que torna possível estabelecer se uma parte ou a totalidade da dívida vai além das perspectivas realistas de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

A análise dos empréstimos e adiantamento a Clientes em imparidade apresenta-se como se segue:

2019	Quantia escriturada	Imparidade de crédito	Valor líquido
Retalho	5,053,706	723,000	4,330,706
Construção civil	1,463,576	676,930	786,646
Energia	295,636	1,026	294,610
Turismo	686,447	65,649	620,798
Indústria transformadora	3,592,194	677,906	2,914,288
Particulares	4,754,346	1,164,474	3,589,872
Serviços	10,397,320	1,123,575	9,273,745
Transportes e Comunicações	1,658,670	152,003	1,506,667
Agricultura e Pescas	545,813	115,390	430,423
Outros	148,715	21,229	127,486
	<b>28,596,423</b>	<b>4,721,182</b>	<b>23,875,241</b>

2018	Quantia escriturada	Imparidade de crédito	Valor líquido
Retalho	4,133,497	597,183	3,536,314
Construção civil	1,220,801	333,860	886,941
Energia	374,981	1,824	373,157
Turismo	670,535	140,261	530,274
Indústria transformadora	2,312,998	610,231	1,702,767
Particulares	3,660,226	816,592	2,843,634
Serviços	7,670,831	1,105,028	6,565,803
Transportes e Comunicações	1,692,269	215,506	1,476,763
Agricultura e Pescas	101,315	48,731	52,584
Outros	21,041	3,670	17,371
	<b>21,858,494</b>	<b>3,872,886</b>	<b>17,985,608</b>

### Concentração do Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes esteja ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, e onde a mesma adversidade possa colocar em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

2019	Caixa e disponibilidade em Banco Central	Disponibilidade sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos Financeiros	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governamental	-	-	-	3,603,104	1,470,893	-	5,073,997
Seguros	-	-	-	23,263	52	-	23,315
Financeiro	619,563	967,526	6,493,273	12,655	30,359	-	8,123,376
Retalho	-	-	-	-	4,330,680	-	4,330,680
Construção civil	-	-	-	-	786,646	-	786,646
Energia	-	-	-	-	294,610	-	294,610
Turismo	-	-	-	-	620,798	-	620,798
Industria transformadora	-	-	-	-	2,914,289	-	2,914,289
Particulares	-	-	-	-	3,589,872	-	3,589,872
Serviços	-	-	-	-	7,802,656	-	7,802,656
Transportes e comunicações	-	-	-	155,159	1,506,667	-	1,661,826
Agricultura e pesca	-	-	-	-	430,423	-	430,423
Outros	-	-	-	-	97,296	64,267	161,563
	<b>619,563</b>	<b>967,526</b>	<b>6,493,273</b>	<b>3,794,181</b>	<b>23,875,241</b>	<b>64,267</b>	<b>35,814,051</b>

2018	Caixa e disponibilidade em Banco Central	Disponibilidade sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos Financeiros	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governamental	-	-	-	7,717,346	769,739	-	8,487,085
Seguros	-	-	-	23,263	93	-	23,356
Financeiro	272,562	107,215	5,007,735	6,327	5,220	-	5,399,059
Retalho	-	-	-	-	3,536,314	-	3,536,314
Construção civil	-	-	-	-	886,941	-	886,941
Energia	-	-	-	-	373,157	-	373,157
Turismo	-	-	-	-	530,274	-	530,274
Industria transformadora	-	-	-	-	1,702,767	-	1,702,767
Particulares	-	-	-	-	2,843,634	-	2,843,634
Serviços	-	-	-	-	5,796,010	-	5,796,010
Transportes e comunicações	-	-	-	155,876	1,476,763	-	1,632,639
Agricultura e pesca	-	-	-	-	52,584	-	52,584
Outros	522,437	-	-	-	12,112	1,052,459	1,587,008
	<b>794,999</b>	<b>107,215</b>	<b>5,007,735</b>	<b>7,902,812</b>	<b>17,985,608</b>	<b>1,052,459</b>	<b>32,850,828</b>

### 3.2. Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a probabilidade de uma instituição enfrentar dificuldades em honrar as suas obrigações à medida que vencem ou em assegurar o refinanciamento dos activos detidos no seu balanço, sem incorrer em custos ou perdas significativas (*funding liquidity risk*). Quando as condições de mercado em que a instituição opera não permitem que esta se desfaça de certos activos a preços de mercado, mas somente abaixo destes, está-se perante o que se designa por risco de liquidez de mercado (*market liquidity risk*).

A gestão da política e estratégia relacionada com a liquidez é definida ao nível do Comité ALCO, implementada pela Direcção Banca Investimentos e Internacional (DBII) e controlada pela Direcção de Gestão de Risco (DGR), com base nos procedimentos recomendados pelas directrizes definidas pelo Banco Central (Aviso nº4/GBM/2013).

O Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) é um Órgão delegado da Comissão Executiva (CE) para a execução da política financeira definida para o Banco, responsável pelo processo de ALM (*Asset-Liability Management*), garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, taxa de juro, repricing) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa.

Mais especificamente, o processo de gestão de liquidez do Banco é realizado internamente e monitorado por uma equipa da Direcção Banca Investimentos e Internacional em estrita coordenação com a Comissão Executiva que tem com responsabilidade:

- Assegurar a existência de liquidez suficiente para financiar a actividade do Banco, sem prejuízo do cumprimento de todos os limites regulamentares, nomeadamente dos mínimos de reservas obrigatórias de acordo com a regulamentação vigente;
- Garantir a manutenção de saldos credores mínimos necessários para o cumprimento das obrigações do Banco e dos Clientes;
- Assegurar a manutenção de um volume de títulos (Bilhetes e Obrigações de Tesouro) suficientes para a colateralização de operações de financiamento do Mercado Monetário Interbancário (MMI);
- Assegurar a diversificação da carteira de activos do Banco para a mitigação do risco de liquidez e que possam ser usados para operações de financiamento do Balanço;
- Manutenção de rácios de transformação global e em Moeda Nacional que promovam a estabilidade da posição de liquidez;
- Promover que os depósitos de Clientes sejam a todo o momento a fonte de financiamento primária do Banco e que o crédito a Clientes seja a principal linha de investimento;
- Manter uma oferta de produtos de poupança e investimento que potencie a obtenção de fontes de financiamento diversificadas, para todos os segmentos.

A monitoria é feita com base nos princípios, limites e métricas definidos no modelo de Gestão do Risco de Liquidez, que pressupõe indicadores de alerta prévio, instrumentos de mensuração e avaliação (relatórios de liquidez da DBII), com periodicidade diária, semanal e mensal.

Este processo é complementado com a execução dos testes de stress de liquidez pela Direcção de Gestão de Risco, com periodicidade mensal, semestral e anual.

Os resultados deste processo são comunicados à Administração do Banco através do ALCO e Comité de Riscos numa periodicidade mensal ou sempre que ocorram alterações relevantes, e ao Conselho de Administração com uma periodicidade trimestral.

#### Maturidades contratuais não descontadas dos passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2019	A ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	619,563	-	-	-	619,563
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	967,526	-	-	967,526
Aplicações em instituições de crédito	-	6,287,010	-	206,263	6,493,273
Activos financeiros	-	1,254,002	1,211,112	1,329,067	3,794,181
Empréstimos e adiantamento a clientes	-	3,872,147	2,674,731	17,328,363	23,875,241
Outros activos	64,267	-	-	-	64,267
<b>Total dos activos não descontados</b>	<b>683,830</b>	<b>12,380,685</b>	<b>3,885,843</b>	<b>18,863,693</b>	<b>35,814,051</b>
<b>Passivo financeiro</b>					
Recursos de instituições de crédito	-	979,852	-	-	979,852
Depósitos e contas correntes	10,965,171	9,911,608	8,462,820	6,525	29,346,124
Recursos consignados	-	293,051	-	-	293,051
Outros passivos	-	3,290,599	-	-	3,290,599
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	118,557	118,557
<b>Total dos passivos não descontados</b>	<b>10,965,171</b>	<b>14,475,110</b>	<b>8,462,820</b>	<b>125,082</b>	<b>34,028,183</b>
<b>2018</b>					
	<b>A ordem</b>	<b>Menos de 3 meses</b>	<b>3 a 12 meses</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
Caixa e disponibilidade em Banco Central	794,999	-	-	-	794,999
Disponibilidade sobre instituições de crédito	107,215	-	-	-	107,215
Aplicações em instituições de crédito	-	4,767,753	239,982	-	5,007,735
Activos financeiros	-	2,580,172	3,827,945	1,494,695	7,902,812
Empréstimos e adiantamento a clientes	-	2,618,082	2,216,179	13,151,347	17,985,608
Outros activos	528,627	-	-	-	528,627
	<b>1,430,841</b>	<b>9,966,007</b>	<b>6,284,106</b>	<b>14,646,042</b>	<b>32,326,996</b>
<b>Passivo financeiro</b>					
Recursos de instituições de crédito	59,733	807,182	-	-	866,915
Depósitos e contas correntes	7,998,599	8,311,953	8,489,389	93,285	24,893,226
Recursos consignados	-	-	-	93,153	93,153
Outros passivos	586,577	-	-	-	586,577
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	870,026	870,026
	<b>8,644,909</b>	<b>9,119,135</b>	<b>8,489,389</b>	<b>1,056,464</b>	<b>27,309,897</b>

Para todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano, espera-se que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após a data da Posição Financeira.

### 3.3. Risco de Mercado

O Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida das alterações do justo valor dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido a oscilações das variáveis do mercado do activo objecto ou mesmo de factores exógenos que influenciam os preços de mercados. São exemplos desses factores de riscos: os riscos relacionados com a variação da taxa de câmbios, taxas de juros, preços de acções, de mercadorias (commodities), entre outros.

#### 3.3.1 Risco de taxa de juro

Risco de Taxa de Juro é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrência de movimentos não previstos.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a Clientes, depósitos e contas correntes de Clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A gestão da política e estratégia relacionada com a taxa de juro é definida no comité ALCO, implementado pela Direcção Banca Investimentos e Internacional e controlado pela Direcção de Gestão de Risco.

O quadro seguinte apresenta os instrumentos financeiros do Banco sensíveis a taxa de juros por maturidade:

2019	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
<b>Activo financeiro</b>					
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	-	-	619,563	619,563
Disponibilidade sobre instituições de credito	967,526	-	-	-	967,526
Aplicações em instituições de credito	6,287,010	-	206,263	-	6,493,273
Activos financeiros	1,254,002	1,211,112	1,329,067	-	3,794,181
Empréstimos e adiantamento a clientes	3,872,147	2,674,731	17,328,363	-	23,875,241
Outros activos	64,267	-	-	-	64,267
<b>Total</b>	<b>12,444,952</b>	<b>3,885,843</b>	<b>18,863,693</b>	<b>619,563</b>	<b>35,814,051</b>
<b>Passivo financeiro</b>					
Recursos de instituições de credito	979,852	-	-	-	979,852
Depositos e contas correntes	20,876,779	8,462,820	6,525	-	29,346,124
Recursos consignados	293,051	-	-	-	293,051
Outros passivos	3,290,599	-	-	-	3,290,599
Empréstimos obrigacionistas	-	-	118,557	-	118,557
<b>Total</b>	<b>25,440,281</b>	<b>8,462,820</b>	<b>125,082</b>	<b>-</b>	<b>34,028,183</b>
<b>2018</b>					
	<b>Menos de 3 meses</b>	<b>3 a 12 meses</b>	<b>&gt; 1 ano</b>	<b>Não vencem juros</b>	<b>Total</b>
<b>Activo financeiro</b>					
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	-	-	794,999	794,999
Disponibilidade sobre instituições de credito	107,215	-	-	-	107,215
Aplicações em instituições de credito	4,767,753	239,982	-	-	5,007,735
Activos financeiros	2,580,172	3,827,945	1,494,695	-	7,902,812
Empréstimos e adiantamento a clientes	2,618,082	2,216,179	13,151,347	-	17,985,608
Outros activos	1,052,459	-	-	-	1,052,459
<b>Total</b>	<b>11,125,681</b>	<b>6,284,106</b>	<b>14,646,042</b>	<b>794,999</b>	<b>32,850,828</b>
<b>Passivo financeiro</b>					
Recursos de instituições de credito	866,915	-	-	-	866,915
Depositos e contas correntes	16,310,549	8,489,389	93,288	-	24,893,226
Recursos consignados	-	-	93,153	-	93,153
Outros passivos	567,434	-	-	19,143	586,577
Empréstimos obrigacionistas	-	-	870,026	-	870,026
<b>Total</b>	<b>17,744,898</b>	<b>8,489,389</b>	<b>1,056,467</b>	<b>19,143</b>	<b>27,309,897</b>

A sensibilidade na demonstração de resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, tendo por base as taxas de Política Monetária do Banco de Moçambique, baseada nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro é a seguinte:

	Aumento/diminuição de pontos base	Impacto nos resultados antes de impostos
<b>2019</b>	+100 pb	23,701
	-100 pb	(23,701)
<b>2018</b>	+200 pb	125,914
	-200 pb	(125,914)

### 3.3.2 Risco de taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio consiste na possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocados por alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira ou pela alteração da posição competitiva da instituição devido a variações significativas das taxas de câmbio. Isto envolve o risco de liquidação que surge quando uma instituição incorre em perdas financeiras devido às posições cambiais assumidas tanto na carteira de negociação como na carteira bancária.

As posições cambiais são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites quer sejam eles regulamentares ou de gestão.

A gestão da política e estratégia relacionada com o risco de taxa de câmbio é definida no comité ALCO, implementado pela Direcção Banca Investimentos e Internacional sob acompanhamento e controlo da Direcção de Gestão de Risco.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial do Banco a 31 de Dezembro:

2019	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
<b>Activo financeiro</b>						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	525,619	65,023	11,725	17,176	20	619,563
Disponibilidade sobre instituições de crédito	281,465	640,037	(10,901)	50,585	6,340	967,526
Aplicações em instituições de crédito	4,606,439	1,834,483	31,346	17	20,988	6,493,273
Activos financeiros	2,941,899	852,282	-	-	-	3,794,181
Emprestimos e adiantamento a clientes	20,293,664	3,581,574	2	1	-	23,875,241
Outros activos	884,914	6,895	7,234	27,024	-	926,067
	<b>29,534,000</b>	<b>6,980,294</b>	<b>39,406</b>	<b>94,803</b>	<b>27,348</b>	<b>36,675,851</b>
<b>Passivo financeiro</b>						
Recursos de instituições de crédito	57,863	921,989	-	-	-	979,852
Depositos e contas correntes	26,339,038	2,861,085	42,219	82,600	21,182	29,346,124
Recursos consignados	293,051	-	-	-	-	293,051
Outros passivos	102,321	3,158,959	1,395	27,036	888	3,290,599
Emprestimos obrigacionistas	118,557	-	-	-	-	118,557
	<b>26,910,830</b>	<b>6,942,033</b>	<b>43,614</b>	<b>109,636</b>	<b>22,070</b>	<b>34,028,183</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>2,623,170</b>	<b>38,261</b>	<b>(4,208)</b>	<b>(14,833)</b>	<b>5,278</b>	<b>2,647,668</b>
<b>2018</b>						
	<b>MZN</b>	<b>USD</b>	<b>ZAR</b>	<b>EUR</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Activo financeiro</b>						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	683,883	63,405	11,152	36,539	20	794,999
Disponibilidade sobre IC	39,249	15,224	15,670	32,631	4,441	107,215
Aplicações em IC	3,628,385	1,134,990	244,342	18	-	5,007,735
Activos financeiros	6,891,616	1,011,196	-	-	-	7,902,812
Emprestimos e adiantamento a clientes	14,992,704	2,992,902	2	-	-	17,985,608
Outros activos	645,577	362,753	4,694	17,923	21,512	1,052,459
	<b>26,881,414</b>	<b>5,580,470</b>	<b>275,860</b>	<b>87,111</b>	<b>25,973</b>	<b>32,850,828</b>
<b>Passivo financeiro</b>						
Recursos de instituições de crédito	866,915	-	-	-	-	866,915
Depositos e contas correntes	21,539,342	3,001,979	222,609	118,005	11,291	24,893,226
Recursos consignados	93,153	-	-	-	-	93,153
Outros passivos	870,026	-	-	-	-	870,026
Emprestimos obrigacionistas	547,404	27,685	620	2,463	8,405	586,577
	<b>23,916,840</b>	<b>3,029,664</b>	<b>223,229</b>	<b>120,468</b>	<b>19,696</b>	<b>27,309,897</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>2,964,574</b>	<b>2,550,806</b>	<b>52,631</b>	<b>(33,357)</b>	<b>6,277</b>	<b>5,540,931</b>

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade para eventuais alterações ao câmbio em USD, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é a mesma que em capital próprio:

	Impacto na variação da taxa de câmbio em USD	Impacto nos resultados antes de impostos	Impactos em capitais próprios
<b>2019</b>	+5%	1,913	1,913
	-5%	(1,913)	(1,913)
<b>2018</b>	+5%	127,540	127,540
	-5%	(127,540)	(127,540)

Os efeitos por moeda sobre os resultados, assim como sobre os capitais próprios, são determinados de forma independente, o que significa que não há nenhuma compensação económica entre eles.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2019	2018
Dólar Norte-Americano	61.47	61.47
Euro	68.89	70.25
Rand Sul africano	4.37	4.28

### 3.4. Risco Operacional

O risco operacional é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de erros ou falhas nos processos de análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

O risco operacional tem origem em 4 grandes fontes nomeadamente: processos, recursos humanos, sistemas de informação e eventos externos e pode ser despoletado igualmente por questões de Compliance, Reputacional e Tecnologias de Informação.

Importa referir que o risco operacional deve ser considerado transversal a todos os processos, produtos, actividades e sistemas e por inerência existe em todas as Unidades de Estrutura do Banco, pelo que, a sua gestão é suportada por um modelo de Governance, níveis de apetite e tolerância ao risco, melhoria na cultura por acções de sensibilização e formações, que se traduzem em actividades como recolha de dados de perdas, auto avaliação de riscos e controlos (RCSA), análise de cenários e acompanhamento de indicadores pré definidos para posterior apresentação em Comité Específico. O Banco conduz os seus esforços no sentido de mitigar estes riscos através duma forte estrutura governativa e controlos internos, que incluem uma adequada segregação de funções, acessos, autorização e processos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação, para além de manter actualizado um plano de continuidade de negócio, de forma a garantir a capacidade de operar continuamente e limitar as perdas em caso de uma grave interrupção dos negócios.

A Framework de Risco Operacional é implementada, de forma transversal, em todo o Banco, assegurando a consistência e a integridade dos elementos - chaves que a compõem, nomeadamente:

- Governance;
- Apetite ao risco;
- Cultura e sensibilização;
- Identificação de RO:
  - Recolha de dados de perdas;
  - Auto-avaliação de risco e controle (RCSA);
  - Análise de cenários;
  - Principais indicadores de risco (KRIs).
- Avaliação e Controlo de RO;
- Mensuração; e
- Reporte e acompanhamento em comité específico.

A Administração é responsável pela aprovação das políticas internas contendo procedimentos a adoptar nos vários processos, cuja revisão é efectuada periodicamente, tendo em conta a necessidade de adequação à realidade.

### 3.5. Gestão de capital e risco de solvência

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A adequabilidade de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorados regularmente pela Administração do Banco, aplicando técnicas baseadas na legislação emanada pelo Banco de Moçambique em matérias de supervisão. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique. O Banco de Moçambique requer que cada Banco cumpra um mínimo de rácio de adequabilidade de capital acima ou no limite de 12%, no terceiro ano após a entrada em vigor do novo regulamento aviso nº 9/GBM/2017.

O capital regulamentar do Banco é gerido pela Direcção de Gestão de Risco e é dividido em duas tiers:

- Tier 1 capital: capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e

- Tier 2 capital: dívida subordinada, provisões genéricas e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através de uma hierarquia de treze riscos, classificada de acordo com a natureza e reflectindo uma estimativa de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas das extrapatrimoniais com alguns ajustamentos, a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro, à luz das exigências do Banco de Moçambique:

	<b>Moza Banco</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Fundos próprios de Base (Tier I Capital)</b>		
Capital social	3,943,250	3,943,250
Reservas elegíveis e resultados transitados	5,225,978	5,917,709
Activos intangíveis	(167,868)	(209,878)
Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM (*)	(1,611,827)	(3,144,499)
Resultados negativos provisórios do exercício em curso, em final do mês	(775,633)	(768,403)
<b>Fundos próprios de Base (Tier I Capital)</b>	<b>6,613,900</b>	<b>5,738,179</b>
Montante total da participação se a mesma for superior a 10% do capital social da entidade participada		(1,219,670)
<b>Fundos próprios de Base (Tier I Capital) - ajustado</b>	<b>6,613,900</b>	<b>4,518,509</b>
<b>Fundos próprios complementares</b>		
Empréstimos obrigacionistas subordinados	118,000	868,000
Outros	3,512	2,498
Montante total da participação se a mesma for superior a 10% do capital social da entidade participada		(304,917)
<b>Fundos próprios complementares</b>	<b>121,512</b>	<b>565,580</b>
Outros elementos a deduzir	(311,584)	(231,243)
<b>Fundos próprios de base e complementares</b>	<b>6,423,828</b>	<b>4,852,846</b>
<b>Activos ponderados pelo Risco</b>		
Na posição financeira	23,094,706	17,477,864
Fora da posição financeira	3,541,095	2,503,725
Risco operacional e de mercado	314,604	2,383,451
<b>Total dos activos ponderados</b>	<b>26,950,405</b>	<b>22,365,040</b>
<b>Rácios prudenciais</b>		
CORE TIER 1 CAPITAL	31.14%	40.66%
TIER 1 CAPITAL	24.54%	25.66%
RÁCIO GLOBAL	23.84%	21.70%
Rácio de solvência requerido	11.00%	11.00%

(\*) significa a diferença entre o cálculo da imparidade do crédito com base no aviso do BdM e o modelo interno.

## 4. Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como se segue:

	2019	2018
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	3,504,279	2,940,177
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	384,801	286,846
Juros de activos financeiros ao custo amortizado	744,880	1,186,337
	<b>4,633,960</b>	<b>4,413,360</b>
<b>Juros e gastos similares</b>		
Juros de recursos de clientes	1,869,945	2,374,583
Juros de recursos consignados	4,895	29,363
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	-
Juros de passivos subordinados	112,502	129,477
Juros de recursos de Banco Central e instituições de crédito	25,329	22,405
Juros (IFRS 16)	294,271	-
	<b>2,306,942</b>	<b>2,555,828</b>
	<b>2,327,018</b>	<b>1,857,532</b>

## 5. Serviços e comissões líquidas

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2019	2018
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por garantias prestadas	212,064	141,790
Por serviços bancários realizados	264,993	233,520
Outros rendimentos de serviços e comissões	214,866	181,488
	<b>691,923</b>	<b>556,798</b>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por garantias recebidas	3,280	2,193
Por serviços bancários prestados por terceiros	11,476	17,472
VISA e Mastercard	82,904	68,424
Outros encargos com serviços e comissões	93,709	7,918
	<b>191,369</b>	<b>96,007</b>
	<b>500,554</b>	<b>460,791</b>

Tipo de serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento do rédito sob a NIRF 15
<b>Serviços bancários de retalho e a empresas</b>	<p>O Banco presta serviços bancários de retalho e a empresas, incluindo a gestão de contas, concessão de créditos sob a forma de descobertos, transacções em moeda estrangeira, cartões de crédito e taxas de serviços.</p> <p>As taxas respeitantes a gestão contínua de contas são cobradas mensalmente na conta do cliente. O Banco define anualmente as taxas separadamente para Clientes bancários de retalho e empresas.</p> <p>As taxas aplicadas em transacções com base em comissões interbancárias, transacções em moeda estrangeira e saques a descoberto são cobradas na conta do cliente quando a transacção ocorre.</p> <p>As taxas de serviço são cobradas mensalmente e são baseadas em taxas fixas revistas anualmente pelo Banco.</p>	<p>O rédito do serviço de conta e taxas de serviço é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados.</p> <p>O rédito relacionado às transacções é reconhecida no momento em que a transacção ocorre.</p>
<b>Serviços de banca de investimento</b>	<p>O segmento de banca de investimento do Banco fornece vários serviços relacionados a finanças, incluindo administração de empréstimos e serviços de agência, administração de empréstimos sindicalizado, execução de transacções com Clientes com trocas e subscrição de valores mobiliários.</p> <p>As taxas de serviços em curso são cobradas anualmente no final de cada exercício na conta do cliente. No entanto, se um cliente rescindir o contrato antes de 31 de Dezembro, na rescisão será cobrada uma taxa pelos serviços executados até aquele momento.</p> <p>As taxas baseadas em transacções para administração de um empréstimo sindicalizado, execução de transacções e subscrição de valores mobiliários são cobradas quando a transacção ocorre.</p>	<p>O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes.</p> <p>O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.</p>

## 6. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como se segue:

	2019	2018
<b>Ganhos em operações financeiras</b>		
Ganhos em operações cambiais	8,325,196	8,433,167
Outros ganhos em operações financeiras	149,008	115,175
	<b>8,474,204</b>	<b>8,548,342</b>
<b>Perdas em operações financeiras</b>		
Perdas em operações cambiais	8,166,523	8,375,482
	8,166,523	8,375,482
<b>Operações financeiras líquidas</b>	<b>307,681</b>	<b>172,860</b>

## 7. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Vencimentos e salários	1,249,603	1,099,499
Encargos sociais obrigatórios	46,341	38,637
	<b>1,295,944</b>	<b>1,138,136</b>

### Colaboradores

Em 31 de Dezembro, o número de colaboradores efectivos apresenta-se como se segue:

	2019	2018
Serviços Centrais	482	403
Área Comercial	437	349
	<b>919</b>	<b>752</b>

O crescimento do número de colaboradores durante ao exercício económico de 2019, deveu-se à fusão por incorporação do BTM no Moza Banco.

## 8. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2019	2018
Comunicações	110,856	120,093
Honorários profissionais	358,755	303,723
Consumíveis	36,668	31,524
Manutenção e serviços relacionados	332,701	315,304
Despesas de marketing	41,432	28,677
Rendas e alugueres	32,429	327,663
Água, energia e combustíveis	72,815	55,496
Despesas de deslocação e representação	23,433	20,063
Despesas de formação	13,148	7,747
Custo com abate de Imobilizado	851	-
Reversão de proveitos de exercícios anteriores	19,564	117,082
Donativos e quotizações	12,615	4,656
Outros	310,497	139,503
	<b>1,365,764</b>	<b>1,471,531</b>

A rubrica rendas e alugueres apresentou uma redução significativa face ao exercício económico de 2018, devido à implementação da Norma Internacional de Relato Financeira 16 (IFRS 16 – Locações).

## 9. Outros ganhos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2019	2018
Serviços prestados	29,407	10,300
Outros ganhos	215,010	197,938
	<b>244,417</b>	<b>208,238</b>

## 10. Provisões

A rubrica de Provisões apresenta-se como se segue:

	2019	2018
Provisões para processos judiciais	26,238	766

## 11. Activos e Passivos por Imposto diferidos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Impostos Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), IRPC (Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas) e IVA (Imposto Sobre o Valor Acrescentado), eventuais correcções à matéria colectável.

O Banco tem estado a apresentar prejuízos fiscais que em sede do Código do Imposto Sobre Rendimento conferem direito de dedução nos resultados fiscais positivos futuros até ao limite máximo de 5 anos. À luz de Norma Internacional de Contabilidade 12, estes prejuízos conferem direito de reconhecimento de Activos por Imposto Diferido por contrapartida de resultados do exercício, podendo ser utilizado para fazer face às obrigações fiscais futuras do Banco em caso de lucros.

Apesar dos planos de negócio do Banco demonstrarem o alcance resultados positivos nos exercícios seguintes, numa perspectiva mais prudente de gestão da actividade, a Administração optou por não reconhecer nas demonstrações financeiras, ainda que o direito da sua recuperação nos próximos cinco anos prevaleça.

A Administração acredita na recuperação de todos os prejuízos fiscais através da respectiva utilização nos resultados positivos que serão alcançados pelo Banco nos próximos anos.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito.

	2019	2018
Impostos diferidos	-	55,000
	<b>-</b>	<b>55,000</b>

A rubrica de impostos apresenta-se como se segue:

Os movimentos nos impostos diferidos do Banco apresentam-se como se segue:

	01.01.2019	Demonstração dos resultados		Capital próprio		31.12.2019
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
<b>Activos por impostos diferidos</b>						
Prejuízos Fiscais	95,000	-	-	-	-	95,000
	<b>95,000</b>	-	-	-	-	<b>95,000</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Activos tangíveis	(8,839)	-	-	-	-	(8,839)
	<b>(8,839)</b>	-	-	-	-	<b>(8,839)</b>
		-	-	-	-	

	01.01.2018	Demonstração dos resultados		Capital próprio		31.12.2018
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
<b>Activos por impostos diferidos</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	44,230	-	-	-	(44,230)	-
Prejuízos Fiscais	150,000	(55,000)	-	-	-	95,000
	<b>194,230</b>	<b>(55,000)</b>	-	-	<b>(44,230)</b>	<b>95,000</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Activos tangíveis	(8,839)	-	-	-	-	(8,839)
	<b>(8,839)</b>	-	-	-	-	<b>(8,839)</b>
		<b>(55,000)</b>			<b>(44,230)</b>	

A reconciliação da taxa efectiva de imposto para 31 de Dezembro é como se segue:

	Taxa de imposto	2019	Taxa de imposto	Valor
<b>Prejuízo antes de imposto</b>		(775,633)		(713,403)
Imposto corrente utilizando a taxa de imposto (32%)	32%	(248,203)	32%	(228,289)
Benefício fiscal (16%)	16%	124,101	16%	114,144
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	-13%	102,995	-15%	104,718
Rendimentos não tributados	22%	(173,230)	36%	(258,311)
Imposto corrente a ser liquidado	25%	(194,337)	38%	(267,738)
Prejuízos fiscais a ser reportados/(utilizados)	-25%	194,337	-38%	267,738
<b>Prejuízo fiscal</b>		<b>(194,337)</b>		<b>(267,738)</b>

## 12. Imposto corrente

	2019	2018
IRPC- taxa liberatória	205,315	167,460
	<b>205,315</b>	<b>167,460</b>

## 13. Resultados por acção

### Resultados por acção básicos e diluídos

O cálculo dos resultados por acção básicos e diluídos, baseia-se no prejuízo atribuível aos accionistas ordinários do Banco no valor de 775.633 Milhares de Meticais (2018: Prejuízo: 768.403 Milhares de Meticais), e o número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até 31 de Dezembro de 2019 é de 788.650 (2018: 559.445), calculado como se segue:

Perda atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias	2019	2018
Prejuízo do ano	(775,633)	(768,403)
Número médio ponderado de acções ordinárias	788,650	553,650
<b>Resultados por acção</b>		
Básicos	(0.98)	(1.39)
Diluídos	(0.98)	(1.39)
<b>Reconciliação do número médio ponderado de acções ordinárias para o ano de 2019</b>		
31 de Dezembro de 2019	788,650	788,650
<b>Total</b>	<b>788,650</b>	<b>788,650</b>
<b>Reconciliação do número médio ponderado de acções ordinárias para o ano de 2018</b>		
31 de Dezembro de 2017	553,650	553,650
31 de Dezembro de 2018	235,000	5,795
<b>Total</b>	<b>788,650</b>	<b>559,445</b>

## 14. Caixa e disponibilidades no Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central apresenta-se como se segue:

	2019	2018
Caixa	474,769	522,436
Disponibilidades no Banco Central	144,794	272,563
	<b>619,563</b>	<b>794,999</b>

## 15. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Disponibilidades em Bancos Nacionais	272,227	65,963
Disponibilidades em Bancos Estrangeiros	695,299	41,252
	<b>967,526</b>	<b>107,215</b>

## 16. Aplicações em instituições de crédito

As aplicações sobre instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Aplicações em Bancos Centrais	3,306,483	-
Aplicações em Outras instituições de crédito	3,186,790	5,007,735
	<b>6,493,273</b>	<b>5,007,735</b>

As aplicações em instituições de crédito por maturidade apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Até 3 meses	6,287,010	3,627,002
Mais de 1 ano	206,263	1,380,733
	<b>6,493,273</b>	<b>5,007,735</b>

## 17. Activos financeiros

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2019		2018	
	Custo amortizado	Através de lucros ou prejuizos	Custo amortizado	Através de lucros ou prejuizos
Bilhetes de Tesouro	2,174,623	-	5,086,353	-
Obrigações de Tesouro (17.1)	621,624	-	1,786,275	-
Obrigações de Corporativas (17.2)	-	-	-	-
Visabeira 2015-2018	155,159	-	155,876	-
MOZ BOND	859,384	-	883,828	-
Imparidade	(52,527)	-	(39,110)	-
NPV	-	-	-	-
Acções	-	-	-	-
Emose 2013	-	23,263	-	23,263
SIMO	-	12,655	-	6,327
	<b>3,758,263</b>	<b>35,918</b>	<b>7,873,222</b>	<b>29,590</b>
<b>Total</b>		<b>3,794,181</b>		<b>7,902,812</b>

A 31 de Dezembro de 2019, os activos financeiros por maturidade excluindo as participações em outras sociedades, apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Até 3 meses	1,254,002	2,573,845
De 3 meses a 1 ano	1,211,112	3,827,945
De 1 anos a 5 anos	486,294	1,441,842
Mais de 5 anos	806,855	29,590
	<b>3,758,263</b>	<b>7,873,222</b>

Os movimentos de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2019 apresentam-se como se segue:

	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>	7,902,812	5,015,702
Aquisições	4,181,865	5,609,932
Acréscimo de juros	970,498	649,563
Alienações/reembolso	(9,260,994)	(3,372,385)
<b>Saldo final</b>	<b>3,794,181</b>	<b>7,902,812</b>

Os movimentos das imparidades dos activos financeiros em 31 de Dezembro apresentam-se como se segue:

	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>	39,110	111,488
Impactos de IFRS 9	-	9,485
<b>Saldo inicial 01 de Janeiro</b>	<b>39,110</b>	<b>120,973</b>
Reforço	162,350	58,943
Reversão	(148,933)	(132,545)
Regularizações	-	(8,261)
<b>Saldo final</b>	<b>52,527</b>	<b>39,110</b>

Em 31 de Dezembro de 2019, as imparidades do exercício foram de 13.417 milhares de Meticalis (2018: reversão de 73.602 milhares de Meticalis), em resultado da depreciação do preço de títulos com destaque para o MOZ BOND (2019: 93.83%; 2018: 94.71%).

## 17.1 Obrigações de Tesouro

### Obrigações do Tesouro 2016 - 2ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 11 de Maio de 2016 com valor nominal de 100 Meticalis cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual fixa de 12.75%, com reembolso do capital na maturidade do título. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2019 era de 136.960 milhares de Meticalis (2018: 136.960 milhares de Meticalis).

### Obrigações do Tesouro 2018 - 5ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 08 de Agosto 2018 com valor nominal de 100 Meticalis cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 16,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazo superiores a 63 dias acrescido de uma margem percentual de 1,5%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2019 era de 106.311 milhares de Meticalis (106.311 milhares de Meticalis).

### Obrigações do Tesouro 2018 - 6ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 22 de Agosto 2018 com valor nominal de 100 Meticalis cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 16,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2019 era de 158.733 milhares de Meticalis (2018 era de 158.731 milhares de Meticalis).

### Obrigações do Tesouro 2019 - 2ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 13 de Fevereiro de 2019 com valor nominal de 100 Meticalis cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2019 era de 94.795 milhares de Meticalis.

### Obrigações do Tesouro 2019 - 3ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 27 de Fevereiro de 2019 com valor nominal de 100 Meticalis cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2019 era de 75.444 milhares de Meticalis.

### Obrigações do Tesouro 2019 – 6ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 08 de Maio de 2019 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2019 era de 51.011 milhares de Meticais.

## 17.2 Obrigações corporativas

### Visabeira 2015 - 2020

Estas obrigações apresentam uma maturidade de cinco anos, tendo sido emitidas pela Visabeira em 23 de Março de 2015, com um montante nominal de 100 Meticais por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 250.000.000 Meticais sendo que o Moza Banco detém em carteira própria 147.053.000,00 Meticais. Os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 13% para os 6 primeiros cupões (3 anos) e a uma taxa indexada à FPC + 4,50% para os 4 últimos cupões (2 anos).

### Moz Bonds 2019 - 2031

Estas obrigações apresentam uma maturidade de doze anos, tendo sido emitidas novas obrigações em 30 de Outubro de 2019, com um valor nominal de USD 1.000 por obrigação. Este empréstimo rende juros a uma taxa fixa anual de 5% sendo os cupões pagos numa base semestral. A responsabilidade com este empréstimo está integralmente coberta por uma garantia emitida pelo Ministério das Finanças da República de Moçambique.

## 17.3 Acções e outros títulos de rendimento variável

### Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE)

O número de acções detidas na EMOSE (1.163.130) representa 7,4% do total de 15.700.000 novas acções emitidas por esta OPV efectuada em Outubro de 2013. Cada acção tem o valor nominal de 1 Metical e representa o mesmo direito de voto em relação ao restante do capital social.

### Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)

O saldo da SIMO é relativo ao valor das acções detidas pelo grupo na Sociedade Interbancária de Moçambique, uma instituição financeira detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique e com participação social dos bancos comerciais. A SIMO tem como missão enquanto entidade financeira a provisão de acesso aos serviços bancários dos seus sócios, nomeadamente, através de infra-estruturas próprias de ATM's e POS. Destaca-se o incremento do valor da SIMO em 2019 resultante da fusão por incorporação do BTM em relação a 2018.

## 18. Investimentos em subsidiária

Os investimentos em subsidiária apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Investimentos em subsidiária		
Banco Terra, SA	-	1,524,587
	<b>-</b>	<b>1,524,587</b>

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2019, à participação que o Moza Banco detinha junto ao Banco Terra, deixou de existir devido a fusão por incorporação ocorrida a 23 de Agosto de 2019.

## 19. Empréstimos e adiantamentos a Clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Empresas	25,176,270	18,680,055
Particulares	3,074,246	2,492,691
	<b>28,250,516</b>	<b>21,172,746</b>
Juros especializados e comissões	345,907	685,748
	<b>28,596,423</b>	<b>21,858,494</b>
Perda esperada de crédito	(4,721,182)	(3,872,886)
	<b>23,875,241</b>	<b>17,985,608</b>

Os empréstimos e adiantamento por segmento para o Banco analisam-se como se segue:

	2019	2018
Corporate	8,361,306	7,008,747
Retalho-Empresa	10,559,138	6,554,895
Private	586,972	607,763
Instituição Pública	4,898,964	2,941,182
Retalho-Particulares	4,190,043	4,745,907
	<b>28,596,423</b>	<b>21,858,494</b>
Perdas esperadas de crédito	(4,721,182)	(3,872,886)
	<b>23,875,241</b>	<b>17,985,608</b>

A análise da concentração do risco por indústria para o Banco apresenta-se como se segue:

	2019	2018
Governamental	1,470,893	769,739
Retalho	4,330,680	3,536,314
Construção civil	786,646	886,941
Indústria transformadora	2,914,289	1,702,767
Particulares	3,589,872	2,843,634
Serviços	7,833,067	5,796,010
Transportes e comunicações	1,506,667	1,476,763
Outros	1,443,127	973,440
	<b>23,875,241</b>	<b>17,985,608</b>

Os empréstimos e adiantamentos brutos por moeda para o Banco analisam-se como se segue:

	2019	2018
Moeda Nacional	25,033,919	18,827,235
Moeda Estrangeira	3,562,504	3,031,259
	<b>28,596,423</b>	<b>21,858,494</b>

Os empréstimos e adiantamento por stage para o Banco analisam-se como se segue:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2019	2018
Em cumprimento	14,105,166	-	-	14,105,166	10,768,055
Em incumprimento mas sem imparidade	-	5,679,743	-	5,679,743	3,400,490
Em incumprimento	-	-	4,090,332	4,090,332	3,817,063
	<b>14,105,166</b>	<b>5,679,743</b>	<b>4,090,332</b>	<b>23,875,241</b>	<b>17,985,608</b>

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos apresenta-se como se segue:

	2019	2018
Até 3 meses	5,912,222	3,098,473
De 3 meses a 1 ano	2,883,713	2,458,995
De 1 ano a 5 anos	13,962,587	10,552,127
Mais de 5 anos	5,837,901	5,748,899
	<b>28,596,423</b>	<b>21,858,494</b>

#### Imparidade de crédito

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	Alínea	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2019	2018
Saldo inicial		262,593	761,035	2,849,258	3,872,886	2,947,332
Impactos da fusão BTM		-	-	256,403	256,403	728,388
Reforço	(c)	157,602	169,290	1,110,963	1,437,855	1,060,507
Reversão	(d)	(213,238)	(326,407)	(161,703)	(701,348)	(771,403)
Regularização		(41,884)	-	(102,730)	(144,614)	(91,938)
		<b>165,073</b>	<b>603,918</b>	<b>3,952,191</b>	<b>4,721,182</b>	<b>3,872,886</b>

Em 31 de Dezembro de 2019, as perdas por imparidades do exercício fixaram-se em 736.507 milhares de Meticais, o que corresponde a um reforço de imparidade face ao ano transacto. A variação positiva das imparidades decorre do reforço de imparidade no valor de 1.437.855 milhares de Meticais (alínea c)) e reversão de imparidade no montante de 701.348 milhares de Meticais (alínea d)) devido ao aumento da Carteira de Crédito.

## 20. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Outros recebimentos	27,306	374,650
Acréscimos e diferimentos	77,284	130,461
Inventários	20,746	19,570
Contas de compensação	36,961	23,516
Activos recuperáveis*	823,973	757,116
	986,270	1,305,313
Imparidade de outros activos	(60,203)	(252,854)
	<b>926,067</b>	<b>1,052,459</b>

	2019	2018
Promovalor Moçambique Promoção Imobiliária	-	447,021
Companhia de Moçambique, S.A.	285,463	-
Condomínio Maresia	278,207	-
ADC, S.A	210,515	210,349
Outros	49,788	99,746
	<b>823,973</b>	<b>757,116</b>

O valor referente ao Promovalor Moçambique Promoção Imobiliária, foi reclassificado para a rubrica de Activos não correntes detidos para venda.

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	Alinea	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>		<b>(252,854)</b>	<b>(252,854)</b>
Reforço	e)	(59,378)	-
Reversão	f)	252,029	-
<b>Saldo final</b>		<b>(60,203)</b>	<b>(252,854)</b>

As imparidades do exercício fixaram-se em 192.651 milhares de Meticais, em resultado do reforço de 59.378 milhares de Meticais e reversão de 252.029 milhares de Meticais de imparidade dos juros a receber dos títulos de dívida pública devido a sua reestruturação.

## 21. Activos não correntes detidos para venda

O movimento dos activos não correntes detidos para venda apresenta-se como se segue:

	2019	2018
Imóveis executados	1,114,610	470,184
Imparidades	(209,726)	(162,527)
	<b>904,884</b>	<b>307,657</b>

Os activos não correntes detidos para venda cresceram em MZN 644.426 Milhares de Meticais, devido à entrada em carteira dos imóveis do Banco Terra, aliado à reclassificação dos imóveis da Promovalor e Sommer que em 2018 estavam classificados como outros activos

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2019	2018
<b>Saldo inicial</b>	470,184	571,915
Aumentos	670,825	-
Diminuições	(26,399)	(101,731)
<b>Saldo final</b>	<b>1,114,610</b>	<b>470,184</b>
Imparidades	(209,726)	(162,527)
	<b>904,884</b>	<b>307,657</b>

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	<b>Alínea</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Saldo inicial</b>		(162,527)	(162,527)
Reforço	g)	(59,827)	-
Reversão	h)	10,256	-
Regularização		2,372	-
<b>Saldo final</b>		<b>(209,726)</b>	<b>(162,527)</b>

As imparidades sobre os activos não correntes detidos para venda registaram um incremento de MZN 49.571 Milhares de Meticais devido ao reforço das imparidades dos imóveis recebidos do Banco Terra no valor de 59.827 milhares de Meticais e redução de MZN 10.256 milhares de Meticais em resultado da venda de alguns imóveis.

## 22. Propriedades de investimento

O movimento desta rubrica é o seguinte:

	<b>Valor</b>
<b>Custo</b>	
<b>A 01 de Janeiro de 2018</b>	35,594
Aumentos	93,104
<b>A 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>128,698</b>
Aumentos	10,082
<b>A 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>138,780</b>

	<b>Valor</b>
<b>Amortização</b>	
<b>A 01 de Janeiro de 2018</b>	1,780
Amortização do período	4,527
<b>A 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>6,307</b>
Amortização do período	5,181
<b>A 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>11,488</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	
<b>A 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>122,391</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>127,292</b>

## 23. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis para o Banco é o seguinte:

	Edifícios arrendados	Equipamentos	Investimentos em curso	Activo de direito de uso	Outros	Total
<b>Custo</b>						
<b>01 de Janeiro de 2018</b>	<b>1,010,294</b>	<b>1,027,491</b>	<b>176,533</b>	-	<b>2,088</b>	<b>2,216,406</b>
Aumento	53,325	148,786	72,550	-	433	275,094
Abates	(55,851)	(7,923)	(40,497)	-	-	(104,271)
Transferências	59,328	38,151	(97,479)	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1,067,096</b>	<b>1,206,505</b>	<b>111,107</b>	-	<b>2,521</b>	<b>2,387,229</b>
Impacto da fusão BTM	80,349	134,442	-	-	-	214,791
Aumento	34,210	28,512	357,717	2,574,184	76	2,994,699
Abates	(17,358)	(1,665)	(495)	-	-	(19,518)
Transferências	10,001	37,400	(47,401)	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>1,174,298</b>	<b>1,405,194</b>	<b>420,928</b>	<b>2,574,184</b>	<b>2,597</b>	<b>5,577,201</b>
<b>Amortização</b>						
<b>01 de Janeiro de 2018</b>	<b>376,691</b>	<b>625,188</b>	-	-	<b>2,088</b>	<b>1,003,967</b>
Aumento	97,770	161,459	-	-	-	259,229
Alienações/regularizações	(4,994)	(6,342)	-	-	-	(11,336)
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>469,467</b>	<b>780,305</b>	-	-	<b>2,088</b>	<b>1,251,860</b>
Impacto da fusão BTM	66,035	130,036	-	-	-	196,071
Aumento	108,381	153,424	-	272,311	-	534,116
Alienações/regularizações	(3,919)	(1,602)	20	-	(2,088)	(7,589)
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>639,964</b>	<b>1,062,163</b>	<b>20</b>	<b>272,311</b>	-	<b>1,974,458</b>
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>597,629</b>	<b>426,200</b>	<b>111,107</b>	-	<b>433</b>	<b>1,135,369</b>
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>534,334</b>	<b>343,031</b>	<b>420,908</b>	<b>2,301,873</b>	<b>2,597</b>	<b>3,602,743</b>

## 24. Activos intangíveis

O movimento dos activos intangíveis para o Banco é o seguinte:

	Software	Investimentos em curso	Total		Software	Investimentos em curso	Total
<b>Custo</b>				<b>Amortização</b>			
<b>01 de Janeiro de 2018</b>	<b>761,653</b>	<b>17,723</b>	<b>779,376</b>	<b>01 de Janeiro de 2018</b>	<b>481,229</b>	-	<b>481,229</b>
Aumentos	6,764	22,323	29,087	Amortização do período	117,356	-	117,356
Transferências	21,578	(21,578)	-	Abates	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>789,995</b>	<b>18,468</b>	<b>808,463</b>	<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>598,585</b>	-	<b>598,585</b>
Impacto da fusão BTM	41,535	-	41,535	Impacto da fusão BTM	22,349	-	22,349
Aumentos	12,885	42,671	55,556	Amortização do período	115,901	-	115,901
Abates	(2,551)	-	(2,551)	Regularização	(1,700)	-	(1,700)
Transferências	4,812	(4,812)	-	<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>735,135</b>	-	<b>735,135</b>
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>846,676</b>	<b>56,327</b>	<b>903,003</b>	<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>191,410</b>	<b>18,468</b>	<b>209,878</b>
				<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>111,541</b>	<b>56,327</b>	<b>167,868</b>

## 25. Impostos Correntes

Activos por impostos correntes apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Pagamento por conta de IRPC	38,465	38,365
Retenção na fonte de IRPC	205,212	127,218
	<b>243,677</b>	<b>165,583</b>

## 26. Recursos de instituições de crédito

Os Recursos de Instituições de Crédito incluindo o Banco de Moçambique apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Depósitos á ordem	14,471	59,733
Depósitos a prazo	965,381	807,182
	<b>979,852</b>	<b>866,915</b>

A maturidade dos Recursos de Instituições de Crédito incluindo o Banco de Moçambique apresenta-se como se segue:

	2019	2018
Até 3 meses	979,852	866,915
	<b>979,852</b>	<b>866,915</b>

## 27. Depósitos e contas correntes

Depósitos e contas correntes apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Depósitos á ordem	10,680,550	8,001,910
Depósitos a prazo	18,162,697	16,403,752
Outros	502,877	487,564
	<b>29,346,124</b>	<b>24,893,226</b>

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como se segue:

	2019	2018
À ordem	10,965,171	8,368,870
Até 3 meses	9,911,608	7,941,684
De 3 meses a 1 ano	8,462,820	8,489,389
De 1 ano a 5 anos	4,460	91,548
Mais de 5 anos	2,065	1,735
	<b>29,346,124</b>	<b>24,893,226</b>

## 28. Recursos consignados

	2019	2018
i) BEI	-	22,269
ii) Ministério da Indústria (PRSP)	8,643	4,593
iii) AFDB	-	60,375
iv) FSA - Kuwait Fund	284,085	-
Juros	323	5,916
	<b>293,051</b>	<b>93,153</b>

- i) O Moza Banco rubricou um acordo com o Banco Europeu de Investimento (BEI) para a concessão de um empréstimo destinado a apoiar as suas actividades de financiamento às Pequenas e Médias Empresas, como parte do seu programa de apoio ao Sector Privado em Moçambique. Os sectores de actividade financiados no âmbito deste programa incluem a agro-indústria, o turismo, a indústria transformadora e energias renováveis. O empréstimo de 5 milhões de Euros (200.4 milhões de Meticais), foi disponibilizado em Dezembro de 2014 pelo prazo de 5 anos, e amortizado em Meticais, devendo ser reembolsado em tranches semestrais iguais de capital e juros a uma taxa fixa de 8,9%.
- ii) Foi celebrado um acordo com o Ministério da Indústria e Comércio de acesso aos fundos concedidos pelo Governo Italiano, sob a forma de um empréstimo (PRSP - Programa de Relançamento do Sector Privado) destinado a apoiar actividades do sector privado directamente afectadas por desastres naturais que ocorreram em 2000 / 2001. O empréstimo desembolsado a 31 de Março de 2015, ascende a 120 milhões de Meticais, durante um período de 5 anos. O cupão é pago a cada seis meses a uma taxa fixa de 10,00% ao ano.

- iii) Foi celebrado um acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (AFDB) para a concessão de um empréstimo especificado para ser utilizado para empréstimos de longo prazo para Pequenas e Médias Empresas (PME's), em uma série de sectores da economia moçambicana, em que foram incluídos o sector agrícola, agronegócio e manufactura. O empréstimo ascende a 9 milhões de Dólares americanos, por 5 anos, com taxa de juro indexadas a bilhetes de tesouro de 6 meses, acrescido de um spread.
- iv) No dia 30 de Maio de 2012, o Banco rubricou um acordo com o governo da República de Moçambique e o Kuwait Fund for Arab Economic Development, no âmbito do qual assume a gestão de um fundo destinado a financiar a agricultura e micro-negócios de produção de alimentos e serviços relacionados, sem prazo de reembolso definido.

## 29. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2019	2018
Contas a pagar	314,098	181,717
Acréscimo de gastos	265,859	208,762
Rendimentos diferidos	35,878	69,340
Passivo sobre direito de uso	2,498,448	-
Provisões	148,413	87,995
	<b>3,262,696</b>	<b>547,814</b>
Derivados	27,903	38,763
	<b>3,290,599</b>	<b>586,577</b>

## 30. Empréstimos obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Empréstimos obrigacionista-Subordinadas		
Moza Banco 2013-2023 empréstimo subordinado	-	750,000
Moza Banco 2013-2022 empréstimo subordinado	118,000	118,000
Juros	557	2,026
	<b>118,557</b>	<b>870,026</b>

### Moza Banco 2016-2022 - empréstimo subordinado

O empréstimo subordinado apresenta uma maturidade de 6 anos, tendo sido emitido pelo Moza Banco em 31 de Março de 2016, com um valor nominal de 100 Meticais cada obrigação. Com um valor nominal total de 118.000.000 de Meticais, os juros são pagos numa base mensal a uma taxa fixa anual de 17%. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor que poderá ocorrer a partir do 5º ano com a aprovação preliminar do Banco de Moçambique, o capital será pago na data da maturidade.

### Moza Banco 2013-2023 - empréstimo subordinado

O empréstimo subordinado apresenta uma maturidade de dez anos, tendo sido emitido pelo Moza Banco em 27 de Dezembro de 2013, com um valor nominal de 100 Meticais cada obrigação. O valor desta emissão foi de 750.000.000 de Meticais, e os juros são pagos numa base semestral a uma taxa fixa anual de 14,5%. Não havendo reembolso antecipado por parte do emissor que poderá ocorrer a partir do 5º ano com a aprovação preliminar do Banco de Moçambique, o capital será pago na data da maturidade. Os títulos foram liquidados durante do ano de 2019.

A maturidade dos empréstimos obrigacionistas apresenta-se como se segue:

	2019	2018
De 1 ano a 5 anos	118,557	870,026
	<b>118,557</b>	<b>870,026</b>

### 31. Capital social

A 31 de Dezembro de 2019, o Capital Social do Moza Banco encontra-se totalmente subscrito e realizado, apresentando-se como se segue:

2019	Número de ações	Valor nominal	Capital Social	% Capital Social
Kuhanha	468,482	5,000	2,342,410	59.40%
Arise	235,000	5,000	1,175,000	29.80%
Moçambique Capitais, S.A	43,435	5,000	217,175	5.51%
Novo Banco	41,732	5,000	208,660	5.29%
Dr.António Matos	1	5,000	5	0.00%
	<b>788,650</b>		<b>3,943,250</b>	<b>100%</b>

2018	Número de ações	Valor nominal	Capital Social	% Capital Social
Kuhanha	468,482	5,000	2,342,410	59.40%
Arise	235,000	5,000	1,175,000	29.80%
Moçambique Capitais, S.A	43,435	5,000	217,175	5.51%
Novo Banco	41,732	5,000	208,660	5.29%
Dr.António Matos	1	5,000	5	0.00%
	<b>788,650</b>		<b>3,943,250</b>	<b>100%</b>

### 32. Reservas

As reservas apresentam-se como se segue:

	2019	2018
Reservas legal	4,661,843	4,661,843
Prémio de emissão	1,993,740	1,993,740
Outras reservas	-	-
	<b>6,655,583</b>	<b>6,655,583</b>

Nos termos da legislação moçambicana, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social.

### 33. Classificação dos Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros do Banco é a seguinte:

2019	Activos financeiros através de lucros ou prejuizos	Activos financeiros através de outros rendimentos integral	Custo amortizado	Total
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	619,563	619,563
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	967,526	967,526
Aplicações em instituições de crédito	-	-	6,493,273	6,493,273
Activos financeiros	-	35,918	3,758,263	3,794,181
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	23,875,241	23,875,241
Outros activos	-	-	64,267	64,267
	-	<b>35,918</b>	<b>35,778,133</b>	<b>35,814,051</b>

	Ao justo valor através de lucros e prejuizos	Outros passivos financeiros	Passivos não financeiros	Total
<b>Passivo</b>				
Recursos de instituições de crédito	-	979,852	-	979,852
Depósitos e contas correntes	-	29,346,124	-	29,346,124
Recursos consignados	-	293,051	-	293,051
Outros passivos	27,903	3,262,696	-	3,290,599
Empréstimos obrigacionistas	-	118,557	-	118,557
	<b>27,903</b>	<b>34,000,280</b>	-	<b>34,028,183</b>

2018	Activos financeiros através de lucros ou prejuízos	Activos financeiros através de outros rendimentos integral	Custo amortizado	Total
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	794,999	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	107,215	107,215
Aplicações em instituições de crédito	-	-	5,007,735	5,007,735
Activos financeiros	-	29,590	7,873,222	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	17,985,608	17,985,608
Outros activos	-	-	528,627	528,627
	-	29,590	32,297,406	32,326,996
<b>Passivo</b>				
	Ao justo valor através de lucros e prejuízos	Outros passivos financeiros	Passivos não financeiros	Total
Recursos de instituições de crédito	-	866,915	-	866,915
Depósitos e contas correntes	-	24,893,226	-	24,893,226
Recursos consignados	-	93,153	-	93,153
Outros passivos	38,763	547,814	-	586,577
Empréstimos obrigacionistas	-	870,026	-	870,026
	<b>38,763</b>	<b>27,271,134</b>	<b>-</b>	<b>27,309,897</b>

### 32.1 Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas Demonstrações Financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem o uso do método dos fluxos de caixa descontados. Os dados de base a estes modelos são calculados em função da informação disponível dos mercados, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca dos factores a seguir podem afectar o justo valor reconhecido nas Demonstrações Financeiras:

**Nível 1** – Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;

**Nível 2** – Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como preços), ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como a utilização de preços em mercados cotados ou em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os elementos sejam directamente ou indirectamente observáveis a partir de dados de mercado;

**Nível 3** – Técnicas de valorização utilizando inputs não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados não observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relatório, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

#### Hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data da posição financeira. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- i) No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- ii) Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.

O justo valor do activo ou do passivo é mensurado através dos pressupostos que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção,

assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade que um participante tem no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo no seu pleno e melhor uso ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar no seu pleno ou melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontra-se reconhecido de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseada no mais baixo nível de inputs para a mensuração do justo valor:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração;
- **Nível 2** – Justo valor determinado com base em inputs de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente;
- **Nível 3** – Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor).

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da posição financeira apenas quando existe um mercado activo. O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos de bancos e outros passivos financeiros é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor para o Banco:

2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	619,563	-	619,563
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	967,526	-	967,526
Aplicações em instituições de crédito	-	6,493,273	-	6,493,273
Activos financeiros	1,428,481	2,365,700	-	3,794,181
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	23,875,241	-	23,875,241
Outros activos	-	64,267	-	64,267
	<b>1,428,481</b>	<b>34,385,570</b>	-	<b>35,814,051</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de instituições de crédito	-	979,852	-	979,852
Depósitos e contas correntes	-	29,346,124	-	29,346,124
Recursos consignados	-	293,051	-	293,051
Outros passivos	-	3,290,599	-	3,290,599
Empréstimos obrigacionistas	-	118,557	-	118,557
	-	34,028,183	-	34,028,183
<b>2018</b>				
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	794,999	-	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	107,215	-	107,215
Aplicações em instituições de crédito	-	5,007,735	-	5,007,735
Activos financeiros	2,630,993	5,271,819	-	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	17,985,608	-	17,985,608
Outros activos	-	528,627	-	528,627
	<b>2,630,993</b>	<b>29,696,003</b>	-	<b>32,326,996</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de instituições de crédito	-	866,915	-	866,915
Depósitos e contas correntes	-	24,893,226	-	24,893,226
Recursos consignados	-	93,153	-	93,153
Outros passivos	-	586,577	-	586,577
Empréstimos obrigacionistas	-	870,026	-	870,026
	-	<b>27,309,897</b>	-	<b>27,309,897</b>

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação do justo valor com as quantias escrituradas dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas Demonstrações Financeiras:

	2019		2018	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
<b>Activos financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	619,563	619,563	794,999	794,999
Disponibilidades sobre instituições de crédito	967,526	967,526	107,215	107,215
Aplicações em instituições de crédito	6,493,273	6,493,273	5,007,735	5,007,735
Activos financeiros detidos para negociação	3,794,181	3,794,181	7,902,812	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	23,875,241	22,442,727	17,985,608	16,906,472
Outros activos	926,067	926,067	1,052,459	1,052,459
	<b>36,675,851</b>	<b>35,243,337</b>	<b>32,850,828</b>	<b>31,771,692</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Recursos de instituições de crédito	979,852	979,852	866,915	866,915
Depósitos e contas correntes	29,346,124	30,519,968	24,893,226	25,888,954
Recursos consignados	293,051	284,258	93,153	90,358
Empréstimos obrigacionistas	118,557	124,485	870,026	913,527
Outros passivos	3,290,599	3,290,698	586,577	586,595
	<b>34,028,183</b>	<b>35,199,261</b>	<b>27,309,897</b>	<b>28,346,349</b>
	<b>2,647,668</b>	<b>44,076</b>	<b>5,540,931</b>	<b>3,425,343</b>

A gestão considera que o Caixa e Disponibilidades no Banco Central e Disponibilidades em Instituições de Crédito aproximam-se do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo Valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- O justo valor dos activos financeiros são obtidos com base no mercado activo, assim como obtidos através da utilização do valor presente, baseado com variáveis observáveis no mercado.
- O Banco apresenta instrumentos financeiros derivados, tais como swaps.
- O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, tais como aplicações em instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, recursos de instituições de crédito, depósitos e contas correntes e empréstimos obrigacionistas são obtidos através do cálculo de fluxos de caixa descontados.

## 34. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Accionistas		Aplicações em instituições de crédito	Empréstimos e adiantamento a clientes	Recursos de Instituições de créditos	Depósitos e contas correntes
Kuhanha	2019	-	-	-	2,433,172
	2018	-	-	-	2,133,344
Arise. B.V	2019	-	-	-	144
	2018	-	-	-	17
Moçambique Capitais	2019	-	4	-	8,410
	2018	-	8	-	6,286
Novo Banco	2019	181,586	-	8,400	-
	2018	-	-	127	-
Almeida Matos	2019	-	104	-	11,389
	2018	-	113	-	23,077

Os saldos com o pessoal chave de gestão apresentam-se como se segue:

		<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>Depósitos e contas correntes</b>	<b>Juros suportados</b>	<b>Juros obtidos</b>
<b>Pessoal chave de Gestão</b>					
Administração	2019	3,581	47,740	290	11
	2018	7,104	43,868	-	-

As transacções com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

		<b>Locações operacionais</b>	<b>Juros suportados</b>	<b>Juros obtidos</b>
<b>Accionistas</b>				
Kuhanha	2019	-	72,906	-
	2018	-	-	-
Arise. B.V	2019	-	-	-
	2018	-	-	-
Moçambique Capitais	2019	7,087	573	-
	2018	6,898	781	-
Novo Banco	2019	-	54	-
	2018	-	-	-
Almeida Matos	2019	-	14	-
	2018	-	-	-

#### Benefícios ao pessoal-chave de Gestão

Durante o período de 2019, os vencimentos da Administração ascenderam a 106.398 milhares de meticais.

## 35. Contingências e compromissos

#### Contingências

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Garantias	5,977,485	5,774,739
Cartas de crédito	555,366	931,567
	<b>6,532,851</b>	<b>6,706,306</b>

#### Locações operacionais – Banco como locatário

O Banco celebrou contratos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração média de 8 a 10 anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contratos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado. As rendas mínimas a pagar de operações de locação operacional irrevogáveis eram as seguintes à data de 31 de Dezembro:

<b>Locações operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Até 1 ano	370,343	321,299
Entre 1 a 5 anos	1,581,413	503,323
Mais de 5 anos	1,910,938	87,385
	<b>3,862,694</b>	<b>912,007</b>

## 36. Transacções de controlo comuns

O Moza Banco S.A. adquiriu em 23 de Dezembro de 2018 todas as acções (100%) representativas do Banco Terra, S.A. (BTM), como resultado das negociações que se tinham realizado desde 24 de Agosto de 2018 entre o Banco e os antigos accionistas do BTM. Esta aquisição segue um plano de crescimento das duas instituições que visam posicionar-se como banco de referência no mercado e à data da aquisição já estava previsto que, após o cumprimento dos requisitos legais necessários, as duas empresas seriam fundidas numa única entidade.

Em 23 de Agosto de 2019 o Moza Banco fundiu as duas entidades em uma só. No entanto, da data de aquisição até a fusão, as operações de ambos Bancos continuaram separadas até que a fusão se materializasse. Com a fusão a BTM deixou de existir como entidade legal e as suas operações foram incorporadas nas operações do Moza Banco.

Esta transacção foi contabilizada como uma operação de controlo comum e os activos e passivos do BTM foram transferidos para o Moza Banco pelas suas quantias escrituradas, de acordo com a política contabilística do Banco para tais transacções.

Abaixo encontra-se um resumo dos activos e passivos da BTM na data da fusão:

	23.08.2019	31.12.2019
<b>Activo</b>		
Caixa e disponibilidade em Bancos Centrais	379,955	357,272
Disponibilidades sobre instituições de créditos	9,208	69,424
Aplicações em instituições de crédito	944,687	188,188
Créditos a clientes	1,639,597	1,928,027
Instrumentos de dívida ao justo valor através de rendimentos integral	-	230,380
Activos não correntes detidos para venda	270,585	171,685
Outros activos	24,762	27,186
Outros activos tangíveis	28,793	40,322
Activos intangíveis	18,088	23,975
Activos por impostos correntes	12,907	11,299
<b>Total do Activo</b>	<b>3,328,582</b>	<b>3,047,758</b>
<b>Passivo</b>		
Recursos de instituições de crédito	-	1,193
Recursos de clientes	1,849,299	1,702,742
Ouros emprestimos	248,301	202,762
Outros passivos	243,025	50,556
<b>Total do Passivo</b>	<b>2,340,625</b>	<b>1,957,253</b>
<b>Fundos Próprios</b>		
Capital Social	2,627,743	2,627,743
Prestações suplementares	-	58,716
Reservas	62,098	3,811
Prejuízos acumulados	(1,701,884)	(1,599,765)
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>987,957</b>	<b>1,090,505</b>
<b>Total do Passivo e dos Fundos Próprios</b>	<b>3,328,582</b>	<b>3,047,758</b>

## 37. Pressuposto da continuidade

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, o Banco registou um prejuízo de 775 milhões de Meticais (2018: prejuízo de 768 milhões de Meticais), correspondente a uma variação de 1% face ao ano transacto.

A margem financeira e as operações financeiras evoluíram significativamente, reflectindo a clara evolução dos resultados operacionais do Banco, tendo atingido no exercício em análise, 718 Milhões de Meticais, positivos (2018: 77 Milhões de Meticais, negativos). Porém, factores exógenos ao desempenho do exercício económico, condicionaram a materialização de break-even, previsto no plano estratégico, cujo destaque recai sobre: i) reforço de imparidades de crédito devido a deterioração do perfil de risco de alguns clientes; ii) Implementação da IFRS 16 impactou negativamente o desempenho do Banco em 209 milhões de Meticais; iii) custos de integração do BTM que ascenderam a 57 milhões de Meticais.

Na sequência da integração do ex-BTM na estrutura do Moza, os accionistas do Banco, aprovaram um novo plano estratégico para os próximos 5 anos (2019-2023), reafirmando o compromisso de reforçar os capitais do Banco sempre que se mostra necessário.

O Plano Estratégico assenta essencialmente em três premissas fundamentais que tem por objectivo assegurar o alcance da rentabilidade, assim descriminadas:

1. Fase de Integração (2019), alcançado com êxito com a integração do ex-BTM no Moza Banco.
2. Fase do break-even (2020 a 2021), onde será dada especial atenção ao seguinte:
  - Continuidade ao desenvolvimento comercial através da capitalização e expansão da rede das agências e do capital humano interno;
  - Melhoria do rácio DO/DP em linha com as médias do mercado tendo em vista a redução dos encargos com funding;
  - Redução dos custos de estrutura, através a optimização de processo;
  - Diversificação do passivo do Banco, através de financiamento por via de linha Multilaterais.
3. Fase de rentabilidade (2022 a 2023), nesta fase deverão ser atendidos os seguintes aspectos:
  - Aumento da carteira de crédito, sem, no entanto, deixar de lado o perfil de risco prudente adoptado pelo Banco;
  - Reforço dos procedimentos de recuperação dos créditos, por forma a reduzir o peso da carteira vencida.

## 38. Acontecimentos após a data do Balanço

Na data de finalização das demonstrações financeiras anuais, não se registaram eventos subsequentes relevantes que tenham ocorrido após a data da demonstração da posição financeira e que requeiram ajustes nas demonstrações financeiras.

Entretanto, os seguintes eventos materiais relevantes a seguir indicados requerem divulgação nas demonstrações financeiras:

**Surto de Covid-19** Em 11 de Março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o surto de Coronavírus, denominado COVID-19, era uma pandemia. Muitos governos a nível mundial estão a adoptar medidas cada vez mais rigorosas com o intuito de conter a disseminação deste vírus como, por exemplo, exigir auto-isolamento / quarentena para as pessoas potencialmente afectadas, implementação de medidas de distanciamento social, controlo ou encerramento das fronteiras e “bloqueamento” de cidades / regiões ou até países inteiros.

A pandemia é um desafio sem precedentes para a humanidade e para a economia global e, na data de finalização das demonstrações financeiras, os seus efeitos estão sujeitos a níveis significativos de incerteza. O impacto do Coronavírus (COVID-19) será monitorado e avaliado de perto quanto ao seu impacto nos negócios e nas economias. O Banco adoptou uma serie de medidas e implementou planos de contingência com o objectivo de mitigar o impacto negativo da pandemia do vírus COVID-19. O plano de resposta abrange quer as actividades operacionais quer as de risco de crédito com vista a garantir que o Banco possa operar e atender adequadamente os seus clientes. Poderão ainda existir efeitos adversos na avaliação de alguns instrumentos financeiros, uma vez que os mercados globais de acções sofrem choques e volatilidade negativos.

O Banco continua a monitorar os mercados com o objectivo de tomar medidas proactivas na manutenção dos índices adequados de adequação de capital e rácio de solvabilidade. Ainda assim, continua a existir uma grande chance dessa pressão contínua sobre os mercados globais, em resultado da pandemia do COVID-19, levar a perdas de mercado significativas não realizadas.

À luz do exposto, a Administração reavaliou a adequação do uso do pressuposto de continuidade operacional na preparação dessas demonstrações financeiras. Com base na avaliação realizada, a Administração é de opinião que a dúvida significativa associada às incertezas actuais relacionadas ao vírus COVID-19, actualmente não resultam numa incerteza relevante relacionada a eventos ou condições que possam suscitar dúvida significativa sobre a capacidade do Banco para continuar de acordo com o pressuposto de continuidade. O Conselho da Administração concorda com essa avaliação.



KPMG Auditores e Consultores, SA  
Edifício KPMG  
Rua 1.233, N° 72 C  
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200  
Telefax: +258 (21) 313 358  
Caixa Postal, 2451  
Email: [mz-fminformation@kpmg.com](mailto:mz-fminformation@kpmg.com)  
Web [www.kpmg.co.mz](http://www.kpmg.co.mz)

## Relatório dos Auditores Independentes

### Para os Accionistas do Moza Banco, SA

#### Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras do Moza Banco, S.A. (“O Banco”) constantes das páginas 5 a 84, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2019, e a demonstração de resultados e outro rendimento integral, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira do Moza Banco, S.A em 31 de Dezembro 2019, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

#### Base de opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do Banco de acordo com o *Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA)* e de acordo com outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas, de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Outra matéria - o impacto das incertezas resultantes do Covid-19 na nossa auditoria

O Covid-19 afecta o Banco e resulta em determinadas incertezas quanto à posição financeira e desempenho do Banco. As Incertezas relacionadas aos pontenciais efeitos do Covid-19 são relevantes para a compreensão da nossa auditoria às demonstrações financeiras. Todas auditorias avaliam e desafiam a razoabilidade das estimativas feitas pelo Banco, as respectivas divulgações e a adequação do pressuposto de continuidade nas demonstrações financeiras. A adequação do pressuposto de continuidade depende da avaliação do ambiente económico futuro e das perspectivas e desempenho futuros do Banco. A pandemia de Covid-19 constitui um desafio sem precedentes para a humanidade e para a economia mundial e, à data deste relatório, seus efeitos estão sujeitos a níveis de incerteza. Uma auditoria não pode prever factores desconhecidos ou todas as possíveis implicações futuras para um Banco, e esse é particularmente o caso em relação à Covid 19.

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro da KPMG International, uma cooperativa SA

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Mozambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA

2



#### **Outra Informação**

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade da administração. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluímos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

#### **Responsabilidade da Administração em relação as demonstrações financeiras**

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Banco em continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade, divulgando, conforme aplicável, assuntos relacionados com o pressuposto da continuidade e utilizar o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam dissolver o Banco e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão fazê-lo.

#### **Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

Os nossos objectivos são obter uma garantia de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia de fiabilidade é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria e igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.



- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o Banco deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

**KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/CA/COM/2014**

Representada por:

Abel Jone Guaiaguáia 04/CA/OCM/2012

Sócio

31 de Março de 2020

### Relatório e parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2019

Exmos. Senhores Accionistas, do Moza Banco, SA

Nos termos da legislação em vigor apresentamos o relatório do Conselho Fiscal, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, as contas e proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração do Moza Banco apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

O Conselho Fiscal enquanto órgão de fiscalização, acompanhou a evolução da actividade do Banco através da apreciação das demonstrações financeiras trimestrais e respectivas informações de gestão.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras do exercício 2019, emitido sem qualificação, em 27 de Março de 2020, com qual concordamos.

Como resultado da actividade fiscalizadora do Conselho Fiscal, foi votado favoravelmente que a Assembleia Geral Anual do Moza Banco, SA aprove, com referência a 31 de Dezembro de 2019:

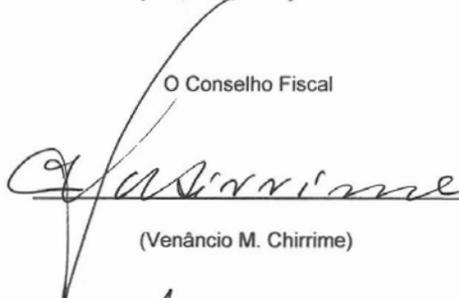
- a) As demonstrações financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, que foram do conhecimento prévio do Conselho Fiscal, e que estão em conformidade com a lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas emanadas pelo Banco de Moçambique. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro 2019, e reflectem uma imagem verdadeira e apropriada do activo e passivo, da situação financeira e dos resultados do Moza Banco, SA.
- b) O relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, o qual, em nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade do Banco no exercício de 2019.
- c) A proposta apresentada pelo Conselho de Administração relativa à aplicação do resultado líquido do exercício de 2019, no montante de (775 633) milhares de meticais.



Finalmente, o Conselho Fiscal anota e agradece a colaboração recebida no desempenho das suas funções por parte do Conselho de Administração do Banco, da Secretária Geral da Sociedade e dos Serviços com os quais teve a oportunidade de contactar, bem como reconhecer os esforços empreendidos pelo Conselho de Administração para estabilização dos resultados negativos no exercício findo em 31 Dezembro 2019, considerando a conjuntura económica nacional adversa, bem como o impacto das transacções de controlo comum, nota 36 das Demonstrações Financeiras.

Maputo, 30 de Março de 2020

O Conselho Fiscal



(Venâncio M. Chirime)



(Maria de Jesus Langa)



(Maria Lúcia Zacaria)

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO III

Balanço - Contas Individuais (Activo)

	31 de Dezembro de 2019			31 de Dezembro de 2018
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	619,563	-	619,563	792,375
Disponibilidades em outras instituições de crédito	967,524	-	967,524	109,834
Activos financeiros detidos para negociação	2,325,142	-	2,325,142	5,227,279
Activos financeiros disponíveis para venda	1,396,379	-	1,396,379	2,370,478
Aplicações em instituições de crédito	6,493,274	-	6,493,274	5,007,735
Crédito a Clientes	28,669,146	4,721,182	23,947,964	18,053,539
Activos não correntes detidos para venda	1,114,612	209,726	904,886	307,658
Propriedades de investimento	138,781	11,489	127,292	122,392
Outros activos tangíveis	5,577,202	1,974,460	3,602,743	1,135,320
Activos intangíveis	903,002	735,134	167,868	209,878
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12,655	-	12,655	1,530,915
Activos por impostos correntes	243,678	-	243,678	165,584
Activos por impostos diferidos	95,000	-	95,000	95,000
Outros Activos	4,171,045	151,203	4,019,841	3,166,503
<b>Total de activos</b>	<b>52,727,002</b>	<b>7,803,193</b>	<b>44,923,810</b>	<b>38,294,489</b>

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

## Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO III (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO)

## Balanço - Contas Individuais

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>Passivo</b>		
Recursos de bancos centrais	-	816,965
Passivos financeiros detidos para negociação	-	553
Recursos de outras instituições de crédito	1,051,696	55,867
Recursos de clientes e outros empréstimos	29,347,836	24,893,205
Derivados de cobertura	-	-
Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
Provisões	148,424	87,995
Passivos por impostos correntes	-	-
Passivos por impostos diferidos	8,839	8,839
Instrumentos representativos de capital	-	-
Outros passivos subordinados	118,557	870,026
Outros passivos	6,468,165	2,468,481
<b>Total de Passivo</b>	<b>37,143,516</b>	<b>29,201,932</b>
<b>Capital</b>		
Capital	3,943,250	3,943,250
Prémios de emissão	1,993,740	1,993,740
Outros instrumentos de capital	-	-
(Acções próprias)	-	-
Reservas de reavaliação	-	-
Outras reservas e resultados transitados	2,618,936	3,923,969
Resultado do exercício	(775,633)	(768,403)
(Dividendos antecipados)	-	-
<b>Total de Capital</b>	<b>7,780,293</b>	<b>9,092,557</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>	<b>44,923,810</b>	<b>38,294,489</b>

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Juros e rendimentos similares	4,633,961	4,413,361
Juros e encargos similares	2,218,751	2,555,928
<b>Margem financeira</b>	<b>2,415,210</b>	<b>1,857,433</b>
Rendimentos com serviços e comissões	570,650	455,754
Encargos com serviços e comissões	97,936	89,762
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(76,235)	(95,057)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(57,893)	-
Resultados de reavaliação cambial	158,673	176,434
Resultados de alienação de outros activos	27,988	(34,617)
Outros resultados de exploração	(84,310)	21,918
<b>Produto bancário</b>	<b>2,856,148</b>	<b>2,292,103</b>
Custos com pessoal	1,295,944	1,138,139
Gastos gerais administrativos	1,047,559	1,231,673
Amortizações do exercício	655,197	381,112
Provisões líquidas de reposições e anulações	26,238	766
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	557,273	253,817
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	49,570	0
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>(775,633)</b>	<b>(713,403)</b>
Impostos		
Diferidos	0	55,000
<b>Resultados após impostos</b>	<b>(775,633)</b>	<b>(768,403)</b>
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	2,513	(353)

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.